

“Assim, o que você tem em mãos, caro(a) leitor(a), é o resultado de um complexo trabalho coletivo e, em especial, do esforço pessoal de cada aluno-bolsista. A eles se deve dar todo o crédito pelo trabalho realizado. Para fazê-lo, eles contaram com o apoio inestimável das coordenações nas IFES, dos técnicos da SECAD/MEC e do Observatório de Favelas, além dos colaboradores que viabilizaram sua produção editorial. Portanto, como poucas obras científicas, essa Coleção é uma generosa síntese de inteligência coletiva; habitus acadêmico; carne, espírito e muita... muita energia humana. Que você possa sentir essa força, que possa refletir com vagar sobre as questões tratadas e sobre os caminhos escolhidos e, em particular, que possa se sentir membro pleno dessa caminhada por uma humanidade justa, solidária e fraterna. É este o nosso desejo maior.”

*Ricardo Henrique
Jailson de Souza e Silva
Jorge Luiz Barbosa*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade

ISBN 85-89669-23-8



9 788589 669238



COLEÇÃO GRANDES TEMAS
DO CONEXÕES DE SABERES

Políticas públicas no território das juventudes

Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares

Políticas públicas
no território das
juventudes

Copyright © 2006 by Universidade Federal do Rio de Janeiro / Pró-Reitoria de Extensão.

O conteúdo dos textos desta publicação é de inteira responsabilidade de seus autores.

Organização da Coleção:

Jailson de Souza e Silva

Jorge Luiz Barbosa

Ana Inês Sousa

Coordenação Editorial:

Dalcio Marinho Gonçalves

Programação Visual:

Seção de Produção Editorial da Extensão / PR-5 / UFRJ

Camila Muxfeldt

Fábio Portugal

Claudio Bastos (coordenador)

Revisão de Textos:

Clara Araujo Vaz

P762 Políticas públicas no território das juventudes / organizadores
Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Sousa.
– Rio de Janeiro : UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.
144 p. 24cm. (Coleção Grandes Temas do Conexões de
Saberes).

Coleção desenvolvida por bolsistas do Programa Conexões
de Saberes

ISBN: 85-89669-23-8

1. Ensino superior – Brasil. 2. Educação – Política governamental -
Brasil. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pró Reitoria de
Extensão. II. Série.

CDD: 378.81



Políticas públicas no território das juventudes

Rio de Janeiro, 2006



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário Executivo / MEC
José Henrique Paim Fernandes

Secretário Executivo Adjunto / MEC
André Luiz de Figueiredo Lázaro

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade - SECAD / MEC
Ricardo Henriques

Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Articulação
Institucional - SECAD / MEC
Francisco Potiguar Cavalcante Junior



**Programa Conexões de Saberes: diálogos entre
a universidade e as comunidades populares**

Coordenação nacional
Jailson de Souza e Silva

Coordenador nacional adjunto
Jorge Luiz Barbosa

Secretário executivo nacional
Dalcio Marinho Gonçalves

Articulador estudantil
Francisco Marcelo da Silva

Coordenadores nas universidades

Lidia Rochedo Ferraz
UFAM

Florentina da Silva Souza
UFBA

Celecina de Maria Veras Sales
UFC

Leonor Franco Araujo
UFES

André Augusto Pereira Brandão
UFF

Geraldo Magela Pereira Leão
UFMG

Carmen Adélia Saad Costa
UFMS

Ari de Sousa Loureiro
UFPA

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz
UFPB

Luis de la Mora
UFPE

Miriam Elizabeth Mendes Angelucci
UFPR

Maria Aparecida Bergamaschi
UFRGS

Carmen Teresa Gabriel Anhorn
UFRJ

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
UnB

Instituição parceira:

Observatório de Favelas do Rio de Janeiro

Universidade Federal do Amazonas
Hidemburgue Ordozgoith da Frota
Reitor

Marcia Perales Mendes Silva
Pró-Reitora de Extensão e Interiorização

Universidade Federal da Bahia
Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

Ordep Serra
Pró-Reitor de Extensão

Universidade Federal do Ceará

René Teixeira Barreira
Reitor

Luiz Antônio Maciel de Paula
Pró-Reitor de Extensão

Universidade Federal do Espírito Santo

Rubens Sérgio Rasseli
Reitor

Teresinha Maria Mansur
Pró-Reitora de Extensão

Universidade Federal Fluminense

Cícero Mauro Fialho Rodrigues
Reitor

Jorge Luiz Barbosa
Pró-Reitor de Extensão

Universidade Federal de Minas Gerais

Ronaldo Tadéu Pena
Reitor

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben
Pró-Reitora de Extensão

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Manoel Catarino Paes Peró
Reitor

Rosa Maria Fernandes de Barros
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Universidade Federal do Pará

Alex Bolonha Fiúza de Mello
Reitor

Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Pró-Reitora de Extensão

Universidade Federal da Paraíba

Rômulo Soares Polari
Reitor

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Universidade Federal de Pernambuco

Amaro Henrique Pessoa Lins
Reitor

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Pró-Reitor de Assuntos de Extensão

Universidade Federal do Paraná

Carlos Augusto Moreira Júnior
Reitor

Sandra Regina Kirschner Guimarães
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Sara Rodrigues Viola
Pró-Reitora de Extensão

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aloísio Teixeira
Reitor

Laura Tavares Ribeiro Soares
Pró-Reitora de Extensão

Universidade de Brasília

Timothy Martin Mulholland
Reitor

Leila Chalub Martins
Decana de Extensão

Sumário

| | |
|--|-----|
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | |
| Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão | 11 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | |
| Juventude e políticas públicas: algumas reflexões necessárias..... | 20 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | |
| Juventude, universidade e trabalho comunitário: participação e diálogos entre teoria e práticas sociais..... | 26 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | |
| Juventude e cidadania: representações de jovens de espaços populares sobre cotidiano, direitos e participação | 34 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | |
| Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife..... | 45 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | |
| Juventude e políticas públicas de Estado e emancipatórias: algumas comparações | 61 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO | |
| Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na UFES | 70 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS | |
| Políticas públicas de juventude: “pão e circo”..... | 78 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | |
| Juventude brasileira: dilemas e desafios no acesso ao ensino superior..... | 91 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | |
| Políticas públicas e juventude | 101 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ | |
| Reflexões acerca de políticas públicas para a juventude..... | 111 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | |
| Políticas públicas e modos de (des)governar a juventude | 118 |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL | |
| Políticas públicas para a juventude | 126 |
| UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | |
| Juventude e políticas afirmativas de acesso à universidade para negros | 135 |

Apresentação

Na busca de ampliar a democratização da universidade para o conjunto dos segmentos sociais, o Ministério da Educação instituiu, em 2004, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, em articulação com Instituições Federais de Ensino Superior, o Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares.

Inspirado em experiência desenvolvida pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro no ano de 2002, a iniciativa teve como ponto de partida o reconhecimento de uma série de variáveis que dificultam o acesso e a permanência do estudante de origem popular no ensino superior. Destacam-se, nesse plano, a falta de políticas e de serviços que promovam sua inserção plena na universidade; a dificuldade em suportar as demandas econômicas do cotidiano de um curso de graduação e a dissonância entre as práticas, valores e conceitos presentes na instituição universitária e na vida cotidiana das comunidades populares. Para os estudantes de origem popular, tal conjunção acaba por constituir determinadas barreiras ao desenvolvimento das habilidades fundamentais no campo da produção do conhecimento científico.

Diante desse quadro, o Conexões de Saberes se configura como uma ação plural, integrada e estruturante, voltada para o enfrentamento dos limites que dificultam a permanência, com qualidade, do estudante de origem popular na universidade. Seus objetivos básicos são os seguintes:

- Estimular a articulação, na universidade pública, de estudantes oriundos dos espaços populares, a fim de que eles desenvolvam sua capacidade de intervenção coletiva em diferentes campos sociais, dentre os quais a universidade e seus territórios de origem e/ou moradia;
- Realizar diagnósticos e estudos aprofundados sobre a dinâmica universitária e as condições de inserção dos estudantes de origem popular, elaborando conhecimentos inovadores e propondo medidas que permitam melhores condições para o seu acesso e permanência nas instituições públicas de ensino superior.
- Contribuir na formação de novos quadros técnicos sociais, capazes de se constituírem como lideranças comunitárias com novo perfil e competências, agindo como pontos de contato entre a universidade e seus territórios de origem.

O Programa vem elaborando e materializando diferentes estratégias para a consecução desses objetivos, sempre respeitando as especificidades das universidades que o constroem e que se apresentam distribuídas por todas as regiões brasileiras.

A presente Coleção “GRANDES TEMAS DO CONEXÕES DE SABERES” é uma das suas principais iniciativas. Ela foi desenvolvida pelos bolsistas das 14 universidades federais que já participavam do Programa em 2005: UFAM; UFPA; UFC; UFPPB; UFPE; UFBA; UFES; UFMG; UFF; UFRJ; UFPR; UFRGS; UFMS e UnB. Os temas que nortearam a

produção dos artigos foram sugeridos e aprovados pelos coordenadores do Programa nas universidades. A estes coube, também, a responsabilidade pela formação teórico-metodológica dos autores e o acompanhamento ao trabalho de pesquisa e redação. Quatro temas compõem esta primeira etapa da Coleção:

- I - As representações dos espaços/grupos populares na universidade e as representações da universidade nos espaços/grupos populares;
- II - Desigualdade e diferença: gênero, etnia e grupos populares na universidade;
- III - Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade;
- IV - Juventude e políticas públicas: direitos humanos, culturais, educacionais e lazer.

Tais recortes surgiram a partir de um longo debate e de diferentes proposições conceituais. Buscava-se um tratamento inovador para questões fundamentais na construção de uma universidade efetivamente pública, que reconheça e legitime a diferença, estabeleça vínculos de nova ordem com os moradores dos espaços populares e, sobretudo, esteja mais aberta para a produção de políticas públicas voltadas para o interesse da maioria da população, em particular das juventudes.

Um pressuposto central no trabalho foi a valorização da produção acadêmica e o reconhecimento de sua importância para a construção da autonomia intelectual dos estudantes. Nesse sentido, o trabalho realizado se expressa como a síntese de dois elementos centrais para a intervenção do profissional universitário no mundo social: o compromisso com o fortalecimento do exercício da cidadania e a qualidade científica e técnica.

O primeiro tema, portanto, deu origem ao livro intitulado Comunidades populares e universidade: olhares para o Outro; o segundo está apresentado como Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares; o terceiro tema foi utilizado de forma idêntica no título Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade; por fim, o quarto tema aparece sob o título Políticas públicas no território das juventudes.

Durante um período de dez meses, os bolsistas do Programa Conexões de Saberes, divididos em grupos de trabalho, de acordo com suas preferências, trabalharam na investigação bibliográfica e na coleta de informações a respeito dos recortes propostos; buscaram interlocutores para construir suas referências teóricas; dialogaram entre si e com o professor coordenador sobre os caminhos para a escrita; sofreram para dominar e se expressar através de uma linguagem acadêmica precisa; aprenderam sobre o conteúdo que se dispuseram a tratar; e, principalmente, ampliaram sua capacidade de produção teórica e prática do conhecimento.

Cada grupo, em cada universidade, teve a liberdade de elaborar o seu trabalho do modo mais adequado às questões postas em cada eixo temático: definiram os interlocutores no campo conceitual; os métodos de investigação; os recortes empíricos; o estilo de escrita etc. As únicas diretrizes estabelecidas foram de que o texto tivesse o devido formato acadêmico e fosse elaborado pelos estudantes, isto é, que os mesmos tivessem a efetiva autoria do trabalho.

Assim, o que você tem em mãos, caro(a) leitor(a), é o resultado de um complexo trabalho coletivo e, em especial, do esforço pessoal de cada aluno-bolsista. A eles se deve dar todo o crédito pelo trabalho realizado. Para fazê-lo, eles contaram com o apoio inestimável das

coordenações nas IFES, dos técnicos da SECAD/MEC e do Observatório de Favelas, além dos colaboradores que viabilizaram sua produção editorial. Portanto, como poucas obras científicas, essa Coleção é uma generosa síntese de inteligência coletiva; habitus acadêmico; carne, espírito e muita... muita energia humana. Que você possa sentir essa força, que possa refletir com vagar sobre as questões tratadas e sobre os caminhos escolhidos e, em particular, que possa se sentir membro pleno dessa caminhada por uma humanidade justa, solidária e fraterna. É este o nosso desejo maior.

Ricardo Henriques

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Jailson de Souza e Silva

Jorge Luiz Barbosa

Coordenação Executiva do Programa Conexões de Saberes

Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão

Wollace Scantbelruy da Rocha¹

Resumo: Este artigo intenta apresentar uma discussão inicial a partir dos resultados de uma pesquisa desenvolvida acerca dos programas e políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. A cidade de Manaus, bem como outras cidades do país, vem registrando um crescente e preocupante número de casos de adolescentes participando de infrações graves, algumas vezes praticadas contra vítimas também adolescentes, transformando-os simultaneamente em autores e vítimas da violência social. Conhecer este adolescente, identificar suas demandas, é o primeiro passo para repensar este atendimento.

Palavras-chave: Políticas públicas, Adolescente em conflito com a lei, medidas sócio-educativas.

Apresentação

O interesse pela temática do adolescente em conflito com a lei partiu de uma série de atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Amazonas, que nos possibilitaram conhecer e perceber a urgente necessidade de direcionar atenções ao atendimento do adolescente em conflito com a lei na cidade de Manaus. A pesquisa inicialmente desenvolvida objetivou identificar a cultura e políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Amazonas, estabelecendo sua proximidade ou distanciamento com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), em vigor, procurando também traçar um breve perfil de jovens e adolescentes usuários do sistema sócio-educativo. A metodologia proposta prioriza a análise documental (propostas, programas, regulamentação de ações e medidas sócio-educativas, Estatuto, etc.), e as concepções dos dirigentes e corpo técnico das instituições-palco da pesquisa. A abordagem qualitativa com ênfase no método etnográfico surgiu como alternativa mais indicada para uma pesquisa de cunho descritivo, em que as variáveis não estão sofrendo nenhum tipo de controle ou manipulação, tendo como delineamentos o levantamento de opiniões (concepções/cultura de atendimento) e o estudo das relações existentes entre os procedimentos e políticas explicitados nos documentos internos e proposição da Lei Federal 8.069/90.

Políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei

A partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), muita coisa tem sido feita a respeito do jovem infrator, chamando a atenção de toda a sociedade para refletir sobre as questões do adolescente em conflito com a lei e da criança pobre e desassistida, que passam a ser pessoa de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao longo de seus treze anos de existência, tem suscitado muitas reflexões em torno da realidade de crianças e adolescentes, da Doutrina

de Proteção Integral e dos programas e políticas sociais que se propõem à aplicação do mesmo. Coincidindo com esse mesmo período intervalar, a cidade de Manaus, como outras cidades do País, vem registrando um crescente e preocupante número de casos de adolescentes participando de infrações graves, algumas vezes praticadas contra vítimas também adolescentes, transformando-os simultaneamente em autores e vítimas da violência social. Tais dados ocupam lugar de destaque na mídia, que parece fortalecer a construção de um fenômeno no contexto da violência urbana, cujos protagonistas – autores e vítimas – situam-se justamente como objeto-fim da Doutrina de Proteção Integral que embasa esta Lei.

Os diversos processos de representação e exclusão social têm conferido grande força e periculosidade a jovens, sobretudo os pobres, do sexo masculino, vinculando-os às identidades “delinqüentes”, “galerosos”, favorecendo o surgimento de uma categoria de “pequenos bandidos e vilões”, ao invés de focalizar a fragilidade social sob a qual tais sujeitos se encontram. Para estes, as medidas de proteção previstas no Estatuto, bem como a garantia aos direitos fundamentais, parecem não ter tido alcance desejado. (Costa, 2001)

Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas registram que entre as ocorrências do ano de 2000, grupos de jovens (galeras) foram responsáveis por 4% dos delitos graves ao longo do ano. (Costa, 2001) Quando estas ocorrências são especificadas por categoria do ato infracional, verifica-se que os percentuais atribuídos aos jovens aumentam numa correlação positiva ao aumento da gravidade do ato. Lesões corporais, roubos, estupros e tentativas de homicídio integraram os tipos de delitos praticados pelos mesmos no ano 2000, sendo que o percentual de participação como autores de homicídios chegou a 10%, revelando a gravidade do cenário no qual participam, direta ou indiretamente.

Considerando que nestes treze anos grandes esforços vêm sendo realizados não só no Amazonas, mas em todo o país, no sentido de empregar ações eficazes em atenção ao adolescente em conflito com a lei, entendemos ser uma etapa fundamental a identificação e análise da cultura de atendimento (Xaud, 2000) e das políticas implantadas, visando refletir se as mesmas correspondem ao proposto pelo Estatuto garantista. Deve-se identificar se houve ruptura com modelos anteriores (Código de Menores/Doutrina da Situação Irregular) que pouco ou nada contribuíram para a promoção de qualidade de vida, saúde mental e cidadania dos sujeitos implicados.

A riqueza na legislação, e até mesmo de muitos projetos institucionais baseados nesses documentos, não reflete a realidade dos serviços desenvolvidos pelos poderes públicos. Infelizmente ainda há uma ausência de programas governamentais permanentes e eficazes voltados a esse público que vêm passando por um processo constante de exclusão, estando sempre à margem da sociedade e das práticas de cidadania, limitando-se ao mínimo de condições estruturais e pequenas medidas de bolsa auxílio, mantendo uma cultura assistencial paliativa e eleitoreira. As medidas governamentais funcionam de forma deficitária, em decorrência da falta de vontade política, e da não continuidade de projetos implantados por gestões anteriores. O Projeto Galera Nota Dez pode ser mencionado como um exemplo de trabalho desenvolvido por um curto período de tempo, com contribuição significativa na diminuição da criminalidade em sua região de atuação. A proposta consistia em oferecer, no horário de maior incidência de criminalidade cometida por adolescentes e adultos jovens,

entre vinte e duas horas e três horas da manhã, e nos espaços das próprias comunidades, sede de associações comunitárias ou prédios públicos, atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

É comum os governantes não perceberem a necessidade de desenvolver ações pontuais voltadas aos adolescentes e adultos jovens, principalmente quando estes são de regiões urbanas periféricas que já sofrem sistematicamente em seu cotidiano, a falta da ação governamental.

Para completar este quadro de falta de assistência social aos adolescentes, deve-se destacar que os cursos superiores, mesmo em instituições públicas de ensino, que promovem a formação dos profissionais que devem atender ao jovem infrator, possuem uma característica elitista com uma estrutura curricular generalista, quase sempre com ausência de disciplinas e ações voltadas ao atendimento das demandas desse público. Não preparam os futuros profissionais para atuarem de forma específica, antes colaboram com a reprodução do pensamento clássico excludente e de relações perversas. Encontra-se frequentemente a referência ao adolescente em conflito com a lei, dentre outras, como: “ele é culpado”, “não quer ser recuperado”, “isso é perda de tempo”, “o adolescente é o culpado por tudo”, “ele é mal”, “tem má índole”, “a família dele tem má índole”, “não tem jeito”, “não quer nada com nada”, “pau que nasce torto nunca se endireita”, “não tem futuro” etc.

Nesse sentido, é fundamental trabalhar, inicialmente, a formação profissional, pois são as concepções de ser, de mundo e de ser no mundo que regem relações, é a partir de ideologias e visão de mundo que se pauta a atuação e o trabalho. Psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, e demais técnicos, precisam compreender que a relevância social do atendimento a esses jovens consiste em perceber que são pessoas com direitos, em processo de desenvolvimento e que, como todos os cidadãos, devem ter acesso à saúde, educação, cultura, lazer, esporte, profissionalização, alimentação.

O adolescente infrator, o ato infracional e as medidas sócio-educativas

Campos (2003) aponta que os instrumentos legais evoluíram do Código de Leis e Regulamentos Orfanológicos, mais preocupados com a transmissão dos bens, protegendo os direitos dos filhos legítimos, passando para um Código Civil que associava menor desvalido com menor delinqüente. Esta visão contribuiu para a formação de preconceito em relação aos “menores”, excluindo-os ainda mais. As mudanças continuam até culminarem no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado em todo mundo uma das legislações mais avançadas na área. Neste último, não há diferenciação entre situação ou classe da criança e adolescente a ser protegido. Todos passam a ser objetos privilegiados da Lei.

As desigualdades econômicas, os mecanismos de exclusão social, a banalização da violência e a vinculação da mesma com a pobreza resultaram em quadros que “a cada dia ocupam uma parte maior nas paginas policiais, invadem o espaço público com suas armas de verdade e brinquedo, participam do mercado do narcotráfico, matam e morrem” (Barros, 2003). Os diversos processos de representação e exclusão social têm conferido grande força e periculosidade a jovens pobres, do sexo masculino, vinculando-os às identidades de delinqüentes, ao invés de focalizar a fragilidade social sob a qual tais sujeitos se encontram.

Para estes, as medidas de proteção previstas no estatuto, bem como a garantia aos direitos fundamentais, parecem não ter tido alcance desejado. (Costa, 2001).

As medidas sócio-educativas, segundo Napoli (2003) “vão desde a simples advertência, passando pela obrigação de reparar danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semi-internação, até, finalmente, como ultimo recurso a privação total de liberdade em regime de internação. Tais medidas abrangem os adolescentes de 12 a 18 anos, que são considerados, por lei, inimputáveis.” Oliveira (apud Brito, 2000:22) destaca que:

é preciso ficar claro que medida socioeducativa não é, nem pode ser, vingança ou castigo. Aspectos punitivos e/ou retributivos (se é que de fato cabe falar desses aspectos quando nos referimos à justiça da infância e juventude) estão presentes na sentença judicial, que restringe parcial ou totalmente a liberdade do jovem. A execução da medida deve ter caráter ressocializador e educativo.

A imputabilidade penal de jovens menores de 18 anos e as condições de implantação de vários de seus artigos são, segundo Oliveira (apud Brito 2000:11), utilizados pelos opositores da doutrina de proteção integral, que apostam numa política de controle social da pobreza.

Portanto, o menor de 18 anos ao cometer um ato infracional passa pelo sistema sócio-educativo, sendo este, conforme Soares (2000), meramente protetivo. Isto significa que uma criança que comete um ato infracional recebe uma medida de proteção e nunca uma prisão, como acontece no caso do adulto. Sendo necessário fazer um trabalho de recuperação e de acordo com Soares (2000) “não há recuperação possível dando conselho e liberando um adolescente que cometeu um ato infracional. Torcer para que Deus ajude e que ele não volte a delinquir não resolve, tem que ser feito um trabalho de recuperação.” Este mesmo autor acrescenta ainda que “no sistema sócio-educativo, há três coisas que precisam ser consideradas: primeiro, o adolescente não é uma criança; segundo, o adolescente não é um adulto; terceiro, o adolescente não pode ser abandonado; ele precisa de uma orientação.” E conclui dizendo que “costuma-se dizer que a pena tem três finalidades: punir, prevenir e reeducar. Todos sabem que até na própria lei está dito que a finalidade da pena é reeducar o criminoso, mas nós sabemos que a pena, de uma maneira geral, não reeduca. Ela acaba cumprindo as duas funções: punir e intimidar.” (Soares, 2000:39); e ainda deixa de lado a principal medida, que é a de cunho educativo.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente dedica dezenas de artigos com a finalidade de dispor ou regular sobre a prática do ato infracional e das garantias processuais, além de detalhar procedimentos de cada medida sócio-educativa prevista.” (Bazílio apud BRITO, 2000:99).

Apesar destas regulamentações, Bazílio (id.) apresenta que cada Estado passou a buscar alternativas para prestar os serviços de atendimento tendo como referencial o Estatuto, encontrando grandes diferenças no que tange a metodologia de atendimento e as estratégias de ação.

Liberati (1991) apresenta que “as medidas sócio-educativas são aquelas atividades impostas aos adolescentes, quando considerados autores de ato infracional”. As medidas sócio-educativas definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente são: “advertência”, que de acordo com Liberati (id.) será aplicada através de admoestação verbal pelo Juiz, ao

adolescente autor de ato penal, perante seus pais ou responsável; a “obrigação de reparar o dano”; que, segundo Liberati (ibid.), deve ser imposta em procedimento contraditório e garantindo-se os direitos constitucionais, esta medida poderá determinar se o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou compense o prejuízo da vítima; a “prestação de serviços à comunidade”, que tem como objetivo reintegrar o adolescente infrator a comunidade; a “liberdade assistida”, com a aplicação desta medida o adolescente fica sujeito à orientação e assistência social por técnicos especializados ou associações; a “inserção em regime de semi-liberdade”, possibilitando com que o adolescente estude e trabalhe durante o dia e à noite recolham-se a uma entidade especializada; e “internação”, esta medida é aplicada em regime fechado, possibilitando que, a critério da equipe, o adolescente poderá realizar atividades externas e tendo como prazo máximo de internação três anos consecutivos ou não.

Por fim, é fundamental que as medidas sócio-educativas sejam não apenas colocadas em prática, mas que visem efetivamente à proteção e desenvolvimento dos adolescentes, pois, a partir da sócio educação e da implementação de políticas públicas de cunho social que visem o bem comum possibilitará a mudança de um contexto em que, de acordo com Mello (2003) “os ricos protegem-se com grades pensando que, assim, estarão à salvo; os pobres vivem entre as balas da polícia e dos bandidos que entre eles proliferam. É nesta sociedade injusta que crianças ricas e pobres são criadas, e o abismo que as separa torna-se cada dia maior”.

O perfil do adolescente em conflito com a lei

Segundo Liberati (1991), as definições dos conceitos de criança e adolescente, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, estão fundadas somente no aspecto da idade, não levando em conta outros fatores importantes como o social e o psicológico. O Estatuto estabelece a criança como aquela pessoa que tem até doze anos incompletos e o adolescente é aquele que tem entre doze anos completos até os dezoito anos incompletos. Destaque-se que esse conceito não é universalmente aplicado, pois em diversas culturas os limites etários, psicológicos e de relações são variáveis mantendo em comum, apenas as mudanças corporais.

Na adolescência, podemos observar diversas características. Palácios (1995) destaca que esse período é uma etapa de transição em que o sujeito não é mais criança, mas ainda não obteve o status de adulto. Zagury (1996) destaca a ocorrência de um acentuado desenvolvimento físico, transformações internas e externas; amadurecimento sexual (anterior para as meninas e posterior para os meninos); ocorrem também modificações a nível social, em relação à amizade, modo de vestir, etc.; observa-se também o surgimento do raciocínio hipotético-dedutivo, permitindo generalizações mais rápidas, bem como compreensão de conceitos abstratos; há um grande aumento do apetite, em função do metabolismo acelerado. Algumas características de cunho mais psicológico são apresentadas por Knobel (1984), tais como: a busca de si mesmo e da sua identidade, a necessidade de intelectualizar e fantasiar, crises religiosas, tendências anti ou associas de diversas intensidades, contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta e constantes flutuações de humor.

Em relação à formação da identidade do adolescente Fierro (1995) apresenta que a adolescência é um momento de suma importância na formação da identidade da pessoa e que embora preparada em etapas anteriores e consumada em momentos posteriores, é na adolescência que, na perspectiva eriksoniana, o autor conclui dizendo que o indivíduo atinge esse ponto de maturação que permite viver em sociedade e relacionar-se com os demais, como pessoa psicossocialmente sadia e madura.

É importante destacar que todas as características acima descritas refletem o pensamento de teóricos da psicologia chamada tradicional, cujos conceitos impregnaram o pensamento ocidental sobre o que é ser adolescente, o que é ser normal, etc. Cabe destacar que na busca de novos paradigmas e de nova cultura de atendimento, conceitos podem e devem ser revistos no sentido de permitir pensar o adolescente sob outra perspectiva. Aguiar, Bock e Ozella (2001) apresentam, na Psicologia Sócio-histórica, uma adolescência entendida a partir do que a sociedade construiu historicamente como possibilidade de expressão de um chamado “mundo adolescente” e aí cristalizou esse período do desenvolvimento. Se desconsiderarmos as condições sociais e históricas que potencializam a participação de tantos adolescentes na prática infracional, passamos a ter nas teorias acima citadas poucos subsídios para compreensão dos processos bio-psico-sociais e históricos presentes na determinação destes fenômenos.

Especificamente sobre o adolescente em conflito com a lei, na cidade de Manaus, a grande maioria é oriunda de bairros populares e precariamente assistidos por ações governamentais. São moradores das zonas norte e leste da cidade, áreas mais populosas, constituídas por conjuntos habitacionais e intensas, ocupações ocorridas nas duas últimas décadas, a partir da intensa migração de pessoas de municípios e estados vizinhos. Essa migração foi favorecida pela implantação do pólo industrial da cidade de Manaus, que transparecia a existência de uma grande quantidade de emprego imediato a todas as pessoas, impressão esta que nunca se tornou fato.

Fazem parte de famílias pobres e desestruturadas, com baixa escolaridade e alto índice de desemprego. Muitas vezes vivem sob a guarda não oficial de um único parente, um tio, uma tia, um avô ou avó, sendo que característica mais evidente é a convivência com apenas um dos pais, quase sempre a mãe. Esta, muitas vezes, vive com um novo companheiro e conflitos são gerados na relação padrasto-adolescente.

Organizam-se pelo pertencimento a grupos autodenominados “galeras”, que reúnem-se em seus bairros para “se divertir” e cometer delitos. A maioria são autores de atos infracionais graves, tais como: homicídios, latrocínios, estupros, violência sexual, assalto, agressão, tráfico de drogas, neste último caso, não raro em nível internacional. Percebe-se um grande número de jovens naturais de outros estados e de municípios vizinhos.

Por fim, não são raros os pais também usuários de drogas, dependentes de bebidas alcoólicas e portadores de um histórico de agressividade familiar.

As discriminações diversas sofridas por parte dos familiares se configuram como perspectivas depreciativas, considerando que eles “não tenham futuro”, “não tem mais jeito”, aos maus tratos, abandono e internação. Destaque-se que a própria comunidade olha o adolescente em conflito com a lei como uma pessoa diferente, alguém a ser evitada. Há uma

exclusão latente em decorrência, principalmente, do medo que alguns moradores sentem em relação a alguns garotos.

A baixa escolaridade certamente é fator característico nesses jovens que não possuem a seriação de acordo com a idade escolar ou mesmo abandonaram ou desistiram de estudar por diversos motivos, em geral pela exclusão que a própria escola realiza, disfarçada de diversos modos e facilmente identificada no suposto não gostar de ir à escola. Falta incentivo, verba para aquisição de materiais escolares, uniformes, alimentação. Falta, fundamentalmente, repensar políticas de atendimento ao adolescente, a começar pela escolarização formal. Presente no discurso da falta, a escola e as concepções norteadoras deste pensamento contribuem para potencializar atos infracionais.

Para somar à exclusão sofrida por esses indivíduos, o uso de drogas é um fator evidente e concreto, sejam entorpecentes, farmacêuticos, ou os mais comuns, cocaína e maconha. Drogas lícitas também fazem parte desse contexto, em que a bebida alcoólica está presente diariamente em suas vidas, muitos deles, em pelo menos uma vez, já ingeriram em algum momento de suas vidas o próprio álcool puro ou mesmo desodorantes que tenham alto teor alcoólico.

Contrastando com a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes na cidade de Manaus, tem crescido, nos últimos anos, o número de eventos envolvendo adolescentes oriundos de classes mais favorecidas sócio-economicamente, participando de atos infracionais. Em sua maioria infrações de trânsito, como fazer “pegas” (corridas de carro em alta velocidade), dirigir alcoolizados e o consumir drogas e tranqüilizantes. Seguramente, boa parte dessas ocorrências são minimizadas, quando não omitidas, quase sempre recebendo um tratamento diferenciado, em que esses não são considerados infratores, são “coitados”, ou acometidos de problema emocional, “crianças que cometeram um pequeno erro”, etc., ou seja, há tratamento diferenciado pelas infrações cometidas por adolescente pobre e pelos ricos. Portanto, o fator socioeconômico pode ser considerado como fato importante para o cometimento de atos infracionais por adolescentes em conflito com a lei, mas não pode ser visto como fator determinante.

Se nada for feito, o adolescente em conflito com a lei na cidade de Manaus, e possivelmente em todo o país, continuará desenvolvendo medidas anti-sociais, roubando, usando drogas, traficando, agredindo, matando, etc. O jovem deve ser inserido no mercado de trabalho, participando ativamente de sua cidadania, certamente terá uma maior expectativa de vida, principalmente longe da violência. Assim, é fundamental que os governantes assumam o simples compromisso de cumprirem a lei, deixando de lado ações paliativas e passando a desenvolver programas sérios que possibilitam o pleno cumprimento da cidadania do jovem, se preparando de forma efetiva para o convívio social.

Considerações finais

A necessidade de incluir socialmente o adolescente em conflito com a lei na cidade de Manaus é uma ação a ser desenvolvida com urgência para que essas pessoas em fase de desenvolvimento passem por um processo de intervenção social e reeducação, pois ninguém

nasce criminoso, enquanto nenhuma medida for tomada estaremos garantindo a existência dos futuros frequentadores dos sistemas prisionais da cidade. É dever do estado, da família e da sociedade como um todo garantir o pleno apoio ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Brasil, 1988). Ações isoladas, de pessoas, de organizações não governamentais, de associações comunitárias, de secretarias públicas, etc. serão sempre ações paliativas. É fundamental tomar o tema da inclusão social do adolescente em conflito com a lei como de interesse público prioritário, que deve ter medidas urgentes executadas de modo a garantir o pleno desenvolvimento de todas as camadas da sociedade.

As políticas públicas devem ser retiradas do papel e colocadas em prática. É necessário descruzar os braços e implementar uma cultura de ação no sentido de reeducação social dos adolescentes infratores. Deve-se fortalecer as organizações não governamentais, o ministério público, defensoria pública, as unidades sócio-educativas precisam ser reestruturadas, ampliando convênios com os setores privados, trabalhar a família, reciclar os profissionais que atuam na área e, por fim, inserir a comunidade e a sociedade como um todo nesse processo de forma permanente.

Percebe-se que, em sua maioria, trata-se de pobres, negros, desempregados, periféricos. Mas, certamente, a falta de estrutura política, educacional, social, cultural, o descaso com políticas públicas de inclusão social e a falta de percepção dos governantes e da sociedade como um todo, que não percebem a urgência de efetivar medidas que não sejam paliativas e eleitoreiras, são os principais fatores a serem revisados. Seguramente, se os adolescentes em conflito com a lei, que são autores e vítimas da violência física, evoluírem a todas as demais camadas da sociedade, ao invés de se tornarem cidadãos participativos no futuro próximo, se tornarem os usuários dos sistemas prisionais, a sociedade estará perpetuando a sua ineficiência neste campo social.

Referências:

- AGUIAR, Wanda M. J.; BOCK, Ana M. B.; OZELLA, Sérgio. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana M.B.; GONÇALVES, Ma. G.; FURTADO, Odair (orgs.) *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortês Editora, 2001.
- BAZÍLIO, Luiz C. Políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente: uma experiência de cooperação no estado do Rio de Janeiro. In: BRITO, Leila M.T. (org). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- CAMPOS, Herculano Ricardo. Apresentação. *Estud. Psicol.* (Natal). [on line]. Jan/jun. 1997, vol.2, nº1 [citado em 20 de janeiro de 2003], pp. 135-139. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=@1413294X199700010000&&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1413-294X.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal 8.069/90, apresentada por Siro Darlan. Rio de Janeiro: DP&a
- COSTA, Cláudia R.B.S. F. (2001). *Da Infância à Delinquência: a construção de pequenos e grandes bandidos e vilões*. II Jornada de Psiquiatria e Psicologia da Região Norte. Manaus –AM.
- FIERRO, Alfredo. Relações sociais na adolescência. In: COLL, Cezar; PALÁCIOS, Jesus; MAR-

- CHESI (orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- KNOBEL, Maurício. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, Arminda e KNOBEL, Maurício. *Adolescência Normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- LIBERATI, Wilson D. *O Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários*. Brasília, 1991
- MELLO, Yvonne Bezerra de. Problemas psicológicos encontrados em crianças que vivem em contato constante com a violência: um depoimento. *Estud. Psicol.* (Natal). [on line]. Jan/jun. 1997, vol.2, nº1 [citado em 20 de janeiro de 2003], pp. 135-139. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=@1413294X199700101000&&Ing=pt&nrm=iso. ISSN 1413-294X.
- NAPOLI, Cristiane S. B. Liberdade assistida: a construção de um novo espaço. In: BARROS, Fernanda OTONI. (coord.) *Tô fora: o adolescente fora da lei. O retorno da segregação*. 3v. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- OLIVEIRA, Eliana R. Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: observações sobre a política de atendimento a jovens em conflito com a lei no Estado do Rio de Janeiro. In: BRITO, Leila M.T. (coord.) *Jovens em Conflito em Lei*. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2000.
- PALACIOS, Jesús. O que é a adolescência. In: COLL, Cezar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI. (org) *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PEÇANHA, Gesilda A; LIMA, Juliana B. Relatório – DCA 2002. Governo do Estado do Amazonas. Departamento da Criança e do Adolescente, 2002. (não publicado)
- SOARES, Judá J. B. O sistema socioeducativo no âmbito do estado do Rio de Janeiro: panorama atual e perspectivas. In: BRITO, Leila Maria T. (coord.) *Responsabilidades: Ações Socioeducativas e Políticas Públicas para a Infância e Juventude no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.
- XAUD, Geysa M. B. Os desafios da intervenção psicológica na promoção de uma nova cultura de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. In: BRITO, Leila M.T. (org.) *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1999.
- ZAGURY, Tânia. *O adolescente por ele mesmo*. 7ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1996.

Notas:

¹ Aluno do curso de graduação em Psicologia

Juventude e políticas públicas: algumas reflexões necessárias

Andréia Cristina Costa Pinheiro¹

Caroline Leite Farias²

Eder da Silva Gomes³

Flávio Bentes Abreu Filho⁴

Haila de Nazaré Araújo Pinheiro⁵

Josiana Taís Silva de Souza⁶

Keyte Ane Pantoja Neto⁷

Raryston Rodrigues Passuelo⁸

Resumo: Está organizado de forma a subsidiar o debate sobre a questão da juventude e coloca à tona referências da forma da constituição da juventude. Aborda ainda a questão das políticas públicas, revelando a possibilidade de mudança dos cenários a partir da garantia de direitos sociais.

Palavras-chave – Juventude; políticas públicas; identidade.

1. Introdução

O presente artigo tentará elucidar alguns pontos pertinentes à políticas públicas para a juventude, de forma que estas sejam implementadas com maior efetividade e consistência.

Algo que sempre vem à mente daqueles que passam por dificuldades é a falta de oportunidade que os subjugaram por toda a vida. O jovem da atualidade não deve se valer de atributos fáceis e baratos para entrar na vida do crime ou, até mesmo, acomodar-se com o pouco que lhe é conseguido com um emprego que não lhe possa dar um futuro melhor.

Muitos são os exemplos da sociedade que provam que quando se quer algo, é possível conseguir de modo honesto e eficaz. Por exemplo, vimos jovens provenientes de camadas populares que conseguiram mudar a realidade que os cercavam e, dessa forma, obtiveram uma vaga em uma instituição de ensino superior público.

Isso sim é acreditar em preceitos próprios que cada indivíduo carrega consigo mesmo. Dessa forma, não se deixará levar pelo dinheiro fácil que tanto aflige as relações sociais, que passam a ser cercadas por violência, tráfico de drogas, prostituição, dentre tantas outras questões que estão presentes no cotidiano.

Além disso, não podemos só nos prender às questões de ordem profissional e educacional para determinarmos políticas públicas para a juventude. Também deve se levar em conta os aspectos psíquico-biológicos que permeiam a juventude. Tudo isso porque os jovens são envoltos por um processo de mudança constante e, o que é mais importante, é um período fundamental da vida do indivíduo, em que será moldada a sua personalidade.

Assim, se o jovem for permeado por relações hostis (o que é comum nas periferias de todo o Brasil), ele poderá ser facilmente convencido que a prática do crime é um meio de vida vantajoso. Por outro lado, não basta apenas estar exposto às falsas benesses do mundo do crime. O jovem precisa estar desiludido e sem perspectivas para que seja introduzido no mundo do crime.

Logo, para se evitar a perda de um jovem para o mundo do crime, deve-se fazer com que ele tenha perspectivas reais para uma vida melhor, mostrar-lhe que é possível mudar a realidade que o cerca.

Tendo-se tudo isso em vista, o presente artigo abordará alguns aspectos psíquico-biológicos e sociais para a formação do jovem enquanto cidadão, além de citações pertinentes às políticas públicas para a juventude.

2. Alguns referenciais teóricos necessários

Ao se falar em política pública para juventude não há como fugir da prerrogativa de que a educação é o melhor meio para a implementação destas. Não só a educação, mas também questões que dizem respeito à formação dos jovens, políticas públicas propriamente ditas, o reconhecimento da transição da infância para a adolescência e para a fase adulta, além de questões psíquico-biológicas e sociais.

2.1- A personalidade do jovem: as bases para uma boa formação

Para se criar uma política pública para juventude, primeiramente é necessário saber como um jovem elabora sua personalidade e quais os fatores e as pessoas que o influenciam. Também deve-se conhecer este jovem, saber o que ele pensa, pois não faria sentido criar algo para ele sem realmente saber suas verdadeiras necessidades.

A construção da identidade é considerada a tarefa mais importante da adolescência, o passo crucial da transformação do adolescente em adulto produtivo e maduro, pois afirma que quanto mais desenvolvido o sentimento de identidade, mais o adolescente valoriza o modo em que é parecido ou diferente dos demais e mais claramente reconhece suas limitações e habilidades. Quanto menos desenvolvida está a identidade, mais o indivíduo necessita o apoio de opiniões externas para se avaliar e compreender as pessoas como distintas.

Construir uma identidade implica em definir o que a pessoa é, quais são os seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida.

Por este motivo, é necessário colocar a identidade como uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com as quais o indivíduo está solidamente comprometido.

Por outro lado, apresentam-se duas dimensões essenciais na formação de qualquer adolescente: uma é a crise ou a exploração, a outra é o comprometimento ou o compromisso.

Por crise ou exploração se entende o período de tomada de decisão, quando antigos valores e antigas escolhas são reexaminados, podendo ser de forma tumultuada ou ocorrer gradualmente.

Por comprometimento, entende-se como os compromissos correspondentes às questões que o adolescente mais valoriza e com as quais mais se preocupa refletindo o sentimento de identidade pessoal.

Logo, ela defende que a formação de identidade desenvolve-se ao longo da vida do homem, levando-se em conta que é no período da adolescência que ocorre às transformações mais significantes.

2.2- Juventude: um período de transição

Entre muitos autores é consenso que a adolescência começa com a puberdade, fazendo com que o início da mesma seja marcado por inúmeras mudanças corporais.

Também podemos dizer que o fim da adolescência parece estar marcado pelas mudanças sociais, ou seja, quando o indivíduo completa as tarefas intrínsecas a esse período. Podemos citar as descobertas pelas quais os jovens passam, os conflitos gerados dentro dos lares pela reivindicação de mais liberdade, dentre outras características que permeiam os jovens.

Mais adiante podemos evidenciar que no final da adolescência o jovem passa a se preocupar mais com o seu futuro, procurando identificar-se com uma determinada ocupação, além de um núcleo de relações interpessoais relativamente estáveis. Tudo isso se resume pela procura do jovem em conquistar o seu próprio espaço na sociedade.

Devido ao fato de a adolescência ser uma preparação pra se criar um homem adulto, torna-se necessário ter muito cuidado com os adolescentes, já que estes estão numa fase fácil de ser conduzida por outros níveis de relações sociais. Por este motivo é muito importante que os pais exerçam uma influência positiva na educação de seus filhos.

Dessa forma é importante observar que a sociedade constrói valores diversos a esse adolescente, no entanto, não oferece uma base sólida sobre o qual esses adolescentes possam escolher suas opções. Por isso é obrigação das gerações mais velhas transmitirem valores sólidos sobre os mais novos, para que estes possam construir uma identidade íntegra de valores morais.

Mas, observa-se uma falta de valores em nossa sociedade, o que acaba afetando a formação de nossos jovens. Logo, os valores das gerações passadas acabam sendo desconsiderados, sem ao menos colocar um outro no lugar.

Num mundo globalizado, em que os meios de comunicação e a facilidade dos meios de transportes ampliam a visão dos jovens, trazendo valores os mais diversos possíveis, tornou-se necessário educá-los por meio de valores comuns, universais, além de se propor uma educação que considere a dignidade humana.

Nesse processo, a escola tem um papel fundamental, pois junto com seus conteúdos programáticos, pode-se permitir a exploração nos diversos domínios, favorecendo o indivíduo ao se procurar compromissos firmes, sobre os quais fazem parte de sua vida, e que o ajudem a ser útil à sociedade.

Por este motivo é muito importante que a família, a escola e as políticas públicas desenvolvam ações de apoio aos adolescentes, favorecendo-os de uma maneira em que a tenham construído para si níveis de consciências mais críticas.

2.3- O papel fundamental das perspectivas na vida dos jovens

No que diz respeito às perspectivas de futuro dos jovens, tendo-se como temas centrais os sentimentos e as emoções em relação ao futuro, as expectativas quanto ao ingresso em uma universidade, quanto aos futuros relacionamentos, quanto a emprego e carreira e ainda quanto ao futuro global, Oliveira (2004) observa que a maioria dos jovens é otimista, demonstrando confiança no futuro e motivação ao alcance de suas metas.

Para ela, os jovens de classe média demonstram um sentimento de angústia e baixa au-

toconfiança quanto ao alcance de metas acadêmicas, revelando sentirem-se pressionados na tomada de decisões acertadas.

Oliveira afirma que, devido ao fato de os adolescentes de classe popular mostraram-se bem indefinidos quanto à escolha de uma profissão, acabam associando à universidade aspectos negativos; e com razão, pois “historicamente os investimentos na qualidade da educação básica pública brasileira foram sendo reduzidos, ampliando-se o fosso que separa os estudantes das camadas populares do acesso à universidade” (id., 2004: 46).

Existe entre os jovens uma tensão causada pelas incertezas do mercado de trabalho, já que a nossa sociedade está em rápida transformação, pressionada pelas novas tecnologias, bem como pelas exigências da economia globalizada.

Em relação ao futuro global, Oliveira (2004) se diz otimista em relação aos jovens, pois se apóia em uma visão em que os jovens de hoje nutrem um menor envolvimento com a crítica e com projetos de transformação social, se comparados às gerações anteriores.

É interessante evidenciar que a maior parte dos adolescentes encara positivamente o estabelecimento de relacionamentos estáveis, a construção de famílias e de amizades. Dessa maneira, a família apresentou-se como um valor muito estimado pelos jovens, independente de sexo ou classe social. Assim, percebe-se que alguns jovens relacionaram o encontro de um companheiro ou companheira como fator necessário ao alcance da felicidade.

Logo, podemos perceber que os jovens desejam ingressar no ensino superior, inserir-se no mercado de trabalho por meio de atividades que lhe tragam satisfação pessoal, além de terem como meta a constituição de uma família.

2.4- A juventude e as políticas públicas

Em uma análise sobre as ações públicas destinadas à juventude em meados da década de 90, Rua (1998) propõe que o entendimento das políticas públicas se dá como um conjunto de decisões e ações destinadas a resoluções de problemas políticos. De acordo com Rua (1998), as políticas públicas ao nível federal, as políticas setoriais de educação, saúde e trabalho, não estão voltadas aos jovens, ou seja, não estão sendo orientadas pela idéia de que os mesmos representariam o futuro, numa perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Somente no final da década de 90 e no início da atual é que iniciativas públicas passam a ser observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e com outras dos poderes executivos, Federal Estadual e Municipal.

O debate sobre a juventude é dirigido ao controle social do tempo juvenil, formação de mão de obra e também aos que aspiram pela realização dos jovens como sujeitos de direitos.

Ao longo da história, algumas formações em torno dos segmentos juvenis e adultos têm sido feitas. Ora jovens são vistos como problema, ora como setores que precisam ser objeto de atenção. Há um questionamento a ser feito: deve-se manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela a sociedade e seus problemas?

É preciso compreender que histórica e socialmente a juventude tem sido considerada

como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados problemas sociais.

Já para Paes (1993) e Abramo (1997), a conjuntura juvenil dos anos 60 era um problema na medida em que ela podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações situadas em comportamentos éticos e culturais.

Por outro lado, é no âmbito de uma concepção ampliada de direitos que alguns setores da sociedade brasileira têm se voltado para a discussão da situação dos jovens, cuja expressão maior se dá pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069, promulgado em 13 de junho de 1990. O ECA é o marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispõe a transformar o estatuto da maioridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei.

O caráter inovador das representações, posto na defesa de direitos e produtos dos movimentos sociais, entra em disputa com o campo dominante de significados constituídos, que imediatamente filtram, reinterpretam e restringem a percepção.

Observa-se que nos últimos anos houve uma reação conservadora às conquistas, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária e na Constituição Federal. Assim, temos como um dos exemplos à proposta da diminuição da maioridade para atribuir a responsabilidade penal e a demanda de providências coercitivas típicas do mundo adulto para adolescentes e crianças.

Portanto, como vimos, a implantação de políticas públicas para a juventude é de fundamental importância para o progresso de uma sociedade. Não só apenas a implantação, mas a implementação de políticas públicas para a juventude eficazes e capazes de mudar de forma efetiva a vida de todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma vida melhor.

Referências:

- ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 1997, n. 5/6, maio-dez, p.25-36. (Número Especial sobre Juventude e Contemporaneidade);
- CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Cultura, Identidades e Cidadania: Experiências com Adolescentes em Situação de Risco*. In: CNPD-Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. *Jovens acontecendo na Trilha de Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, 1998;
- OLIVEIRA, M. C. S.M.L. *O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade*. Em *Curso de prevenção do uso indevido de drogas para educadores de escolas públicas*. Brasília: MEC/SENAD/UnB, 2004;
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993;
- RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude nos anos 90*. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 2v. Brasília: 1998, CNPD, p. 731-752;
- SILVA, Marcelo Pessoa da e ARRUDA, Marcela Rocha de. *Um Estudo sobre as Características dos jovens “desmotivados” no Brasil* - texto apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Sessão do Comitê de Juventudes e Políticas Públicas, Ouro Preto, novembro, 2002-não publicado.

Notas:

¹ Acadêmico da Curso de Biologia do Campus de Belém.

² Acadêmica do Curso de Serviço Social do Campus de Belém.

³ Acadêmico do Curso de Pedagogia do Campus de Breves.

⁴ Acadêmico do Curso de Pedagogia do Campus de Breves.

⁵ Acadêmica do Curso de História do Campus de Belém.

⁶ Acadêmica do Curso de Geografia do Campus de Belém.

⁷ Acadêmica do Curso de Turismo do Campus de Belém.

⁸ Acadêmico do Curso de Medicina do Campus de Belém.

Juventude, universidade e trabalho comunitário: participação e diálogos entre teoria e práticas sociais

Ednaldo Pereira Firmiano
Helano Luz Lopez
Maria Viviane Matos de Lima
Maríllia Alves Teixeira
Rita de Kácia Marques dos Santos
João Tancredo Sá Bandeira (orientador)

“A gente não quer só comida, *A gente quer comida, diversão e arte, A gente não quer só comida, A gente quer saída para qualquer parte.*” *Titãs*

A trajetória da sociedade moderna, por inúmeros fatos históricos demonstra que para um país ter um bom nível de desenvolvimento sócio-econômico faz-se necessário investimento maciço em educação. Pode-se, por exemplo, citar o caso de países que foram atingidos por ampla destruição durante a Segunda Guerra Mundial e conseguiram, reconstruir seu potencial de grandeza econômica e social, como é o caso da Alemanha e do Japão, graças à prioridade dos investimentos em educação.

No Brasil, a educação, em geral, tem se tornado grave problemática, tal a característica de precariedade de todos os níveis de ensino/aprendizagem. Apesar do país investir cerca de 5,2% do PIB em educação, este investimento torna-se pouco em relação às demandas sociais que urgem por respostas há séculos, sobretudo, no que se refere à qualidade social de uma educação para todos.

Atualmente, estima-se existir na realidade brasileira 14,6 milhões de analfabetos absolutos e 30 milhões de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas funcionais. Pouco mais de 1% da população brasileira frequenta o ensino superior, diferente do que acontece nos países desenvolvidos, onde esse percentual chega a mais de 5%.

A questão do acesso e permanência com sucesso ao ensino superior, bem mais que garantir a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social de um povo, é uma questão fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer país na realidade mundial contemporânea. Nesse sentido, Soares enfoca a importância da universidade ao afirmar que *toda uma política de expansão do ensino superior se faz necessária para atender as necessidades do desenvolvimento científico, tecnológico do país, principalmente em face da conjuntura moderna* (2003:94).

No Brasil, a evolução da educação de nível superior seguiu passos diferentes do restante da América Latina, onde as universidades surgiram logo no século XVII. Aqui, os primeiros cursos de nível superior foram criados durante a instituição da República, todos voltados para as elites e contemplando apenas a formação profissional. As universidades só vão surgir

a partir de 1929, quando o governo passa a fomentar a criação destas instituições. Nessa época, passa a existir grande acréscimo do número de universidades no País. Contudo, mesmo em nossa atualidade, esse quantitativo ainda é bastante precário frente ao desafio da demanda social brasileira.

Para a realidade dos jovens de baixa renda, as escolas sem infra-estrutura, professores mal remunerados e as graves seqüelas da exclusão social acabam por dificultar seu acesso às universidades. Pesquisas recentes mostram que de cada 100 jovens de 18 a 24, apenas nove cursam o ensino superior, desse total 70% estão nas faculdades particulares.

Neste contexto, o governo vem discutindo e defendendo políticas sociais de cotas, proposta polêmica que destina 50% das vagas nas universidades públicas para estudantes da escola pública. Por outro lado, implanta o PROUNI, que paga milhares de bolsas de estudos para jovens de baixa renda, em faculdades particulares.

Especialistas no assunto dizem que além de violar direitos constitucionais, as reformas propostas não resolvem as deficiências de qualidade na educação, apenas redistribuem as vagas ou impedem a criação de novos cursos e não melhoram a qualidade da educação superior no Brasil. Em alguns casos aumenta a concorrência nas universidades públicas.

Quando essa problemática educacional aborda o Nordeste brasileiro, a situação piora ainda mais, pois a região é considerada a menos desenvolvida do Brasil. Isso pode ser percebido quando analisamos os índices de desemprego, a falta de estruturas adequadas de suas escolas e hospitais públicos, bem como a má qualidade de vida do homem do campo e das periferias nas grandes capitais. Segundo dados do IBGE de 2004, as taxas de analfabetismo chegam a 39,1% nas áreas rurais dessa Região.

Os jovens dessa parte do Brasil são bastante prejudicados com relação à qualidade das escolas públicas que não cumprem devidamente com seu papel, que dentre várias outras funções, deveriam formar os cidadãos, privilegiando a construção de seres críticos e reflexivos, consciente de seu papel de transformação na sociedade em que vivem.

Ao invés disso, temos escolas que persistem em metodologias tradicionais e mecanicistas, insistem em alienar os jovens com uma pedagogia conteudista, em que o professor, em muitos casos, ainda se posiciona e também é socialmente percebido como um ser superior, dono do saber, enquanto os homens e mulheres comuns, o povo em geral e, sobretudo, os jovens, são vistos e tratados como ignorantes. Esse tipo de abordagem educacional, apesar dos avanços auferidos em relação ao direito à educação por meio da ampliação do acesso, das matrículas à escola básica, ainda hoje, estarem presentes na realidade brasileira e vêm se reproduzindo em práticas conservadoras que enfatizam muito a criação de seres com consciência bancária e sob muitos aspectos comprometem a qualidade da educação em nosso país. Paulo Freire (1979) destaca as conseqüências sociais desse modelo de educação ao expor a seguinte opinião:

A consciência bancária “pensa que quando mais se dá mais se sabe”. Mas a experiência revela que com este mesmo sistema só se formam indivíduos medíocres, porque não há estímulo para a criação, só reprodução.

Muitas são as possibilidades de o jovem se contrapor a esse processo histórico de alienação social, que vem caracterizando a realidade brasileira. O engajamento nos vários movimentos

sociais populares, a atuação em ONGs e partidos políticos, etc. O ingresso em um curso superior tem forte representação social, significando para os jovens um verdadeiro rito de passagem para um estágio de maior maturidade intelectual, profissional e existencial.

Contudo, esse processo historicamente é muito elitizado. Faltam incentivos e condições financeiras para que a maioria dos jovens, sobretudo, aos de origem popular, consiga ingressar, cursar e concluir com sucesso um curso de nível superior.

Tal situação vem se constituindo em fenômeno social e campo de investigação para vários estudiosos que estão desenvolvendo pesquisas sociais e cada vez mais, denunciando os elevados percentuais de estudantes de origem popular que não ingressam nas Universidades Públicas, visto que a grande maioria destes estudantes, ao concluírem seus estudos em escolas públicas, não conseguem acumular conhecimentos suficientes que permitam seu ingresso na graduação, devido ao gritante processo de exclusão social que vivenciam, somadas as más condições de ensino/aprendizagem nas escolas básicas. Lopes (2006) sinaliza algumas iniciativas da sociedade civil que buscam enfrentar este desafio.

Mesmo porcentagens tão baixas de estudantes oriundos das classes populares, ingressando em uma instituição pública de ensino superior, já pode ser considerado como o resultado da implantação de cursos pré-vestibulares populares, os quais buscam dar oportunidade de acesso a um curso superior a estudantes de baixa renda. Na UFC existem nove desses cursos registrados como projetos de extensão, funcionando nos campi, em bairros da periferia de Fortaleza e interior do Estado. Esses cursos são de iniciativa de departamentos, sindicatos, centros acadêmicos, professores ou de convênios institucionais.

Mesmo sendo bastante elevada a demanda por esses cursinhos, os jovens das periferias de Fortaleza possuem poucas oportunidades para melhorar seus conhecimentos e aumentarem, assim, as possibilidades para ingressarem em um curso superior.

Se as oportunidades de um jovem da capital do Ceará são mínimas, pode-se imaginar as dificuldades que os jovens do interior do Estado enfrentam para quebrar todas estas barreiras que lhes são impostas e vir a conseguir acesso à tal direito.

No município de Pentecoste, interior do Estado do Ceará, localizada na região norte, a 118 km de distância da cidade de Fortaleza, que conta uma população de pouco mais de 32.000 habitantes (IBGE - 2004), o quadro educacional é bem mais preocupante: existem 53 estabelecimentos de ensino fundamental e 3 escolas de ensino médio. Com exceção de um estabelecimento que é da Campanha Nacional de Escolas das Comunidades (CNEC), todas as escolas do município são públicas. Com relação ao Sistema de Educação de Jovens e Adultos, o município tem uma escola que oferece apenas o ensino fundamental com estrutura precária. Dos 32600 habitantes do município, 5818 pessoas com 10 anos ou mais de idade não têm nenhuma instrução ou estudaram menos de 1 ano. Isso significa dizer que 17,8 % da população local é analfabeta.

A maioria dos jovens, no município de Pentecoste viaja quilômetros de pau-de-arara para estudar em escolas que não diferem da realidade brasileira, onde faltam livros e professores para disciplinas como Matemática, Física e Química.

No que diz respeito à continuidade dos estudos ao nível do ensino superior, a grande maioria dos que concluem o Ensino Básico na rede pública não consegue ingressar em uma

universidade pública; e boa parte destes jovens, desistem de continuar os estudos, antes mesmo de tentar o vestibular, pois diante da falta de oportunidades, é mais fácil para eles se conformarem em conseguir um subemprego.

Quando estes jovens terminam o ensino médio as chances de emprego são: trabalhar como Balconista de lojas, trabalhar na agricultura de subsistência, sujeito aos períodos de seca ou quem sabe pedir emprego a algum político da região e estar subordinado aos vícios políticos, sem direito de expressão da sua cidadania plena. Outra opção é ir morar na capital em casa de familiares ou em favelas, conseguir um subemprego e correr o risco de não mais voltar para ver seus familiares como acontece com muitos jovens que vão tentar a vida na capital, pois falta dinheiro até para se manterem ou têm vergonha de voltar por não ter conseguido uma boa posição social.

Com relação aos estudos, a maioria dos jovens que freqüenta as escolas, em Pentecoste, é desmotivada. Se quiser continuar a estudar, o jovem pode tentar uma vaga em um curso da universidade particular, para Pedagogia ou para alguma área de Licenciatura, para ser professor do município, onde o mercado já se encontra saturado de profissionais nestas áreas. Vale lembrar que a maioria da população é bastante pobre e apenas uma pequena parte pode pagar esses cursos, sendo que as aulas são ministradas aos finais de semana e os estudantes não têm acesso a Bibliotecas e a internet.

Uma outra opção é fazer parte do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) para tentar uma vaga na Universidade Federal do Ceará onde o vestibular é muito concorrido e, para isso, os jovens têm que estudar bastante, haja vista a falta de qualidade da escola pública já mencionada. Quando conseguem uma vaga, o desafio aumenta, pois grande parte não tem condições de se manter na universidade, tendo em vista que a família não tem recursos nem para se manter no interior, quanto mais sustentar o filho numa faculdade.

Diante de tal quadro, faz-se necessário que o governo invista em políticas públicas de qualidade para a formação dos jovens e não apenas em medidas paliativas para tentar contornar a situação. Neste sentido, a juventude de nosso país pode também se organizar para pressionar o governo e tentar quebrar a herança de passividade deixada pelos colonizadores que só queriam se beneficiar de nossas riquezas.

No referido município, os dados mostram que, entre os estudantes mais pobres com idade entre 18 e 24 anos, apenas 2,1 % estão matriculados no ensino superior contra 60,9 % dos mais ricos na mesma faixa etária.

Em uma comunidade no interior de Pentecoste, denominada de Cipó, distante de 18 Km da sede do município, a situação de acesso e permanência dos jovens na escola básica é mais precária ainda. No ano de 1994, os jovens dessa localidade não tinham nenhuma perspectiva de dar continuidade aos estudos, já que não havia lá escolas de ensino médio. Quando concluíam o Ensino Fundamental, normalmente, paravam de estudar, pois a maioria não tinha como se deslocar para a sede do município ou para Fortaleza, para completarem o ensino básico.

Foi justamente por enfrentar essa dramática realidade social e se sensibilizar com a falta de oportunidades educacionais para os jovens de sua comunidade que o Professor

universitário Manoel Andrade Neto, natural do Cipó, que havia vivenciado na infância as mesmas dificuldades, sendo obrigado a deixar sua família para estudar em Fortaleza, convidou alguns dos jovens excluídos de possibilidades de continuidade de formação escolar e superior, para formarem um grupo de estudo, com o objetivo de concluir o ensino básico e com perspectiva, também, de ingressar no ensino superior.

A princípio, sete jovens aceitaram o desafio de morar numa casa de fazer farinha abandonada, destes apenas um havia concluído o ensino básico através de sistema supletivo. Como não havia escola de ensino médio na comunidade e alguns estavam fora da faixa etária escolar, foram incentivados pelo professor a se matricularem no supletivo. Com essa modesta iniciativa nasceu o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE).

Além de dar esperança aos estudantes e oportunizar-lhes uma nova visão sobre a importância da educação, o projeto ajudou-os a vencer muitas dificuldades como alimentação, transporte para a realização das provas do supletivo em Fortaleza, além de livros recebidos de doações. Para superar as dificuldades relacionadas com a aprendizagem, esses jovens foram instruídos a se ajudarem mutuamente, numa filosofia de aprendizagens mútuas em células cooperativas.

As dificuldades eram muitas. No início, a presença dos professores acontecia somente nos finais de semana. Na semana, os estudantes se reuniam em grupos para estudar, os que detinham maior conhecimento em determinadas disciplinas passavam a coordenar os respectivos grupos de estudo. Por conta da grande necessidade e do enorme incentivo que recebiam do PRECE, estavam lançadas as sementes que iriam gerar grandes protagonistas estudantis, na comunidade do CIPÓ.

Em 1996, o primeiro estudante do PRECE foi aprovado no vestibular para o curso de Pedagogia na Universidade federal do Ceará. Em 1997, mais uma aprovação, para o curso de Engenharia de Pesca.

Nesse contexto, um grupo de estudantes ligados ao PRECE fundou, em 1998, o Projeto Educacional Coração de Estudante, que hoje se denomina Instituto Coração de Estudante - ICORES. Essa instituição foi organizada pelos próprios estudantes exatamente para oficializar o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE). O Instituto Coração de Estudante é uma instituição não-governamental, sem finalidades lucrativas, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável de comunidades de baixa renda, através da educação cooperativa e solidária, valorizando a participação dos próprios estudantes como protagonistas no processo de ensino/aprendizagens.

Com o aparato institucional acima especificado, o PRECE foi registrado como Projeto de Extensão em 1998, na Pró-Reitoria de Extensão da UFC. A partir daí, até o ano de 2001, oito (8) estudantes ingressaram na UFC.

A partir do ano 2000, os jovens da comunidade do Cipó, que estudavam através do sistema supletivo não precisavam mais ir à Fortaleza realizar as provas, haja vista que já havia realizado uma parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), situado na cidade de Itapipoca-CE, que enviava os professores para aplicar as provas na própria comunidade.

Nesse período, o PRECE iniciava processo de expansão e os próprios estudantes univer-

sitários voltavam à comunidade do Cipó, todos os finais de semana, para dar continuidade ao projeto. Ao nosso ver, esse fato é um dos melhores indícios de que a metodologia da mútua cooperação entre os estudantes estava dando certo.

Posteriormente, a parceria foi ampliada e os estudantes universitários do Programa se encarregaram de orientar o processo de aprendizagem e de aplicar as provas para os estudantes do supletivo, cabendo ao CEJA realizar os devidos acompanhamentos institucionais e dar a certificação necessária.

No ano 2003 aconteceu significativa ampliação do PRECE. Devido ao grande número de estudantes de Pentecoste interessados em estudar, as lideranças do PRECE, junto com os estudantes de Pentecoste que haviam estudado no Cipó, em 2002, decidiram implantar um núcleo na sede deste município.

Paralelamente ao trabalho nos dois núcleos (Pentecoste e Cipó), foi iniciada uma pequena experiência em uma comunidade de baixa renda em Fortaleza, por um grupo de estudantes que havia passado pelo PRECE e que se responsabilizou pela gestão do novo núcleo. Apesar das dificuldades iniciais para estrutura e funcionamento desse novo empreendimento, esse núcleo, com apenas um ano de funcionamento, conseguiu formar algumas lideranças e contar com a participação de jovens realmente engajados e comprometidos em mudar suas realidades por meio da educação.

No vestibular/UFC para o ano de 2002, sete (7) estudantes do projeto foram aprovados, confirmando mais uma vez o êxito do trabalho educativo do PRECE. Durante todo esse ano, nos finais de semana, quarenta (40) estudantes deslocavam-se da sede do município de Pentecoste e de outras comunidades vizinhas até a localidade do Cipó para estudarem no PRECE. Como não havia espaço suficiente na casa de farinha, os estudantes formavam grupos de estudo, ao redor da casa, embaixo das sombras de árvores.

Nesse auspicioso contexto educacional, o que mais chamava a atenção de todos que conheciam o PRECE era sua metodologia de aprendizagem em células cooperativas, estimulando inovador protagonismo juvenil no processo de ensino/aprendizagem.

Em todas as Escolas Populares Cooperativas, é esta a denominação das escolas criadas pelo PRECE, os estudantes em seus diferentes níveis são os gestores e executores dos projetos. No curso preparatório para o ensino superior, o processo educativo utiliza as relações cooperativas ou de mútuas aprendizagens entre os educandos e entre estes e os educadores. Em células de aprendizagem cooperativas os estudantes debatem e discutem sobre o assunto em questão de forma reflexiva. Aqueles com maior compreensão do assunto abordado se responsabilizam pela coordenação das células e por compartilhar seus saberes com os demais estudantes. A aprendizagem, portanto, é coletiva e participativa e dá oportunidade para que todos sejam sujeitos do processo, favorecendo o desenvolvimento da autonomia intelectual dos participantes, o que contribui para elevar sua auto-estima e exercício ativo da sua cidadania.

Atualmente, as várias disciplinas são coordenadas pelos estudantes que ingressaram na universidade, os quais retornam aos finais de semana para as suas comunidades e orientam os estudantes participantes dos cursos preparatórios.

A trajetória positiva da experiência educacional implantada pelo PRECE com o acúmulo

de vários resultados estimulantes em relação aos seus objetivos fizeram com que esse projeto se transformasse em um programa social bem mais amplo, de extensão da Universidade Federal do Ceará.

Atualmente, parte dos estudantes universitários engajados no PRECE participa do programa Conexão de Saberes e por esse meio esses estudantes estão qualificando pelo debate e pela reflexão o projeto que desenvolvem. Neste sentido, esta parceria com a Universidade Federal do Ceará vem contribuindo para fortalecer o ICORES e para ampliar seus programas de educação em células cooperativas, que, por ora, se estendem pelos municípios de Pentecoste, Apuiarés, Paramoti e Fortaleza, todos no estado do Ceará.

Em 11 anos de existência, o Programa já possibilitou o ingresso de 91 estudantes na Universidade Federal do Ceará (UFC) e, dentre estes, 9 já estão graduados, incluindo 2 que estão cursando mestrado e 1 que foi aprovado para o curso de Doutorado em química orgânica, todos na UFC.

Estes resultados são bastante significativos, principalmente, quando se considera que tais jovens são oriundos de comunidades de baixa renda, do interior do estado do Ceará, inclusive da zona rural e que somente conseguiram concluir a escolaridade básica pela modalidade do ensino supletivo, que, nesse caso, recebe o estímulo do engajamento político e social casado com a inovadora idéia das células cooperativas de aprendizagens mútuas. No entanto, o mais importante é que a maioria aprendeu a lição da relevância da participação social ativa e solidária e continua voluntariamente no programa, dando-lhe sustentabilidade.

Com suas ações, o PRECE luta por Políticas Públicas que venham melhorar a qualidade de ensino nas Escolas Públicas inclusive no campo da educação complementar para jovens e adultos, capacitando-os por meio de progressista engajamento social para que se desenvolvam intelectual e socialmente suas comunidade de origem, dignificando e qualificando a construção de novos sentidos e novas perspectivas em suas vidas. Democratizar o acesso ao ensino superior é uma problemática posta como desafio em nossa realidade educacional. Na fala de um dos sujeitos dessa história:

Depois de quase doze anos de luta, ainda estamos em busca de aprimoramento, pois acreditamos que a cada dia aprendemos algo novo com essa grandiosa experiência. Nossa missão é formar sujeitos críticos, capazes de realizar o desenvolvimento educacional, econômico, político e cultural nas comunidades populares de forma sustentável. Ainda não sabemos que rumos vão ser tomados, mas acreditamos que uma semente foi plantada e esperamos que possamos colher bons frutos dessa iniciativa de participação social (Rita de Kácia Marques Santos, 2006).

Referências:

- ABRAMO, H. W. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, nº 5: 25-26. São Paulo, ANPED, 1997.
- DAMASCENO, M. N. [et al]. *Trajatórias da juventude*. Fortaleza, ED. LCR, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*, 17 ed. Rio de Janeiro:1979

LOPES, E. L. *PRECE – Programa de Educação em Células Cooperativas: um movimento de educação para a autonomia*: Monografia. Orientador: Prof. Dr. Manoel Andrade Neto. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2006.

MELUCCI, Alberto. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Educação n° 5: 5 – 14. São Paulo, ANPED, 1997.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. *História da educação brasileira : a organização escolar*. 14.ed. Campinas, SP : Autores Associados, 1995.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> (Acessado em 13/01/2006).

<http://www.prece.ufc.br> (acessado no dia 02 de Agosto de 2006).

Juventude e cidadania: representações de jovens de espaços populares sobre cotidiano, direitos e participação

Claudiovan Ferreira da Silva
Elysson Feliciano da Silva
Josilene Pequeno de Souza
Meyrilane da Silva Gomes
Renildo Lúcio de Moraes
Yuriallis Fernandes Bastos
Tereza Correia da Nóbrega Queiroz (coordenadora)
Vilma de Lurdes Barbosa (coordenadora)

1. Apresentação

Esta pesquisa é desenvolvida por um coletivo de cinco estudantes bolsistas e duas professoras do **Programa Conexões de Saberes da UFPB** e visa a ampliar o intercâmbio entre a universidade e os espaços populares. Sua finalidade é conhecer o cotidiano e as percepções dos jovens moradores das comunidades São Rafael e Nova República sobre suas carências, entendidas como negação de direitos e suas aspirações relacionadas às suas concepções de direitos. Parte de um conceito de cidadania entendida como estratégia política, a partir da qual é realizada uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, nas comunidades acima citadas. Para Evelina Dagnino:

afirmar a cidadania como estratégia política significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política” (Dagnino, 1991:107).

2. Metodologia

Nesta fase inicial da pesquisa, o grupo temático desenvolveu estudos com reuniões, quinzenais discutindo textos de vários autores entre os quais Abad (2003), Barbalet (1989), Covre, 1993, Dagnino (1994) Ribeiro (2004), extraídos de livros e revistas científicas, que abordavam o conceito de cidadania focalizando a condição juvenil na sociedade vigente. Tudo isso com o intuito de melhor preparar nossos pesquisadores, tanto teórica quanto metodologicamente para o trabalho de coleta de dados nas duas comunidades pesquisadas.

A coleta de dados desenvolveu-se através de visitas de campo feitas pelos pesquisadores que se dividiram entre as comunidades São Rafael e Nova República nas quais fizeram observações participantes e estabeleceram contatos diretos. O intuito era buscar certa empatia e desenvolver conversas de caráter mais ou menos informal com jovens de ambos os sexos, com idades variantes entre quatorze e vinte e nove anos.

As conversas com estes jovens procuraram ser estabelecida, inicialmente, de maneira muito informal e espontânea tendo como intuito deixá-los bem relaxados e interferir o mínimo possível em seu cotidiano. O objetivo era coletar deles informações as mais fidedignas possíveis sobre seu meio social e imaginário. Posteriormente, quando julgado necessário, algumas perguntas ou temas relativos à vida familiar, escolar, cultural, serviços públicos na comunidade ou condição juvenil foram levantados pelos pesquisadores para descontrair a fala dos colaboradores ou mesmo aprofundar ou esclarecer informações sobre aspectos relevantes para a pesquisa.

Informações sobre a história de surgimento das comunidades a que elas são periféricamente agregadas foram obtidas, tanto nas conversas com os jovens quanto com líderes comunitários e moradores mais antigos das duas comunidades.

Os dados coletados nas comunidades por cada pesquisador foram relatados e digitados organizando-se diários de campo individuais que, posteriormente, foram lidos por cada um dos outros membros da equipe que trabalha em cada comunidade específica. As referências a esse material aparecerão abreviadas – D.C. (diário de campo), bem como as iniciais de seus autores.

Os temas específicos de pesquisa foram escolhidos por cada um dos pesquisadores, em alguns casos, numa relação entre seus interesses acadêmicos e/ou experiências particulares de pesquisa em campo através das quais suas percepções da realidade, apoiadas tanto nas observações sobre as comunidades quanto nos depoimentos dos jovens, que apontaram para a necessidade de serem focados aspectos mais manifestos ou considerados muito importantes nas comunidades durante esta etapa da pesquisa.

3. Comunidade São Rafael: estigmas, conflitos internos e identidades

3.1. Entre a Torre e o Castelo Branco: sociabilidade, cidadania e identidade

A comunidade conhecida como Vila São Rafael situa-se entre o bairro da Torre (antiga Torrelândia), fundado na segunda metade da década de 1940, e o conjunto Castelo Branco, fundado nos finais dos anos 1960, região entre o centro e as praias da cidade de João Pessoa. A Torre surgiu numa localidade onde antes existia uma fazenda na qual seu capataz, encarregado de cobrar taxas das famílias dos posseiros, tinha o sobrenome Torres. Moradores mais antigos do bairro dizem que quando estes posseiros não tinham dinheiro para pagar ao dono das terras este queria expulsá-los e o capataz, muito amigo dessas famílias, sempre intervinha a seu favor fazendo com que ele desistisse de expulsá-los.

Quando começou a urbanização do bairro, em que se pensava em um nome para batizá-lo, os moradores mais antigos da área quiseram prestar homenagem a este capataz denominando o bairro de Torrelândia, ou seja, a terra dos Torres (da família Torres), sendo posteriormente a denominação abreviada para Torre, que permanece até hoje.

A ocupação urbana deste bairro deu-se em meados da década de quarenta do século passado a partir da construção de um conjunto de quatro quarteirões de casas por trás da Avenida Epitácio Pessoa, uma das principais da cidade. Este conjunto, inicialmente, ficou conhecido como Montepio¹, pois o projeto de habitação deste conjunto foi desenvolvido por esta instituição do governo estadual para funcionários do estado e da antiga Malária, depois conhecida como SUCAM, atual FNS. Na medida em que este foco inicial foi crescendo, absorveu a denominação de Torrelândia que se enraizou fortemente no imaginário dos habitantes primordiais e dos cidadãos pessoenses em geral.

Já o conjunto Castelo Branco surgiu na segunda metade da década de 1960 e foi construído pelo Governo do Estado durante o período da Ditadura Militar. Tinha o intuito de atender às necessidades habitacionais da crescente população da Cidade que também passava a absorver o êxodo rural das cidades do interior da Paraíba.

A comunidade São Rafael, situada numa área de depressão entre os bairros da Torre e Castelo Branco, é uma comunidade ribeirinha localizada as margens do Rio Jaguaribe e da BR-230. Ao norte da comunidade temos sua fronteira com a comunidade Padre Hildon Bandeira e a Avenida Beira Rio, ao sul temos a Avenida Dom Pedro II e a Mata do Buraquinho (Jardim Botânico de João Pessoa), reserva florestal da Mata Atlântica Protegida pelo IBAMA.

Esta comunidade é fruto do surgimento de uma região periférica do bairro da Torre, o mais antigo entre os dois com os quais faz fronteira. A data do início da ocupação da área é um ponto polêmico de discussão, com alguns atribuindo o início deste processo aos meados da década de 1960 e outros aos meados dos anos 1970.

Até hoje, muitos dos moradores da São Rafael encontram trabalho para o sustento de suas famílias no mercado público da Torre. Trabalhando como feirantes, flanelinhas, oferecendo fretes em carros-de-mão, dentre outras atividades. Desde os primórdios desta comunidade seus moradores trabalham desempenhando estas e outras atividades no mercado. Um destaque especial deve ser dado aos ofícios de carroceiro, para os homens, pois nas décadas iniciais do bairro, as carroças puxadas a cavalo funcionavam como táxis transportando feiras do mercado e materiais de construção das lojas para as residências. Muitas mulheres da comunidade, até o final da década de oitenta, ajudavam a aumentar a renda de suas famílias lavando as roupas das famílias da Torre.

A partir da década de 1980, têm se desenvolvido na Torre um grande comércio de lojas de materiais de construção, concessionárias de carros e gêneros alimentícios com vários mercadinhos e redes de supermercados que vem ocupando gradativamente as principais avenidas do bairro. Todo este crescente comércio tem absorvido mão-de-obra de pessoas de vários bairros de João Pessoa, algumas também moradoras da comunidade São Rafael.

Diferentemente do bairro da Torre, que possui características tanto residenciais quanto comerciais, o Castelo Branco (ou Castelo) é um bairro predominantemente residencial

possuindo menos pontos comerciais, alguns bares e um pequeno mercado público. Neste bairro localiza-se o CAMPUS-I da UFPB, instituição que há alguns anos vem dando certa atenção a esta comunidade que se localiza a menos de quinhentos metros da mesma. Projetos de extensão, como o próprio Conexões de Saberes-PB, e outros vêm interagindo na comunidade, desenvolvendo oficinas e pesquisas.

A falta de escolas públicas de Ensino Médio na comunidade² faz com que adolescentes e jovens nela residentes procurem colégios estaduais nos bairros vizinhos, como o Presidente Médici no Castelo Branco; o Raul Córdula, o Padre Hildon Bandeira e o Padre Dheon na Torre. Desses colégios, o mais próximo é o Presidente Médici, porém, os jovens da comunidade preferem estudar na Torre, pois melhor se relacionam com os jovens que lá residem. Isto pode ser observado nas falas obtidas na pesquisa de campo: *“pude perceber na fala de todos, uma espécie de preconceito entre os jovens daquela comunidade e os alunos do colégio Médici (...) que na sua maioria residem no bairro Castelo Branco”*. Disse uma delas *“agente num se bate muito com eles não”* (E.S., D.C, 31/05/06); *“perguntei onde estudava e ela disse-me que era matriculada no Raul Córdula (...) lembrei-me da ‘rixa’ entre os jovens da comunidade e os do conjunto e que por isso a escolha dela em estudar no bairro mais distante, que a estudar no próprio colégio Médici”* (E. S., D.C, 03/08/06).

Muitos dos rapazes e moças com quem conversamos se queixam de tédio causado pela falta de perspectiva de emprego e opções de lazer, geralmente associados à prática de esportes e programações culturais. Buscam, assim, amenizar esta última carência aderindo às manifestações da forte cultura do bairro da torre. Durante o período carnavalesco e dos festejos juninos adolescentes, jovens e adultos da São Rafael sobem às áreas mais centrais do bairro para assistirem aos ensaios de bateria da Escola de Samba Malandros do Morro; desfiles do carnaval com as agremiações carnavalescas da Cidade; ensaios e apresentações de quadrilhas juninas; festas de santos padroeiros do bairro; bailes realizados em escolas públicas e outros acontecimentos culturais.

Os anseios de lazer relacionados aos esportes são satisfeitos tanto na Torre como no Castelo Branco. No primeiro os jovens freqüentam a Praça Tiradentes, provida de quadras de futsal e vôlei, onde assistem à “peladas” e torneios interbairros, aproveitando a praça também para passeios e paqueras. Também na Torre existe o ginásio desportivo do colégio Padre Hildon Bandeira onde a E.B.E organiza escolinhas de futsal e vôlei para adolescentes da São Rafael. No Castelo Branco as alternativas são restritas aos homens que batem “peladas” no Presidente Médici ou em campos de futebol do complexo de Educação Física da UFPB.

Outras alternativas de diversão são procuradas no freqüentar de praias do litoral pessoense, shoppings centers ou *“em outros bairros como Bancários e Mangabeira (...) que tem uma boa música e (...) um ambiente familiar no qual consideram muito diferente dos botecos e bares que existem na comunidade”* (R.S., D.C., 04/07/06).

A imagem dos jovens e outros moradores da São Rafael e da própria comunidade perante a sociedade que os cerca é marcada, segundo nossos colaboradores, por vários preconceitos e pelo estigma de lugar violento e “baixo”, onde moram pessoas “ignorantes”, “mal educadas”, “sem estilo” que emanam tanto das populações dos bairros vizinhos quanto da polícia.

Jovens com quem conversamos queixam-se da falta de segurança pública. Uma das moças com quem conversamos disse que *“às vezes ocorrem roubos, assaltos, brigas (...) e*

até mesmo assassinatos (...) a polícia só vem na comunidade 'quando roubam ou matam um' e se telefonarem, e ainda chegam muito atrasados" (Y.B., D.C., 25/05/06). Um dos rapazes revelou que a polícia "chega sempre atrasada quando tudo já está resolvido" e acrescenta que as brigas que ocorrem na comunidade são "*briguinhas bestas, sem armas (...) ninguém sai gravemente ferido* (Y.B., D.C., 16/06/06).

Depoimentos de outros mencionam o aparecimento da polícia quando ocorrem assaltos na BR-230 ou em mercadinhos, supermercados e postos de gasolina da Torre ou no Castelo. Porém, segundo outro rapaz "*os ladrões da comunidade nunca roubam em áreas próximas, são 'ladrõezinhos bestas' que roubam bicicletas*" (Y.B., D.C., 26/05/06).

O preconceito social sobre a comunidade atinge até professores da rede pública. Segundo um dos rapazes, "*certa vez quando estudava no Raul Córdula um professor pediu para um aluno resolver uma operação matemática. Diante da recusa, disse o professor: 'eu já, já vou buscar um cara no "Paú" (apelido pejorativo da S. Rafael) pra você se ajeitar, viu!'*" (Y.B., D.C., 26/05/06).

Viver entre a Torre e o Castelo Branco, mal assistidos por certas instituições do poder público e marginalizados por preconceitos e estigmas da polícia e da população dos bairros vizinhos, que por outro lado lhes oferecem oportunidades de emprego e renda e entretenimentos de lazer relacionados à cultura e às práticas desportivas, é a metáfora de paradoxos da situação social e da identidade local de jovens, crianças e adultos residentes na comunidade São Rafael no cotidiano de sua vivência comunitária.

3.2. A comunidade e seus conflitos internos

Na observação desta comunidade encontramos um fenômeno que nos chamou a atenção. Pela composição geográfica da comunidade existem duas áreas distintas. Uma delas situa-se em um terreno mais elevado e se encontra próxima da BR-230, e é onde se concentram os postos de atendimento e serviços públicos. Ali também atuam algumas ONGs e instituições religiosas. A outra parte da comunidade situa-se em um terreno mais baixo, às margens do Rio Jaguaribe, sujeita a alagamentos. Esta última é pouco assistida pelos serviços públicos básicos presentes na comunidade. Segundo um dos nossos pesquisadores, relatando a fala de um dos moradores, "*o PSF³ atende melhor as pessoas que moram próximas ao posto... e quase sempre não sobra remédio para os que moram mais distantes*" (Y.B., D.C., 25/05/2006).

Cria-se, assim, uma espécie de subdivisão entre a área "mais desenvolvida" e a "menos desenvolvida" e que nos faz pensar que a comunidade tem um centro e uma periferia. Isso é constatado nas falas dos moradores, quando em conversas nos apontaram tais disparidades, seja em relação aos serviços públicos prestados ali, como também na infra-estrutura das casas e ruas, que, mesmo sendo calçadas, são melhor ordenadas e acabadas na parte central, enquanto que às margens do rio, vemos ruas mais estreitas e muitas vielas entre as casas. Observa-se, ainda, que os processos de estigmatização e exclusão são também internos à comunidade, que às vezes reproduz processos e valores dominantes da vida social. Na visão de quem mora próximo às margens do rio, "*o serviço de saúde dá prioridade na distribuição de fichas e remédios a quem mora próximo ao posto de saúde*" (Y.B., D.C., 25/05/2006), o que parece indicar a presença de mecanismos clientelistas.

A vida dos jovens desta comunidade é difícil, pois desde cedo precisam contribuir com a renda familiar. Alguns são os principais provedores da família. Em alguns casos, o apoio e pressão familiares insistem para que continuem estudando.

No que se refere aos programas sociais ali presentes, tem-se um posto da FAC⁴ para distribuição de pão e leite e um posto do PSF. O funcionamento desses postos tem sido muitas das vezes questionado pelos moradores. Houve um movimento bem sucedido pelo afastamento de alguns funcionários que não estavam atendendo adequadamente a comunidade.

4. A Comunidade Nova República: o exercício da cidadania em espaços populares

4.1. Origens

A Nova República é uma comunidade relativamente pequena que se encontra situada na Zona Sul de João Pessoa entre os bairros Ernesto Geisel e Grotão. Ela surgiu através de uma ocupação feita por família de funcionários da prefeitura numa área periférica ao Ernesto Geisel. O conjunto foi fruto de uma iniciativa do prefeito Carneiro Arnauld, no ano de 1986, que tinha a intenção de contemplar 195 famílias com a casa própria. A distribuição seria feita através de sorteios e tinha como prioridade atender aos funcionários mais carentes desta prefeitura. Esta doava o terreno e a Caixa Econômica Federal dava o material para a construção das casas. Os beneficiados entrariam com a mão-de-obra.

Inicialmente foram sorteadas 35 pessoas que se organizaram em forma de mutirão com o objetivo de construir 195 casas, no período de 11 meses, seguindo um modelo padrão, ou seja, a partir de uma casa matriz, todas deveriam ser copiadas, o que infelizmente não aconteceu, por falta de tempo. Dessa forma, a maioria dos contemplados não participou da construção de suas casas, o que por sinal é motivo de queixa de alguns moradores até hoje.

Com a construção das casas e já devidamente instalados, os moradores formaram uma comissão e começam as buscas pela energia e pela água, no que logo foram atendidos. Com o saneamento básico e o calçamento, o processo não foi o mesmo. Depois de muitas idas e vindas a Assembléia Legislativa e de se passarem 10 anos, finalmente, foram atendidos. Atualmente a Comunidade Nova República é urbanizada, tem saneamento básico, calçamento, energia elétrica e água encanada. Não dispõe de escola, nem de espaço para lazer, suas ruas são estreitas, as habitações são precárias e de pequena dimensão. Funciona na localidade um posto do PSF e um posto policial, bem como, uma Igreja Católica, uma Igreja Evangélica e um terreiro de umbanda.

Com o passar do tempo, o crescimento dessa comunidade se deu de maneira desordenada, terrenos vizinhos foram ocupados e surgiram novas comunidades na sua periferia: “Tieta” (por causa da novela); e do mesmo modo “Mangue Seco”; “Nossa Senhora do Rosário” (porque a invasão ocorreu no dia da novena) e “João Paulo”. Isso evidencia a imprecisão de limites entre as comunidades vizinhas e também conflitos relativos às hierarquias espaciais que, segundo os moradores da Nova República, contribuiu para o aumento da violência, tráfico e consumo de drogas na área.

4.2. Cultura, identidade e contestação.

Na comunidade Nova República, existem muitos jovens que participam de alguns movimentos culturais, entre eles o Hip-Hop. Estes jovens buscam expressar seus valores e maneira de ver o mundo através desta cultura que é oriunda da periferia.

O Hip-Hop é um movimento cultural (político, social, etc) que surgiu no Bronx, região extremamente segregada, localizada nos E.U.A, habitada por negros que sofriam um enorme preconceito da sociedade norte americana. Porém, ao mesmo tempo em que os negros não podiam sair de seus guetos, começaram a criar e desenvolver toda uma cultura peculiar do seu ponto de vista da realidade. Uma das expressões desta cultura negra “marginal” é o Hip-Hop.

No Brasil, o movimento chegou por volta do início dos anos 80, principalmente na cidade de São Paulo. Desde então esta cultura foi cultivada e desenvolvida em nosso país contando com peculiaridades relacionadas a nossa realidade social, o que podemos definir como processo de resignificação cultural, ou seja, a adaptação de uma determinada cultura à uma realidade e contexto. Ainda hoje, a cidade, ou melhor o estado de São Paulo, continua sendo o maior centro da cultura Hip-Hop nacional, no entanto, esta cultura ou movimento, se expandiu para todos os estados do país.

A principal característica do movimento Hip-Hop brasileiro é a crítica, a denúncia ao sistema capitalista, demonstrando suas contradições, seus resultados negativos, que são a pobreza da maior parte da população, o racismo, por vezes dissimulado, a desigualdade social, a miséria, a injustiça, a crítica ao sistema carcerário etc. Com isso, este movimento faz com que uma boa parte da população, em geral os jovens, possa ter uma “visão crítica” da realidade.

No estado da Paraíba, temos a maior presença desta cultura na cidade de João Pessoa. Principalmente nas suas regiões periféricas, vemos cada vez mais um crescimento do número de adeptos dessa cultura que busca contar a história da periferia através de expressões culturais reveladoras da visão dos subalternos.

Na comunidade Nova República, reside um dos principais representantes desta cultura no estado, logo, este influência muitos jovens desta comunidade no sentido de tornarem-se adeptos da mesma, fazendo surgirem também alguns grupos de RAP⁵ e DJ que desenvolvem-na localmente.

O que podemos notar de peculiar na comunidade Nova República é o fato de alguns jovens moradores, adeptos do Hip-Hop, fazerem uma diferenciação entre RAP e Hip-Hop, isso fica claro na fala de um dos jovens entrevistados quando o mesmo diz: *“gosto de RAP, mas não gosto de hip-hop, o pessoal dançando e tal! Isso eu não gosto”* (C.S, D.C., s/d⁶). Este jovem faz uma separação entre RAP e break, não os vendo como elementos de um mesmo movimento cultural, faz uma ligação entre break e Hip-Hop, que até este momento é correta, porém diz que este limita-se ao break.

Através da pesquisa de campo pudemos observar como os jovens moradores dessa comunidade buscam exercer sua cidadania através desta cultura. Os jovens adeptos de tal cultura acreditam no seu potencial para melhorarem a realidade onde vivem, realizando oficinas de grafite, de Break, de DJ (discotecagem) e Rima. Ocupando, assim, o tempo

livre através da arte e da música fazendo com que cada vez mais jovens sejam beneficiados com tal movimento. A maior parte das oficinas na Nova República está sendo financiada pelo MHHOB (Movimento do Hip-Hop Organizado Brasileiro), entidade que representa o movimento no país.

O MHHOB é financiado, em sua maior parte, segundo os jovens da comunidade, pelo Governo Federal, especificamente pelo Conselho Nacional de Juventude, em que este movimento possui seu espaço institucional para representar uma parcela significativa de jovens.

A maior parte dos jovens da comunidade não estuda nem trabalha. Expressam em suas falas o fato de não estudarem por não acreditarem nos estudos como uma forma de mobilidade ou ascensão social. Também não acreditam que os estudos, a escola, possam trazer alguma mudança para sua comunidade, do ponto de vista físico e cultural. Com relação ao fato de não trabalharem, em sua maior parte, dizem ser por falta de emprego, de oportunidades de trabalho, com isso realizam apenas alguns bicos (biscates).

Através do Hip-Hop, principalmente das letras de suas músicas nas RAP, feitas na comunidade Nova República, procuraram expressar sua condição marginal, os problemas da comunidade, a falta de assistência governamental, os estigmas que sofrem por morarem em uma comunidade periférica.

Há uma busca por mesclarem elementos da cultura local, como o repente, com elementos mais universais do Hip-Hop, construindo uma versão que procura expressar a realidade local, o que é característico do processo de resignificação cultural do movimento.

Muitos dos entrevistados declararam sentir orgulho de morar numa “favela”, o que tem uma ligação direta com o fato de serem adeptos de tal cultura, que como diz um de seus líderes nacionais, “*coloca o preto na cena*”, faz com que o jovem negro, pobre e favelado tenha orgulho de sua origem, de sua cultura, contrariando o comportamento padrão que transforma os indivíduos das classes subalternas em consumidores de culturas produzidas pelas classes dominantes.

Verificou-se durante o processo de pesquisa a diversidade cultural presente no interior da comunidade. De um lado, temos os jovens adeptos do Hip-Hop, que buscam mudar sua realidade interferindo na mesma como forma de transformação social, valorizando seu local de origem com o objetivo de melhorá-lo, através de sua ação cultural. Do outro lado, temos os jovens adeptos do “forró eletrônico”⁷⁷

Tipo de forró intensamente veiculado pelos meios de comunicação de massa e cujas letras reproduzem e veiculam valores da cultura hegemônica sem se preocuparem com a formação crítica dos indivíduos, que em muitas de suas falas demonstram não valorizarem seus locais de origem, dizendo que não gostam do local onde moram, que não tem lazer na sua comunidade e, por isso, passam pouco tempo no local onde residem, procurando lazer e cultura em outros bairros da cidade, em geral nos bairros de classe média e alta.

Os jovens moradores desta comunidade falaram que sofrem preconceitos por parte de alguns moradores da mesma comunidade e que estes os acusam de serem maconheiros, metidos no crime. Alguns religiosos da comunidade não aceitam trabalharem em projetos voltados para a localidade em conjunto com os jovens do Hip-Hop, o que demonstra uma não aceitação do diferente.

Como os locais para a prática do lazer, a produção cultural, não existem na comunidade, os jovens do Hip-Hop buscam dar um jeito de transformarem seu ócio em ócio criativo. Neste contexto, a casa de um desses jovens se constitui como o espaço de sociabilidade e de prática das oficinas de DJ, conversas e ensaios do grupo.

Partindo do princípio da cidadania como direito à vida no sentido pleno, estes jovens acreditam que através de sua cultura podem exercer alguns de seus direitos e deveres de forma alternativa, buscando construir uma outra realidade para seu local de origem. Acreditam na cultura como algo tão necessário à vida e ao desenvolvimento da cidadania como a educação e a escola.

Isso demonstra, o que vai contra as muitas teorias sobre a juventude (as quais dizem que a juventude está inerte desde os anos 90), que a juventude não está passiva com relação aos problemas sociais, apenas vem construindo uma nova forma de fazer política, que não é mais aquela tradicional, geralmente partidária, e sim através da arte, da cultura e da música.

4.3. Gênero, sexualidade e gravidez: mães, meninas

A gravidez na adolescência virou um fenômeno nacional. Segundo dados do IBGE de 2001, 73% das jovens de 15 a 17 anos têm pelo menos um filho. Desde 1980, o número de adolescentes entre 15 e 19 anos grávidas aumentou 15%. Só para ter idéia do que isso significa, são cerca de 700 mil meninas se tornando mães a cada ano no Brasil. Desse total, 1,3% são partos realizados em garotas de 10 a 14 anos. A região Nordeste, em comparação com as pesquisas anteriores do IBGE, Maranhão, Ceará e Paraíba, continua apresentando altas proporções de jovens adolescentes com filhos. Mas o que está por trás desse fenômeno? E por que, apesar de tantas informações através das mídias, das campanhas do Ministério da Saúde sobre métodos anticoncepcionais, ainda assim, são elevados os índices de natalidade entre as jovens em sua maioria oriundas de espaços populares. Esta é uma das questões que buscamos responder com a presente pesquisa realizada na Nova República.

Algumas das meninas trabalham em suas casas em serviços domésticos. Muitas dessas adolescentes não estudam, interromperam seus estudos antes mesmo de concluírem o Ensino Médio e a grande maioria são mães antes dos 14 anos de idade. Nas ruas da comunidade percebemos grande concentração de adolescentes mães ou que estão grávidas.

Quando perguntamos se a Nova República é um bom lugar para a criação dos seus filhos, logo respondem que não e afirmam não gostar de morar na comunidade, por ter tráfico de drogas, por não ter uma área de lazer reservada para as crianças, por não ter escolas e creches onde pudessem deixar seus filhos para estudar e concluir seus estudos.

Muitas entrevistadas afirmaram que um dos maiores problemas enfrentados pela Nova República é o alto índice de natalidade das jovens, ficando em segundo lugar nas preocupações dos moradores, perdendo apenas para a violência, que ocupa o primeiro lugar.

A maioria das meninas entrevistadas afirmou ter engravidado do namorado, ou seja, a maior parte dos casos de gravidez acontece dentro de relacionamentos estáveis, sendo que na primeira relação sexual elas afirmam utilizar algum método anticoncepcional, contudo, na medida em que o relacionamento passa a ficar mais estável, há um relaxamento na utilização desses métodos. Quando perguntamos se a gravidez foi planejada, todas afirmam

que não. Algumas das entrevistadas afirmam ainda ficarem constrangidas em pedir ao parceiro para usar a camisinha, porque seus namorados ou maridos poderiam pensar que elas estão desconfiando dos mesmos, ou pior, que elas poderiam estar doentes. Não usam pílulas por serem caras e muitas vezes pela dificuldade de encontrarem esse medicamento no posto de saúde local.

A dificuldade de negociar a contracepção com o parceiro e a falta de um projeto educacional e profissional para estas jovens são aspectos fundamentais para compreender o fenômeno. Para as jovens desta comunidade, a maternidade significa a independência em relação aos pais, embora tornem-se dependentes dos companheiros.

Nas entrevistas nos surpreendemos quando as mesmas nos afirmam que a maternidade não foi algo ruim para suas vidas, apesar de ficar mais difícil para estudar, fazer alguns cursos ou mesmo sair para as festas, elas agora têm a sua própria casa e são “*donas dos seus próprios destinos*”. Motivações de ordem psicológica e ou social estão presentes nas falas dessas meninas.

O maior problema que a precocidade da natalidade acarreta nas vidas dessas meninas é o comprometimento com os estudos. O impacto sobre os estudos é bem maior para as jovens mães do que para seus companheiros. No primeiro, ano após o nascimento dos bebês, a maiorias das entrevistadas afirmam ter tido problemas em freqüentar a escola. Muitas delas pararam de estudar temporariamente e algumas, definitivamente.

Os jovens pesquisados vivenciam múltiplas carências, mas vêm desenvolvendo uma consciência de direito à inserção, á participação e a uma vida digna que se manifesta em alguns discursos e práticas sociais. Os jovens da S. Rafael sentem-se deslocados e pouco identificados com o local onde residem, o que pode ser lido como crítica a precariedade de condições do lugar, porém, os da N. República identificam-se com o lugar, desenvolvendo uma consciência do direito á inserção que é visível em suas práticas culturais.

No contexto sócio-político-cultural em que vivem, noções de cidadania habitam os discursos desses jovens em termos de certa consciência e percepção de ausência de alguns direitos sociais, como segurança pública, educação e lazer. Percebeu-se a consciência que têm da ausência do Estado, omissos na prestação de serviços públicos essenciais à vivência da cidadania, sem que soubessem identificar canais e forjar táticas para reivindicar estes direitos e serviços.

Referências:

- ABAD, Miguel. Crítica Política das políticas de juventude. In: M. V. de Freitas e F. de C. Papa (orgs.). *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- COVRE, M. de Lourdes M. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense: 1993.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica da energia. In: Novaes, R. e Vannuchi, P. (orgs.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

Notas:

¹ O Montepio é uma instituição “ancestral” do IPEP (Instituto de Previdência do Estado da Paraíba), que além de financiar projetos de habitação também era órgão competente na área de saúde.

² Nela existe a escola estadual São Rafael e a escolinha da E.B.E (Entidade Beneficente Evangélica), ONG atuante na comunidade, ambas de ensino fundamental.

³ Programa de Saúde da Família.

⁴ Fundação de Ação Comunitária, órgão do Governo do Estado da Paraíba.

⁵ O HIP-HOP é composto de quatro elementos, são eles: RAP, que é basicamente a música e quem a faz é o MC; BREAK, que é a dança e quem realiza são denominados B-Boys; GRAFITE, que é a arte plástica do movimento, a pintura, e quem o faz é o grafiteiro; E por fim há o DJ, discotecagem, que está ligado diretamente ao RAP, geralmente todo grupo de Rap possui um DJ.

⁶ A referência s/d significa “sem data”, quando as datas não foram registradas nos diários.

Juventude e políticas públicas: um estudo sobre grupos juvenis da região metropolitana do Recife

Adson da Silva Gomes Ferreira
Fernando Silva de Oliveira
Ivana Nunes de A Rito
Janaina do Nascimento Botelho
Josely Machado Mendonça
Karina Fabiana da Silva
Paula da Silva Fernandes
Thiago de Oliveira Santos
Luis de la Mora (orientador)

A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica e de discussões com jovens que integram grupos juvenis na região metropolitana do Recife com os quais o Programa Conexões de Saberes mantém relações de parceria.

1. Políticas públicas na área de saúde

Problemática em Saúde

Um dos diversos problemas encontrados na população juvenil dessas áreas através dos depoimentos dos jovens foi a precariedade nos serviços de saúde, englobando diversos âmbitos da área como: a falta de humanização dos profissionais e a má estruturação e localização dos centros de saúde, tanto para os jovens como para os demais cidadãos da comunidade; a falta de uma ação educativa de qualidade que esteja inserida na realidade dos jovens para prevenção e controle de doenças; a falta de compreensão da importância dos agentes comunitários de saúde. **“Não há espaço para os jovens na nossa comunidade no campo da saúde” (Jovem de Peixinhos- Olinda).**

Há grandes desafios a serem enfrentados na análise e na ação sobre a saúde de adolescentes e jovens. Um deles é o de escapar de uma concepção que podemos chamar “naturalizante”. O que vem a ser isso? A juventude tem como um de seus marcadores os processos de transformação corporal experimentados na puberdade. Ela é compreendida somente como um processo “natural” calcado no amadurecimento hormonal associado ao desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. O “poder dos hormônios” tem justificado a relevância da ação educativa de profissionais de saúde que trabalham com adolescentes e jovens em todo o país. Inúmeros estudos e a experiência de trabalho têm mostrado que a saúde e o adoecimento das pessoas têm a ver com sua condição de vida e decorrem de seus modos de viver a vida, dos espaços sociais de que dispõem em busca de sua realização pessoal, dos sentidos que orientam sua procura pela felicidade, dos hábitos e comportamentos possíveis nesta construção pessoal, que é condicionada socialmente.

O segundo grande desafio a ser enfrentado é o de resgatar essa discussão do campo do “problema”. Essa é uma das principais representações do discurso sobre os jovens, seja na abordagem da imprensa, da universidade, das políticas públicas ou do terceiro setor. As estatísticas produzidas pela saúde pública, tanto no campo da sexualidade e saúde reprodutiva, do uso de álcool e outras drogas, quanto no campo da mortalidade de jovens por causas violentas, têm servido à representação da juventude como um problema social. Esses índices têm alimentado diversos discursos, justificando propostas de ação na perspectiva de correção e controle dos rumos experimentados pelos jovens, entendidos como problemáticos.

Mas será que é verdade que jovens, por serem despreparados, imaturos ou irresponsáveis, “escolhem” mal seus caminhos e agravam sua saúde? Entende-se que para compreender melhor as interfaces entre saúde e juventude, precisa-se começar a conversa discutindo melhor o que é a condição juvenil e quais os seus sentidos na sociedade brasileira atual.

É inegável que há uma singularidade nos sentidos da juventude. Período intermediário entre a dependência infantil e a completa autonomia que, em tese, caracteriza a vida adulta, a juventude pode ser compreendida como um momento em que esta busca de autonomia se torna central na construção da identidade, pessoal e coletiva. Neste processo de construir-se como autônomo, a atitude de experimentação do jovem se faz presente. É um momento em que se concentram muitas das “primeiras vezes”, especialmente de comportamentos identificados como adultos. O primeiro beijo, o/a primeiro/a namorado/a, o primeiro gole, a primeira transa, o primeiro emprego...

No entanto, a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira (Projeto Juventude, 2005) revela que os interesses e as preocupações dos jovens voltam-se predominantemente às temáticas do emprego e do mercado de trabalho, segurança, violência, cultura e educação, mostrando-nos o pano de fundo de suas condições de vida e de saúde. Indica pontos de afunilamento dos horizontes destes jovens, gargalos que ameaçam a sua realização pessoal e a construção de seu projeto de vida.

O relatório de conclusão do Projeto Juventude ajudou a compreender que os jovens estão entre as principais vítimas da forma de desenvolvimento econômico e social adotado pelo Brasil nas últimas décadas: representam 47% do total de desempregados do país; 50% deste contingente populacional estava fora da escola em 2001 e somente 42% da população de 15 a 24 anos chegou ao ensino médio. Além disso, a taxa de homicídios na população jovem é de 54,5 para cada 100 mil, ante 21,7 para a população geral. Tais condições de vida tornam muitos jovens mais vulneráveis aos diversos determinantes dos agravos em saúde.

Importante salientar, porém, que as condições de vida de adolescentes e jovens não são homogêneas. Eles não dispõem de condições igualitárias de acesso às políticas e aos direitos sociais, nem são igualmente afetados pela violência. Jovens também não podem ser exclusivamente responsabilizados pelos rumos tomados na organização das prioridades de nossa sociedade. No entanto, estão submetidos a uma forma de inserção no mundo social que determina a adoção de práticas cotidianas que os diferenciam de outros grupos etários. Obstáculos enfrentados em suas vidas provocam comportamentos que muitas vezes correspondem a estratégias de resistência, num contexto adverso, que podem desembocar

em situações de risco e vulnerabilidade. É neste âmbito que precisamos compreender a saúde de adolescentes e jovens.

Saúde da juventude

A adolescência e a juventude são momentos do ciclo de vida particularmente saudáveis. Apesar da área da saúde ter tradição de produção de informações e dados, há poucos números sobre jovens. Chamam a atenção, no entanto, as estatísticas relativas à mortalidade e à saúde sexual e reprodutiva desse segmento.

Os dados da área de saúde também nos ensinam que as mulheres adolescentes e jovens são responsáveis por cerca de 20% dos partos ocorridos na rede pública. Há maior proporção de adolescentes grávidas nas regiões mais pobres do país e nas periferias das regiões com maior desenvolvimento social, apesar de não ser um fenômeno exclusivo da pobreza. É um fenômeno predominantemente feminino. Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, 22% dos jovens de 15 a 24 anos tinham filhos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 1% dos rapazes tinham filhos, contra 7% das moças. Dos 18 aos 20 anos, 6% dos rapazes eram pais, enquanto 29% das moças eram mães. Contrariamente ao senso comum, no entanto, 40% dos jovens de 15 a 24 anos declararam ter planejado seus primeiros filhos. Diferentemente também da propagada irresponsabilidade juvenil, os estudos recentes sobre comportamento sexual mostram que esse é o grupo populacional que mais usa preservativos no país.

Através do aprendizado e das propostas, observa-se que as ações bem-sucedidas na área de saúde são as que têm conseguido alargar a compreensão dos contextos da vida juvenil, sem se limitar ao caráter preventivo contra eventuais comportamentos de risco. Aprende-se que a abertura dos novos horizontes da promoção da saúde tem podido ofertar suporte social à realização dos projetos de vida de adolescentes e jovens.

“Maior problema, falta de informação, os jovens não sabem a consequência de beber álcool, do efeito da maconha, ele não sabe, não tem informação daquilo e como ele vai se prevenir se ele não sabe desses malefícios? Estamos sendo capacitados para passar para os jovens para tirá-los dessa através da arte, do teatro de maneira informativa e educativa. Explicar os porquês do problema, prevenção”. Diz Bruno, jovem do Crescendo no Morro.

“**Muitos estão morrendo por estarem envolvidos com drogas...**”. Diz Renato, jovem do Peixearte.

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) divulgou levantamento nas 27 capitais brasileiras sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental (a partir da 5ª série) e do ensino médio da rede pública. Foram ouvidos 50 mil adolescentes.

Constatou-se que eles entram em contato com as drogas já entre 10 e 12 anos e mais de 12% usaram algum tipo delas. O álcool é a droga mais usada, embora tenha ocorrido uma ligeira redução em todas as capitais e faixas etárias. Em seguida, vem o tabaco e depois o solvente, com 15,4% de usuários. “O uso de drogas entre jovens tornou-se um problema de saúde pública e os pais têm dificuldades em discutir o assunto com os filhos” (Cebrid).

O educador Sérgio de Cássio Souza Nascimento, presidente da Organização Atitude, de Ceilândia, no Distrito Federal, conhece a dificuldade de abordagem. “Esses garotos não

conhecem nenhum ‘salvador da pátria’. Convivem com gangues, profissionais do sexo, jovens em conflito com a lei”, diz.

Lamentavelmente, as campanhas costumam ser ações isoladas e fora do contexto, dirigidas a uma população heterogênea e realizadas à margem dos grupos organizados da comunidade, com um planejamento e direção centralizada, com uma grande mobilização de meios publicitários, propagandísticos e orçamentários.

Este tipo de ações costuma ter uma eficácia limitada, já que seu impacto é de escassa duração. Os cidadãos não estabelecem relações causa-efeito e as mensagens correm o risco – por estar fora do contexto – de não ser efetivas. Se, além disso, as campanhas se limitam a dar informações simplistas do tipo negativo como: “Não à droga” ou “A droga mata”, se instaura uma lacuna entre o informado e o que o público necessita saber sobre o tema.

Os programas tradicionais de prevenção estavam centralizados, exclusivamente, na Educação Sanitária, cujo objetivo era e é transmitir informação a fim de produzir mudanças nas atitudes e comportamentos das pessoas. Nestes programas a educação se centralizou na informação sobre os riscos que as drogas apresentam, com o qual não cumpriam adequadamente sua função preventiva.

O fenômeno destas situações é de etiologia multifatorial em que as variantes pessoais (biologia e psicologia) dos sujeitos interagem com as características da sociedade que habitam (social-culturais).

As estratégias, os métodos e os meios de um Programa de Prevenção devem adaptar-se a cada região, a cada escola, a cada grau, a cada curso, a cada bairro. Segundo os jovens:

- “Pedir a Deus para não ir ao hospital, lá nós somos maltratados, há ignorância, a pessoa tem que se virar para resolver os problemas”. Diz Teresa, jovem do Peixearte.
- “abriria vários espaços para estar atuando, daria uma melhor qualidade na saúde, informação e DST mais pedagógico”. Diz Renato, jovem do Peixearte.
- “Melhorar a saúde, ter mais remédios, construir mais postos e melhorar a parte administrativa do ambiente da saúde”. Diz Teresa, jovem do Peixearte.
- “Tem que ir em lugar diferente, não funcionam os postos de atenção primária. Tem que correr atrás pra ser atendida. Há negociação de fichas nos postos. Temos que chegar de madrugada para conseguir ficha”.
- “Não entendo o que os agentes comunitários de saúde fazem”.

Soma-se a estas lógicas a localização descontrolada dos serviços de saúde pelo estado, dos hospitais privados das décadas de 70-80 (século XX), que integravam a rede do antigo Instituto Nacional da Previdência Social - INAMPS. Mesmo no presente, a iniciativa reguladora do estado quanto à localização e dimensionamento de serviços públicos e privados nem sempre foi feita com critérios racionais de distribuição dos equipamentos sanitários, gerando um quadro de enorme heterogeneidade e profundas desigualdades nas possibilidades de acesso da população entre várias regiões.

Os níveis de saúde de uma população são resultantes da inserção social dos extratos distintos, o que determina o acesso aos bens, produtos e serviços de saúde e a maior parte

dos riscos ambientais. E não basta o acesso igualitário dos serviços de saúde, produtos e insumos. Esses serviços têm que ser de qualidade, pois qualidade e eficácia são componentes indissociáveis da disponibilidade desses elementos.

Saúde e controle social

O processo de descentralização e municipalização do Sistema Único de Saúde visa a aproximar a população da gestão da saúde pública, mas isso ainda não tem provocado melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. Filas nos postos de saúde e hospitais, falta de medicamentos básicos, atendimento desumanizado, escassez de UTIs e de equipamentos essenciais, número insuficiente de profissionais e má administração são só alguns dos problemas, levando à proliferação dos planos de saúde privados entre as pessoas de maior poder aquisitivo. Assim, a saúde de qualidade deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria de acesso exclusivo aos que podem pagar por ela. Para os excluídos, que representam a grande maioria da população, resta o sistema público de saúde como única alternativa.

No Brasil, a partir do novo cenário político, a juventude vem sendo colocada em pauta nas agendas dos governos (municipais, estaduais e federal), principalmente por ser uma parcela considerável da população brasileira: são 48 milhões de jovens entre a faixa etária de 15 a 29 anos, 80% dos quais vivem em áreas urbanas e 20% no campo. Destes, 3,7 milhões estão sem emprego, representando 47% dos desempregados do país, metade deles não estudam e apenas 13% conseguem chegar ao ensino superior (INEP-MEC).

É também esta população que se encontra em situação de grande vulnerabilidade social, sendo a mais afetada pela violência urbana, dependência química, envolvimento com o tráfico de drogas e pelos altos índices de doenças sexualmente transmissíveis (DST's, HIV/AIDS), gravidez e paternidade jovem.

Soluções:

Um dos focos prioritários de ação deve ser o trabalho intersetorial, tendo por base o território local. Uma das estratégias para a efetivação da promoção da saúde de qualidade seria a constituição de redes de compromisso em relação aos jovens, articulando agentes de diversos setores: saúde, educação, trabalho, cultura, esportes, justiça, segurança etc.

Com relação às demandas específicas por políticas públicas, uma das ações mais urgentes refere-se à mudança da “cara” dos serviços de saúde, vistos como não acolhedores aos jovens. Esses serviços precisam abrir-se a esse público, dispondo-se a acolhê-los. Para tanto, impõe-se também a necessidade do reconhecimento dos jovens como sujeitos autônomos com os quais se pode e se deve dialogar diretamente e não somente por meio da mediação dos pais ou responsáveis legais. Com isso, não se pretende excluir as famílias da interlocução. Outro ponto importante é a incorporação e a ampliação da estratégia de educação por pares, ou seja, o desenvolvimento de ações de educação que privilegiam a abordagem de jovens por outros jovens. Isso vale também para as ações assistenciais, em especial na recepção de outros jovens nos serviços de saúde e na discussão das demandas junto às equipes profissionais. Tal incorporação poderia ser ainda instrumento para formação profissional e iniciação ao trabalho para jovens.

Atualmente, a maior preocupação é de como conseguir que as pessoas – os grupos e as comunidades – adotem comportamentos saudáveis, principalmente no que se refere ao hábito de consumir drogas, em virtude dos problemas sociais que está causando. A tarefa não é fácil, já que implica na coordenação dos recursos teóricos e empíricos de diferentes disciplinas e profissionais e, sobre tudo, a adoção de mudanças políticas e sociais.

Se aceitarmos que a opção de consumir drogas não é uma opção exclusivamente individual, mas que o ambiente onde vivemos fomenta tais opções, a Educação para a Saúde não deveria ser apenas a de “fazer palestras”, como geralmente vem sendo feito em nosso país. Estas são importantes e servirão como antecedentes a fim de sensibilizá-los para uma mudança de atitude.

Também deveriam ser aplicadas determinadas técnicas pedagógicas ou psicológicas orientadas ao indivíduo ou ao grupo. A Educação para a Saúde teria que ser uma tarefa de reestruturação ambiental e pessoal, o que permitiria que fosse mais fácil fazer opções saudáveis.

A chave para controlar o tráfico e o abuso de drogas, é reduzir a demanda, portanto a prevenção e a educação devem ser os pilares principais neste trabalho.

A prevenção em Patologia social é um processo ativo de implementação de ações e programas tendentes a modificar e melhorar a formação integral e a qualidade de vida das pessoas numa Ação Antecipatória para evitar riscos e/ou reduzir a frequência das “enfermidades sociais” (alcoolicismo-violência -uso de drogas- AIDS -etc).

Em relação aos serviços de saúde nos centros, é importante é importante saber se, por um lado, os usuários do sistema de saúde conhecem bem a precariedade dos serviços oferecidos e se, por outro lado, geralmente desconhecem seus direitos. A legislação institui espaços de participação onde usuários, trabalhadores e gestores são convocados a avaliar, fiscalizar e dar as diretrizes das políticas e da gestão da saúde, propondo encaminhamentos para a melhoria desses serviços.

Portanto, é urgente que a atenção centrada na última década sobre crianças e adolescentes seja ampliada para alcançar os jovens que, após completar 18 anos (idade limite do Estatuto da Criança e do Adolescente), ficam à margem de políticas públicas, principalmente se considerarmos o jovem como sujeito integral de direitos. Atualmente, os programas e políticas direcionadas a este público apresentam-se de forma fragmentada, não atendendo às inúmeras demandas que a juventude apresenta, seja no âmbito da educação, saúde, trabalho e emprego, esporte e lazer, cultura, comunicação e outros, seja nas suas especificidades de gênero, etnia, classe e região.

Problemática na Sexualidade

A Sexualidade pode ser definida como a necessidade de receber e expressar afeto e contato, que todas as pessoas têm e que traz sensações prazerosas e gostosas para cada um. Assim, sexualidade não é apenas sexo, é o toque, o abraço, o gesto, a palavra que transmite prazer entre pessoas e que temos desde antes de nascer, na barriga da mãe, quando bebês e durante toda a vida. Conforme vamos crescendo, descobrimos também o prazer provocado pelo contato sexual, através do estímulo que fazemos em nós mesmos ou com outras pessoas. Essa forma de exprimir a sexualidade vai se juntar às outras maneiras de contato que já vínhamos vivendo desde bebês, gerando a sexualidade adulta.

A juventude é contemporaneamente considerada como a melhor fase da vida e, ao mesmo tempo, período de grande risco. Como um dos fatores desse risco, podemos citar a sexualidade, em que se problematiza a iniciação sexual precoce, a AIDS e a “gravidez na adolescência”. Essas concepções, muito difundidas pelo senso comum e pela mídia, apresentam os jovens como incapazes de gerir a vida afetiva e sexual e, com frequência, como irresponsáveis em seus comportamentos. A imagem dominante é de uma vida sexual desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros. Imagem que se nutre de variada gama de preconceitos que a pesquisa científica deve ajudar a desconstruir.

Não só nas comunidades carentes como em toda a sociedade em geral, os jovens estão perdendo a virgindade, ou seja, iniciam a vida sexual cada vez mais cedo. Mas segundo pesquisa realizada por Castro, Mary Garcia e outras, em 2004, em 13 capitais brasileiras e Distrito Federal, cerca de 70% dos jovens só tiveram relações sexuais com apenas um parceiro, o que pode questionar a idéia da vida sexual desregrada.

Com a iniciação da vida sexual muito cedo, o número de adolescentes grávidas vem aumentando consideravelmente. Quando descobrem a gravidez muitas dessas jovens tentam esconder dos pais, mas quando eles descobrem, uns dão apoio e enfrentam o problema junto com as filhas, já outros ao descobrirem a gravidez expulsam estas jovens de casa. Sem apoio da família e do parceiro e até mesmo por não desejarem ter o filho muitas se submetem ao aborto em clínicas clandestinas ou tomam medicações contra indicadas colocando sua própria vida em risco. Mesmo recebendo apoio dos pais, é muito difícil enfrentar a gravidez na adolescência, além das transformações no corpo por conta da puberdade ocorre à transformação por conta da maternidade, como consequência disto muitas delas abandona a escola por ter vergonha do corpo, chegando a entrar em depressão.

As campanhas de divulgação sobre a importância do uso da camisinha deixam a desejar, pois só há uma maior divulgação na época de carnaval ficando o resto do ano com uma divulgação fraca. Falta uma melhor articulação entre pais e professores para abordar este assunto com os jovens. Ainda há muitos jovens que se recusam a praticar o sexo seguro: alguns rapazes temem que seu desempenho sexual seja prejudicado com o uso da camisinha, pois ficam nervosos na hora da colocação; já as moças aceitam não usar camisinhas por temer perder o namorado, já outras não compram os preservativos por temer que seus pais venham a descobrir que estão tendo relações sexuais, sujeitando-se a contrair doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo a ficarem grávidas.

Um problema sério enfrentado pelos jovens é a violência sexual, seja na forma de abuso, violação ou assédio sexual. As marcas deixadas por este tipo de violência podem ser físicas e psicológicas que geram total desestabilidade na vida destes jovens. Muitos jovens não denunciam o agressor por ele ser o pai, o tio, o avô, um irmão que na maioria das vezes sustentam a casa e, no caso de serem presos, o que irá acontecer ao resto da família? Para tentar fugir desta situação muitos decidem morar nas ruas, pensando que poderão viver melhor, mas às vezes é onde os problemas se agravam, passando também a serem explorados sexualmente. Diante da situação de total miséria os jovens se prostituem para ganhar uma simples refeição ou trocam o sexo por drogas.

Atualmente existem os disque-denúncia, mas não é suficiente uma vez que estes não contam com condições operacional e pessoal o suficiente para apurar as denúncias. Denunciar a exploração sexual é muito complicado por sempre neste tipo de exploração estarem envolvidas pessoas poderosas, social, econômica e politicamente, num esquema que envolve traficantes, hotéis, motéis, policiais, comerciantes, turistas e usuários. Existem ONGs e setores do governo que dão apoio às vítimas de violência e exploração sexual, mas que ainda não é o suficiente.

A homossexualidade define-se pela atração emocional, sexual e estética por pessoas do mesmo sexo. Este é um grande conflito para os jovens: sua opção sexual. É grande o número de jovens que deixam a escola por ser homossexual por não suportar as agressões físicas, verbais e ainda ter que ouvir piadinhas, as escolas ainda não estão preparadas para tratar deste assunto com seus alunos. Os homossexuais também são discriminados pelos amigos, parentes e dificilmente consegue arrumar um emprego, o que leva muito dele ao caminho da prostituição e da criminalidade. Mas esta realidade aos poucos está sendo modificada, várias rodas de discussões sobre o assunto colocam os jovens para pensar mais sobre como respeitar as diferenças de seus semelhantes. “Para mim o que importa é a amizade, o que vale numa pessoa são seus valores e não sua opção sexual”, diz Bruno, participante do Projeto Crescendo no Morro em Recife.

É de extrema importância à criação de melhores políticas públicas voltadas para a sexualidade dos jovens, para que estes jovens tornem-se cidadãos cada vez mais esclarecidos e menos preconceituosos, tornando, assim, nossa sociedade mais justa.

Problemática na Educação

De acordo com os relatos dos jovens das comunidades populares entrevistados (Santo Amaro, Peixinhos e Morro da Conceição), o ensino público deixou e ainda está deixando muitas deficiências na aquisição dos conhecimentos necessários para ingressar na universidade e competir no mercado de trabalho.

Nas palavras trocadas com os jovens, os problemas mais citados foram à falta de professores qualificados e a estrutura escolar inadequada e insuficientes.

A falta de investimento nas escolas e nos docentes acarreta um crescente desinteresse por parte dos alunos. O descontentamento com o ensino leva-os à evasão, os poucos que permanecem nas salas não ligam para os conteúdos que são passados de forma puramente tradicional, educação bancária¹, lembra Joice.

Segundo Rodrigo, da comunidade de Peixinhos-Olinda, a maioria dos professores são fechados para conversa e não mudam a forma de passar o conteúdo, representando assim outra dificuldade que os jovens se deparam ao longo de sua carreira estudantil.

Esses impasses são crescentes a cada dia, ficando difícil controlar o avanço desses problemas que cercam tanto os professores quanto os alunos.

Apesar da criação de vários programas voltados para a educação, com o objetivo de capacitar os jovens, como, por exemplo, o Pro jovem, a qualidade não acompanha a quantidade, gerando novas críticas ao funcionamento do ensino público.

Diante desse impasse, a juventude encontra-se cada vez mais a mercê desse ensino. Tornando-se, de certa forma, alienada sobre a sua força e poder de mudança

Problemática das Drogas e Violência

O Grupo Pé no Chão é um projeto inovador e criativo que utiliza a rua como papel importante no cenário da aprendizagem e ativismo político na América Latina. O Grupo propõe a reflexão sobre a pedagogia e política. Segundo Jocimar Borges, “Pé no Chão” é uma expressão dos meninos de rua do Recife quando pedem esmola: “Estou com os pés no chão (porque não têm dinheiro nem mesmo para chinelas), lutando pelo meu pão de cada dia”. Mas “ter o pé no chão” também significa uma prática fundamentada no cotidiano e na realidade social e não num mero idealismo. Assim, o nome capta os dois aspectos mais importantes do trabalho do Grupo.

Esse é o princípio norteador do projeto, trabalhando com crianças carentes e uma comunidade marginalizada, onde a prostituição e as drogas reinam. Segundo os próprios participantes, o grande diferencial do projeto não é fornecer apenas cultura ou dinheiro, mas transmitir conhecimento e trabalhar o espírito crítico da própria comunidade quanto à cultura a qual recebem. O grupo Pé no Chão é uma organização não-governamental que atende meninos e meninas entre 4 a 18 anos moradores das comunidades de Santo Amaro e Arruda.

Nos anos 90, reinava no pensamento da sociedade recifense que as crianças eram abandonadas ou órfãs, o “menor abandonado”. O Grupo descobriu que 78% dos meninos de rua do Recife mantinham vínculos familiares e que estudavam na escola pública em alguma altura da sua vida. Igualmente, 80% haviam sido abordados por uma ou várias entidades de serviço social. Pode se perceber que o grupo mantém a idéia de desenvolver a sociedade não apenas por projetos assistencialistas que na maioria das vezes são temporários e que não funcionam definitivamente, como citado por eles o pro-jovem.

O Grupo demonstrou ser um movimento revolucionário e não apenas uma ONG que administra miséria ou ajuda apenas algumas crianças. A expressão artística, política e lingüística é à base de todo o trabalho. Como exemplo de atuação podemos citar o Eco da Periferia, que num de seus atos protestou contra o muro que isola as famílias da favela de Santo Amaro do Shopping Tacaruna, demonstrando que o Recife não tem áreas geográficas de separação em nível social, mas os ricos sempre tentam promover “um falso” isolamento da favela. Um dos participantes deixou claro o quanto isso incomoda aquela comunidade: “Eles cavaram buracos no muro para poderem passar!”

O Eco da Periferia inclue entre suas manifestação um espetáculo de tambores em oposição ao Tratado de Comércio Livre e vários atos para assinalar vítimas de violação de direitos humanos pelo governo ou pela sociedade, como citados por eles, é um movimento político que procura não apenas reivindicar, mas trazer consciência dos direitos do cidadão.

O trabalho na comunidade se dá por artes urbanas: hip-hop, grafite, breakdance e percussão. As artes plásticas saem do lixo: quando limpam a rua guardam sempre algumas coisas interessantes para reciclar em “arte-encontrada”.

O Pé no chão tem uma metodologia adequada para trabalhar com a comunidade. Os pais apresentam um papel de auxiliar na educação dos filhos, promovendo uma maior adequação do grupo às famílias. Os pais são sempre convidados para conhecer as obras artísticas dos seus filhos e para reconhecer que as crianças têm poder e potencial.

Quanto às questões que impedem o interesse e a participação de alguns jovens no projeto,

eles alegam que os motivos seriam o poder aquisitivo do tráfico que leva os jovens para a marginalidade. Destacam também a importância da infância para iniciar projetos, porque eles são mais vulneráveis, principalmente com a comunidade de Santo Amaro.

Políticas Públicas de / com / para

O governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas. A sua influência é geralmente com projetos temporários e do tipo assistencialista, pontual e excludente.” Eu consegui entrar no projeto que outros não puderam entrar. “Tive sorte!”, disse - Maria Aparecida do projeto peixearte-Olinda . É preciso investir mais nos jovens para que estes não se voltem para o roubo, tráfico e conseqüentemente possa diminuir a violência e a marginalização.” Precisamos lutar, gritar por uma educação melhor, saúde de qualidade e por emprego. O governo não bota muita fé na juventude, precisamos reagir.”, disse Dílson, do Crescendo no Morro-Recife.

Os programas federais são implementados nas comunidades de qualquer maneira, como uma imposição, sem antes fazer um levantamento da real necessidade dos jovens. E, dessa maneira, o objetivo de inclusão e garantia dos direitos não é alcançado, por não acompanhar o andamento do projeto, não saber se o mesmo está funcionando ou se está havendo alguma mudança, e até mesmo saber qual opinião dos jovens.” O agente Jovem não funciona e no PETI os coordenadores fazem o que querem, os educadores são despreparados, é uma bagunça.”, disse Bruno, do morro da Conceição.

É preciso dá aos jovens ambientes favoráveis para se sentirem “úteis” e contribuir por um mundo para todos e todas sem exclusão. Criar espaços de Orçamentos Participativos para jovens nas comunidades, além das capacitações profissionais, abrir também oportunidades de emprego de maneira efetiva nas empresas e construir postos de saúde de maneira a atender proporcionalmente a quantidade de usuário de cada região, evitando dessa forma as filas, as demoras nas consultas e resultados.

Investir nas universidades públicas e não negociar vagas em faculdades particulares onde o maior ganho são dos empresários que estão interessados apenas no lucro em fornecer diplomas. Acrescentar às disciplinas escolares sobre formação (sexual, informativos sobre DST, AIDS), arte, filosofia, música; de maneira a mudar a pedagogia da educação que atualmente não estimulam os jovens a pensar e refletir. “Não queremos professores que nos façam de copinho onde eles despejam tudo; queremos expressar nossa opinião também.”, disse Joyce, do peixearte-olinda.

Os espaços de participação que são construídos para a juventude, atualmente, são espaços e ações muito aparentes. É preciso trabalhar para fortalecer esses atores juvenis na sociedade, para levantar suas verdadeiras questões e demonstrar, também, que a responsabilidade de transformar a sociedade e encontrar caminhos para essa transformação, é de todos e não só dos jovens.

O que está sendo feito nas comunidades?

Com uma metodologia de atrair os jovens através da arte, oficinas, música e palestras sobre cidadania, políticas públicas e desenvolver o espírito crítico, jovens de Santo Amaro-

Recife promovem eventos como o ECO da periferia, que a cada quinze dias, ocupa as ruas do Recife, principal espaço de luta pela sobrevivência, com objetivo de proporcionar um espaço aberto, para que todos possam se expressar através das atuações artísticas e culturais.

Em Peixinhos-Olinda os jovens desenvolvem nas comunidades atividades informativas, educativas e artísticas através do projeto “aprendizes da leitura”, em que trabalham como arte educadores, promovem espaços de debates sobre cidadania, auto estima, comunidade e protagonismo juvenil.” Fazer o jovem tomar gosto pela leitura ajuda bastante no entendimento das informações e proporciona um “despertar” para compreensão dos direitos e entendimento da sociedade. Fazer que a leitura seja um prazer e não uma obrigação”, disse Djanete, peixinhos-olinda.

No Morro da Conceição-Recife, os jovens se articulam com os arte educadores, realizando peças de teatros, danças, percussões, para que os problemas da comunidade em relação a drogas, violência e sexualidade sejam minimizados através de suas práticas diárias, já que a ação governamental não alcança favoravelmente a comunidade como um todo.

Esses diferentes jovens participam de fóruns, promovem seminários e se unem a outros movimentos juvenis nas discussões e lutas por políticas públicas. Os jovens atualmente fazem protagonismo com responsabilidade e não por diversão, procuram estar informados de tudo que se passa na sociedade para que segundo Edílson a mídia não tire a autonomia juvenil.

Além do protagonismo juvenil, nessas comunidades são desenvolvidos programas federais tais como o **Pro jovem**- Programa Nacional de Inclusão de Jovens, **Estação Futuro** - Curso de informática, **Agente Jovem**- cursos de capacitação profissional- e **PETI**- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Hoje, por iniciativa própria, os jovens estão contribuindo para inclusão de outros que ainda não estavam integrados aos projetos seja por desestímulo, condições financeira, envolvimento com drogas ou qualquer outro fator que os remetam à margem da sociedade. Esses jovens estão mudando a cara de suas comunidades, fazendo a diferença e ampliando conhecimentos, mostrando que o jovem pensa, tem objetivos e principalmente força. “Estou me sentindo mais cidadão depois que entrei no projeto. Muita coisa que não sabia sobre direitos dos jovens aprendi nesses espaços”, disse Aquiles, do Arruda.

Políticas Públicas na Comunidade

Fazer políticas públicas na Região Metropolitana da grande Recife (RMR) com protagonismo é a maneira que muitos jovens das comunidades de Santo Amaro, Arruda, Morro da Conceição e Peixinhos fazem. Eles desenvolvem atividades como arte-educadores, participam de fóruns, seminários e espaços de debates. Lutam para transformar suas realidades e a de muitos outros jovens. Como diz Juliane, arte educadora em Peixinhos: “Sou protagonista da minha história quando atuo na minha comunidade”.

Os jovens atualmente exercem protagonismo com responsabilidade, estão informados sobre as políticas afirmativas e trabalham unindo-se a outros movimentos.

O governo não atua com projetos concretos e suficientes de políticas públicas. Sua contribuição é, na maioria das vezes, com projetos temporários e assistencialista, pontual

e excludente. “Eu consegui entrar em um projeto que outros não puderam entrar. Tive sorte!”, disse Maria Aparecida do projeto Peixearte em Olinda. É preciso investir nos jovens para que estes não se voltem para a marginalidade, tráfico e conseqüentemente possam diminuir a violência e a marginalização. “Precisamos lutar por uma educação melhor, saúde de qualidade e emprego. O governo não acredita na juventude, precisamos reagir.”, disse Dílson, do Morro da Conceição.

Os programas federais são implementados nas comunidades de qualquer maneira, como uma imposição, sem antes fazer um levantamento da real necessidade dos moradores. Dessa maneira o objetivo de inclusão e garantia dos direitos não são alcançados por esses programas, por não possuírem um acompanhamento e em alguns casos não terem facilitadores capacitados para trabalhar ao lado da juventude. “O Programa Agente Jovem não funciona e no PETI os coordenadores fazem o que querem, os educadores são despreparados, é uma bagunça.”, disse Bruno, do Morro da Conceição.

É preciso dar aos jovens ambientes favoráveis para se sentirem “úteis” e assim contribuir para a formação de uma sociedade menos excludente. Os espaços de participação que são construídos para a juventude atualmente são aparentes. São necessárias mais ações para fortalecer esses atores sociais, para que os mesmos construam alicerces para levantar suas verdadeiras questões.

Cultura

Antropologicamente, o conceito de cultura pode ser dado como um conjunto de características de comportamentos exclusivos dos seres humanos, em relação a outras espécies. Pode-se também levar em conta que estes comportamentos não são apenas instintivos como em outras espécies, mas aprendidos e ensinados (Foley, 1996).

Nas Ciências Sociais não há um conceito único de cultura, mas podemos utilizar a definição de Kroeber e Kluckhohn (1973) *apud* Turner (1999) em que a cultura é vista tão somente como um sistema de símbolos de uma população.

No trabalho aqui desenvolvido, não vamos nos deter ao conceito antropológico de cultura como um meio de vida, mas apenas à cultura como arte, como uma forma de se conscientizar. Um jovem do Projeto Pé no Chão diz que “*o cultural é só um instrumento, é um espaço de conscientização. Dá pra perceber mudanças na comunidade através das atividades promovidas pelo Hip Hop*”². Na comunidade de Peixinhos uma jovem declara: “*tenho amigos que tem valor artístico, percussão e não é enxergado, não tem oportunidade de desenvolver esse dom*”³.

As palavras do jovem do projeto pé no chão, que continua dizendo, que “*o artístico é só um atrativo, o objetivo é a conscientização, reivindicar, educação*”, nos remete à situação atual brasileira de uma forte mudança cultural, que segundo Turner (1999), está saindo de uma cultura de favores, marcada por traços autoritários, para uma cultura de direitos, com ênfase nos valores da cidadania e da democracia. Assim, também nos fala um jovem da comunidade do Morro da Conceição “*estamos sendo capacitados para passar (informações) para os jovens, para tirá-los dessa (falta de informação), através da arte, do teatro, de maneira informativa e educativa, explicando os porquês dos problemas*”⁴.

É exatamente através da dança, da música, do teatro, da leitura que estes jovens começam a refletir sobre diversos aspectos de/em sua comunidade. É interessante notar que esta forma de tentar expressar a realidade ao seu redor parece estar difundida nas periferias, como descreve Alves (2005) em seu trabalho com um grupo de hoppers, em Caruaru, e pelo trabalho desenvolvido Moreira e Queiroz (2005) na Paraíba.

Os jovens têm cultura própria, distinta da cultura dominante. É uma cultura que se refere aos símbolos, crenças e comportamentos singulares dos jovens da sociedade (Braungart & Braungart, 1996). Percebemos nas entrevistas feitas que os jovens anseiam por mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais também. Percebendo que “*o sistema quer uma juventude burra e a mídia tá aí para querer tirar a autonomia do jovem de se informar e se expressar da melhor maneira que necessitar⁵*”, desejam melhorar a situação de suas comunidades com “*boa educação, boa saúde, bons salários, além de ter vários espaços nas escolas para as crianças e adolescentes se expressarem mais com arte, música*”. E continua: “*saber o que rola no PIB e economia...⁶*”.

A necessidade de se melhorar o sistema em que estão inseridos significa que o atual não está sendo bom o suficiente para os mesmos. Esta insatisfação acoplada a exigências altamente ativas e intensas por mudanças na sociedade por parte dos jovens, foi verificada por Braungart e Braungart (id.), ao entrevistarem grupos juvenis específicos. Estes autores alertam para o fato de que diferentes metodologias nos levem a diferentes conclusões em relação à relação dos jovens com a cultura. Diz-se que se analisarmos a juventude como um todo, os jovens apoiarão os atuais valores da sociedade. Se uma ou outra metodologia é mais acertada e condizente com a realidade, está fora dos nossos propósitos em responder. O que sabemos é que os grupos juvenis existem e que clamam por mudanças. Os jovens da periferia continuam se organizando em grupos e tentando minimizar o descaso do Estado em relação à sua situação de marginalidade e utilizando a arte como um meio de comunicação, uma ponte entre eles e o restante da sociedade.

Reunião com o Grupo Jovem do Crescendo no Morro

(27/07/2006, às 19h, no Conselho de Moradores do Morro da Conceição)

Os jovens do Crescendo no Morro estão bastante engajados nas atividades do projeto, são protagonistas e alguns já são educadores. Demonstram ter uma ampla consciência do papel político dos jovens na sociedade e percebem a importância da discussão sobre políticas públicas de juventude como um poderoso instrumento de transformação social.

Iniciamos a reunião com a seguinte pergunta: “O que vocês entendem por políticas públicas de juventude?”

Teorizar, às vezes, torna-se mais difícil do que realizar. Percebe-se, de, um modo geral, que o grupo ainda não está muito familiarizado com a temática e com as discussões realizadas acerca do Plano Nacional de Juventude. Contudo, é notório o empenho e o protagonismo dos jovens nas ações sociais desenvolvidas na comunidade; e também a consciência que eles têm a respeito do papel social e político assumido por eles.

O grupo do Projeto Conexões de Saberes sugeriu a continuidade dos estudos relacionados

ao tema e os jovens do Crescendo no Morro demonstraram bastante interesse. Todos sentem a necessidade de fortalecer esse laço entre os dois projetos e de poder ampliar a participação dos jovens nas discussões realizadas no âmbito da Política Nacional de Juventude.

Os jovens destacaram a importância de trabalhar as políticas públicas desde a infância, como forma de prevenção. E consideram que a leitura e o exercício da arte ajudam a “desviar a mente dos caminhos ruins”, que para eles são: a marginalidade, o vandalismo, o uso de drogas e todo tipo de ociosidade.

Ao ser mencionado o termo “juventudes” (no plural), os jovens classificaram dois tipos: os jovens conscientes de seu papel na sociedade e os que não são conscientes. E para ajudar na compreensão do termo, perguntamos se no projeto existe diversidade entre os jovens e de que forma eles lidam com essa diversidade. Eles afirmaram que não sentam para discutir diversidade, mas respeitam as diferenças.

No que tange à diversidade existente entre os jovens, o tema mais polêmico é a homossexualidade. Ainda é difícil para muitos jovens encarar as políticas públicas para os homossexuais como algo que faz parte de um mesmo contexto – amplo e diversificado – e que deve ser trabalhado em conjunto com as demais políticas, não de forma isolada.

Em relação aos projetos implantados pelo governo, os jovens reclamam da má qualidade em termos de estrutura e, principalmente, da falta de preparo por parte dos educadores. Segundo eles, os educadores já chegam com tudo pronto, sem conhecer as demandas. “Eles têm que apoiar a gente com as demandas que a gente tem”. Os jovens destacam também que o educador não é o único que detém o saber. A relação entre educador e alunos deve ser uma relação de troca. “O educador ensina e aprende”.

E quanto às questões que impedem o interesse e a participação de alguns jovens no projeto, eles alegam que um dos principais motivos é falta de estrutura na família, falta de incentivo dos pais ou responsáveis e outros problemas ligados ao seio familiar.

Ao final da reunião, os jovens estavam convencidos de que é preciso ampliar a discussão sobre políticas públicas de juventude e ajudar a promover um maior intercâmbio entre os jovens, através da participação em reuniões e debates locais, como também da participação em eventos, congressos e seminários. É preciso, portanto, “apostar na juventude e colocar potência na mão dos jovens!”.

*Fernando Silva de Oliveira.
Recife, 01 de Agosto de 2006.*

Juventude e políticas públicas: reunião no Morro da Conceição

A reunião no Morro da Conceição, ocorreu no dia 29 de julho e teve a participação de jovens da comunidade, de jovens do Conexão de Saberes e de dois jovens que contribuíram com sua participação. Teve por objetivo promover um debate sobre: Juventude e Políticas Públicas, para articular com os jovens seus conhecimentos sobre o tema e sua participação no mesmo.

Os jovens do Morro são bastantes ativos e intervêm na comunidade, segundo eles, a iniciativa dos trabalhos realizados partiu deles, foi formado o grupo jovem que age em

parcerias com o conselho de moradores. Os jovens desempenham funções como articuladores, arte-educadores, monitores do tele centro e participam ativamente do orçamento participativo.

Segundo os jovens, os objetivos dos trabalhos desenvolvidos são contribuir de alguma forma para comunidade, possibilitando uma transformação e desenvolver atividades para haver um enfrentamento dos problemas comunitários.

O grupo jovem que conta com a participação de 17 a 20 jovens participa de capacitações, as quais possibilitam um melhor entendimento da realidade e permitem que eles adquiram conhecimentos e experiências. Os jovens que trabalham como arte-educadores desenvolvem atividades com as crianças da comunidade com oficinas de leitura e produção de texto, eles ressaltam que o objetivo é despertar na criança o interesse pela leitura, pela escrita e pelo desenho, possibilitando que as crianças possam refletir sobre suas vidas e sua realidade. Os jovens também são delegados do orçamento participativo e estão envolvidos nos detalhes sobre os problemas da comunidade e seus enfrentamentos, participam também do tele centro, onde são monitores, alguns jovens atuam no Comdica (Conselho Municipal de Defesa dos e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Recife) e outros participam do Fórum da Juventude de Pernambuco.

Sobre o tema “Juventude e Políticas Públicas”, os jovens afirmam que juventude é o que eles vivem no momento, são as formas de viver o que está posto. E políticas públicas são ações implantadas e implementadas pelo governo para atender às demandas dos jovens, elas são a atuação do jovem e o seu diálogo.

Eles afirmam que participam de políticas públicas, como: o orçamento participativo, as reuniões no conselho de moradores e o PROUNI. Na comunidade as políticas públicas identificadas pelos jovens foram: o programa Agente Jovem, o PROUNI e o Orçamento Participativo. Segundo os jovens, havia também os Círculos Populares, porém, pela sua forma de agir “hierarquizada” não era atrativo e tinha pouca visibilidade na comunidade. Uma das críticas às políticas públicas desenvolvidas na localidade é a de que essas se desenvolvem de maneira já programada sem ouvir e perceber as necessidades reais da juventude.

Os principais problemas e desafios para a comunidade, segundo os jovens, são: a marginalidade, a violência, os roubos constantes, a falta de conhecimento e informações, a falta de capacitação profissional e, principalmente, melhorias de educação estatal. Os jovens afirmam que para enfrentar esses e outros problemas atuam de forma a conscientizar a comunidade, através de intercâmbios, reuniões, temáticas, e de forma a se organizar para conquistar seus ideais e promover mudanças na percepção da juventude local.

Referências:

- ABRAMO, Helena. *Jovens e Juventudes: Contribuições, Participação e Organizações Juvenis*. Redes de Juventude, 2004.
- ALVES, Adjair (2005). Hip Hop: construindo um campo de luta pela cidadania. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JR., Edísio (Orgs.) *Jovens e Juventudes*. Editora Universitária – PPGS/UFPB. João Pessoa.

BRAUNGART, Richard G. e BRAUNGART, Margaret, M. (1996). Cultura da Juventude. In: *Dicionário do pensamento social do Século XX*/ Editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine, editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

FOLEY, Robert A. (1996). Antropologia – cultura. In: *Dicionário do pensamento social do Século XX*/ Editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine, editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

HEILBORN, Maria Luiza, AQUINO, Estela M. L. e KNAUTH, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução. *Cad. Saúde Pública*. [online]. jul. 2006, vol.22, no.7 [citado 05 Agosto 2006], p.1362-1363.

MOREIRA, Eliana Monteiro e QUEIROZ, Tereza Correia da N. (2005). Juventude e Cultura em comunidades precarizadas: a difícil construção da cidadania. In: In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JR., Edísio (Orgs.). *Jovens e Juventudes*. Editora Universitária – PPGS/UFPB. João Pessoa.

Políticas Públicas e estratégias contra a exploração sexual comercial e o abuso sexual intra-familiar de crianças e adolescentes. Ministério da Justiça. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre crianças e adolescentes CECRIA. Brasília-DF, outubro de 1997.

TURNER, Jonathan H. (1999). *Sociologia – Conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books.

Sexo Sem Sustos - <http://www.redece.org/sexuoq.htm>

http://ondajovem.terra.com.br/plano_de_aula.asp?ID_Materia=588

<http://br.monografias.com/trabalhos/drogas-prevencao/drogas-prevencao.shtml#intro>

<http://www.ufrnet.br/~scorpius/302-Vigilancia%20Sanitaria%20Historico.htm>

<http://www.cnpm.org.br/prog2.htm>

<http://www.aucuba.org.br/modules/news/article.php?storyid=146>

<http://www.citdr.org/sal/Portuguese/PenoChao.html>

http://ondajovem.terra.com.br/plano_de_aula.asp?ID_Materia=352

<http://www.aucuba.org.br/modules/news/article.php?storyid=146>

<http://www.citdr.org/sal/Portuguese/PenoChao.html>

Notas:

¹ O aluno é visto como banco, onde as informações são depositadas.

² Edilson, conhecido por mago participante do movimento Pé no Chão (24/07/2006).

³ Joyce, integrante do Projeto Peixearte (28/07/2006).

⁴ Bruno, integrante da comunidade do Morro da Conceição (27/07/2006).

⁵ Edilson, participante do movimento Pé no Chão.

⁶ Bruno, integrante da comunidade do Morro da Conceição.

Juventude e políticas públicas de Estado e emancipatórias: algumas comparações

Ivone Batista Alves¹
Jenilson Ferreira de Souza²
Luciana Pereira de Jesus³
Tacia da Silva Roxo⁴

Este trabalho busca traçar um quadro comparativo entre as políticas produzidas pelo poder público e as políticas emancipatórias, conduzidas por algumas iniciativas da sociedade civil organizada existentes no Estado da Bahia, no intuito de ressaltar suas respectivas proposições - nos níveis da educação, cultura, direitos humanos e lazer - que tenham como meta atingir a juventude.

De acordo com Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (2003), o tema da juventude começou a ganhar espaço e complexidade no cenário político brasileiro a partir da segunda metade da década de 1990, como consequência do aumento da proporção de jovens entre 15 e 24 anos no conjunto da população nacional, que passaram a ser afetados de forma particularmente intensa pelo aprofundamento das desigualdades econômico-sociais, enfrentando dificuldades das mais diversas ordens, principalmente os jovens negros. Múltiplos projetos e ações foram criados e dirigidos majoritariamente a adolescentes, que passaram a focar questões como desemprego, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas e especialmente violência. Com isso, surgiram assessorias, coordenadorias, secretarias e programas que têm como desafio desenvolver políticas considerando as especificidades da juventude brasileira sem perder de vista sua acentuada diversidade. Esses novos espaços, na estrutura do poder público ainda estão em construção e enfrentam desafios por suas diferenças em relação às políticas já consolidadas. É nesse contexto que as políticas públicas de juventude vêm se constituindo no país, esse processo de formação é marcado por tensões, devido à presença e atuação dos vários personagens.

Entendemos, neste trabalho, por juventude o público em uma faixa etária entre 15 e 24 anos. Sobre Políticas Públicas consideramos ser a espécie de política em que o governo opta ou não por fazer, frente a uma situação, sendo uma forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recurso do mesmo Estado. Admitindo-se delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação. A política pública, ao mesmo tempo em que se constitui numa decisão, supõe certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formulação, sendo essa decisão o resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política⁵.

Em relação às políticas Emancipatórias, de acordo com Pedro Demo (1996), para que esta ocorra, torna-se necessário, por parte do necessitado, a consciência política de sua condição e necessidade. O que proporcionará ao sujeito autonomia e possibilidade do mesmo interferir

no seu próprio destino. Deve exigir, portanto, sujeitos co-participantes e co-decisores e não trabalhar com objetivos manipuladores. Através de uma ação organizada, essa política irá construir modos ou apontar ferramentas de enfrentamento às desigualdades.

Dividimos este trabalho em quatro partes, contrastando políticas do Estado da Bahia com exemplos de políticas emancipatórias no intuito de construirmos um quadro comparativo entre essas representações. No âmbito da educação destacamos as iniciativas da Secretaria da Educação e as do grupo denominado EREGêge (espaço destinado à reflexão étnica e de gênero), apontando suas respectivas proposições, principalmente as relacionadas à Lei 10.639⁶. Abarcando a questão cultural, tivemos como foco na questão governamental a campanha “Sua Nota é um Show” que visa conscientizar a juventude para a resolução dos problemas de sonogação dando a ela shows e futebol na troca de notas fiscais. Na política participativa tivemos como objeto de estudo o bloco afro Ilê Aiyê, que, além de permitir aos jovens um teor crítico com as letras de suas músicas e uma auto valorização, conduz estes ao mercado de trabalho através de cursos de informática, estética, percussão, entre outros e ao convívio social, aprendendo a respeitar a diversidade religiosa. Em relação à política pública para o esporte, pesquisamos o Programa FAZ ATLETA, criado desde 1999. E como política emancipatória encontramos o Projeto Educar criado há 20 anos.

Políticas públicas no âmbito da Educação particularmente relacionadas à Lei 10.639

Abordaremos aqui o EREGêge e as políticas do Estado, apontando suas respectivas proposições no âmbito da educação, particularmente relacionadas a aplicação da lei 10.639, que priorizem um público jovem. Já temos praticamente três anos em que a lei 10.639 entrou em vigor, apesar disso as ações apresentadas pelo governo estadual da Bahia ainda são tímidas. Na atual gestão do Governo de Paulo Souto, o texto referente ao Plano Estadual de Educação na Bahia de outubro de 2004, última versão, não dá conta das demandas exigidas pela lei para sua plena aplicabilidade. Cabe como responsabilidade da Secretaria da Educação em relação à implementação da lei 10.639, existentes no artigo 6:

I- No exercício das prerrogativas fixadas no artigo 24, IX e 1 4, da constituição Federal, desenvolver um plano de ação para capacitação dos docentes e inclusão, no currículo das escolas da rede pública e estadual, do ensino de História e cultura Afro-Brasileira, na forma da Lei Federal n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração prevista na Lei Federal n 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e legislação correlata; II – desenvolver o Programa Bahia: Educando pela diferença para Igualdade, para a capacitação de professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História a ser discutida com representantes da Comunidade Negra. Parágrafo único – A secretaria de educação criará, mediante resolução, comissão para o desenvolvimento do programa a que se refere o inciso II deste artigo.

Encontramos na versão final de 2004 do Plano Estadual de Educação na Bahia os seguintes objetivos e metas do governo para o ensino médio: a implantação, implementação e consolidação, no prazo de cinco anos das diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Incluir, no currículo escolar, a temática da história afro-brasileira

para atender, com eficiência, a demanda gerada pela lei 10.639; criar e manter programas de avaliação do livro didático, respeitando a diversidade cultural do Estado, eliminando textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro, do índio e outros. Levando em consideração as responsabilidades da Secretaria Estadual de Educação, referentes à lei 10.639, e de suas ações para com o Ensino Médio, pouca coisa foi executada durante a atual gestão. Nenhum Programa foi localizado e nada encontramos a respeito da existência de alguma Comissão organizada com intuito de implementar a Lei 10.639. Nada encontramos de concreto a respeito de ofertas de cursos para a formação e capacitação de professores. Não há referências de como o material didático foi produzido. Não detectamos também o diálogo com a Comunidade Negra.

Na esfera das políticas emancipatórias, escolhemos o grupo EREGêge devido ao seu caráter participativo e autônomo. O EREGêge é um espaço destinado à reflexão de gênero e étnica, bastante atuante no cenário político, principalmente quando se trata de assuntos referentes ao preconceito e a discriminação da população negra em Salvador. O grupo possui uma composição bem heterogênea, no qual reina uma maioria jovem. Entre mães, pais, representantes de bairro, professores, estudantes secundaristas e universitários, existem também diversas representações institucionais, em sua maioria grupos de jovens de negros e negras, que atuam politicamente em outras esferas (escolas, universidades, bairros etc.) e que são convidados a participar por serem sensíveis e compartilharem da mesma causa.

Para cada ano o grupo escolhe um tema para guiar as suas atividades. O ano de 2004, por exemplo, destinou suas ações para o combate aos crimes de ódio religioso, em especial aos exercidos pelas igrejas pentecostais contra as religiões de matrizes africanas. Exigindo do Governo, junto ao Movimento Negro na Bahia, uma tomada de atitude jurídica frente a esses ataques. O ano de 2005 não foi diferente, priorizando a questão da educação, escolheu a Lei 10.639 como direcionadora das atividades.

Dentre as ferramentas de interferência política, o grupo possui três importantes atividades: o Candomblé na Roda do Candomblé, as Oferendas de Vunji e o Quilombo de Estudo - todos tendo como pano de fundo a lei 10.639. O Candomblé na Roda do Candomblé é a atividade mais importante realizada todo mês pelo grupo. Em primeiro lugar, devido a grande repercussão que a mesma tem diante a sociedade baiana, sendo o momento em que o grupo mais se faz visto, em segundo lugar, devido ao grau de complexidade na organização e realização dessa atividade.

As Oferendas de Vunji são atividades oferecidas realizadas, principalmente, em escolas de Bairros populares para diversas comunidades. Lá vários assuntos são tratados de preferência os que mais afligem a comunidade. Por fim, o grupo aconselha a comunidade a se organizar politicamente em prol da resolução dos seus problemas, muitos dos quais podem ser solucionados diante de uma simples interferência política. O Quilombo de Estudo é uma atividade organizada para aquisição de conteúdo teórico que dará embasamento à atuação política do grupo.

Através dessas atividades o grupo no ano de 2005 divulgou a lei 10.639, tanto em Salvador como no interior, principalmente na região do Recôncavo baiano (São Felix e Maragogipe). O grupo se apropria da arte para expressar a lei, seja através da música, da dança, da

poesia ou da pintura. Sendo assim, o EREGêge é grupo que prioriza a atuação e posterior formação de jovens lideranças em suas atividades. Observamos que apesar da falta de incentivo fiscal as políticas emancipatórias, representada aqui pelo grupo EREGêge, grupo social politicamente organizado, que possui uma postura mais pro ativa do que as políticas públicas apresentadas pelo governo estadual, referentes a aplicação da lei 10.639.

Políticas públicas no âmbito cultural

Um exemplo de políticas públicas no âmbito cultural é o programa “Sua nota é um show” criado em janeiro de 1999 pelo governo do estado da Bahia (na gestão de Paulo Souto), através da secretaria da fazenda (SEFAZ). Este é um programa de educação tributária do SEFAZ, que tem como objetivo conscientizar a população quanto à importância dos impostos no comprimento das obrigações do Estado; estimular o hábito do cidadão de exigir documentos fiscais; promover maior incremento a receita estadual e principalmente incentivar atividades artístico-cultural, esportivos por meio de exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais. Os documentos fiscais são trocados por ingressos que dão acesso aos shows realizados, uma vez por semana, que tem participação de muitos artistas baianos consagrados com: Ivete Sangalo, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Betânia, Ilê Aiyê, dentre outros, Dominginhos, Ivan Lins, Chico Cezar. Os cidadãos participam exigindo documentos fiscais assim promovendo mais incremento a receita estadual e o governo cumprem suas obrigações revertendo o dinheiro dos impostos para o cidadão em forma de serviços sociais exemplificando: saúde, educação e cultura. Além de “Sua nota é um show”, o cidadão tem opção pela “Sua nota é um show de solidariedade” doando documentos fiscais para instituições carentes.

Por trás de tal política existe uma máscara a ser desvendada, a Bahia é o estado que mais padece em sonegações fiscais e o governo necessitava de uma política para intervir neste abismo. E nada melhor do que envolver a população baiana, principalmente os jovens carentes de educação, saúde, alimentação e lazer. Contudo, o governo usa os jovens para resolver seus problemas, dizendo a eles que serão conscientes ao exigir notas fiscais. Uma ascensão da consciência retrograda que nos resume, como disse a própria campanha, a duas paixões: futebol e música. A campanha do governo obteve a maior arrecadação mensal do histórico do ICMS, enquanto os jovens vão às sextas-feiras ver shows e nos outros dias da semana ficam com fome, sem o pão.

O Ilê Aiyê foi o primeiro bloco afro baiano, nasceu em 1974, em uma época atordoada, de ditadura militar, quando qualquer forma de oposição seria tachada de comunismo. Foi criado por um grupo de amigos que se reuniam constantemente no bairro da Liberdade em Salvador, por Antonio Carlos dos Santos, o Vovô do Ilê, atual presidente do bloco e Apolônio, com objetivo de resgatar e valorizar a cultura negra através do projeto carnavalesco políticas culturais e educacionais, preservando, assim, a auto estima, elevando o nível de consciência crítica entre os jovens. O Ilê começou com o movimento ritmo musical inventado na década de 70, revolucionando o carnaval baiano, a partir daí sua musicalidade ganhou forças com ritmos originados das tradições africanas. Através das letras de música o Ilê contou

a história da África pré-colonial, a história do povo negro no processo de construção do Brasil, as revoluções negras que buscaram a igualdade racial e combateram o racismo. Hoje o Ilê não é apenas uma fundação carnavalesca é uma instituição sócio-cultural que com seu trabalho é respeitado internacionalmente e considerado patrimônio da cultura baiana. Na Senzala do Barro Preto, sede da instituição, onde concentra o trabalho social, funcionam vários projetos que atendem mais de 300 jovens negros de Salvador. E neste trabalho social temos a Escola Mãe Hilda, situada no terreiro de candomblé (no início).

Mãe Hilda era a matriarca da Liberdade e esta acreditava que o terreiro também era escola. Suas filhas davam “banca” e tinham pouco mais de cinco alunos, oriundos de escolas públicas com histórico de bi-repetência e indisciplina. A notícia dessa escolinha correu rápido e em menos de um ano não havia mais cadeira para a quantidade de alunos. Mãe Hilda resolve pedir ajuda ao secretário de educação Dr. Edvaldo Boaventura que lhe concede cadeiras e equipamentos usados. A escola começou a funcionar integralmente, na Senzala do Barro Preto com pagamentos de professores, matérias didáticos pedagógicos, alimentação e a espera da autorização de funcionamento da escola Mãe Hilda. Na Senzala temos Banda e Coral Erê, curso de informática básica, oficinas de canto, dança, culinária, percussão, estética e confecções de tecidos. Todos estes para capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho e na vida social como um todo. O Ilê tem como mérito a valorização da cultura africana sempre colocada de lado pela cultura eurocêntrica; tal atitude tem que começar logicamente desde a juventude. Esta sempre jogada à margem da sociedade baiana sem direitos e com deveres. No Ilê há uma elevação da consciência crítica, através do lúdico, que na vida real se transforma em atitudes.

Políticas públicas no âmbito do lazer (esporte)

Para o oferecimento de lazer para jovens, o Governo da Bahia (gestão Paulo Souto, 2002-2006), através da SETRAS - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte -, promulgou desde de 24 de novembro de 1999 a lei Estadual nº7539 que instituiu o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Para-Olímpico: FAZATLETA, que concede abatimento no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação -ICMS- à empresa situada no Estado da Bahia que apoiar financeiramente atletas e projetos esportivos, aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa. O programa beneficia atletas e equipes que se enquadram na categoria de Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico, profissionais afins, além de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e portadores de necessidades especiais.

Os objetivos são:

1-Promover o incentivo ao desenvolvimento do esporte amador no Estado da Bahia, nos seguintes aspectos:

- a) Recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de atletas e equipes esportivas;
- b) Treinamento e participação de atletas e equipes esportivas em competições estaduais, interestaduais, nacionais e internacionais;

c) Fomento à prática e ao desenvolvimento do esporte entre crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e aos portadores de necessidades especiais;

d) Especialização, nas áreas do conhecimento aplicadas ao esporte, de árbitros, técnicos, profissionais da área de educação física e outros profissionais de áreas afins;

e) Fomento ao interesse da população pela prática habitual de esporte.

2- Promover congressos, seminários, cursos e eventos assemelhados para a difusão dos benefícios dos esportes, bem como campanhas para a conscientização da necessidade de preservação dos espaços destinados à prática esportiva.

3- Instituir prêmios de diversas categorias para o desenvolvimento do esporte no Estado.

Os benefícios para as empresas patrocinadoras são: facilidades para expor sua marca, através de um projeto de marketing esportivo, proporcionando simpatia, emoção, e energia junto ao público-alvo, além de usufruir dos incentivos fiscais previstos pelo FAZATLETA. O patrocinador pode ser qualquer contribuinte do ICMS, que não tenha sócio em situação cadastral irregular, débito inscrito em dívida ativa, parcelamento interrompido, ou tenha praticado ilícitos fiscais. Esta é única política pública para o lazer (esporte) promovida pelo Estado. Ela é pouco divulgada e, em consequência disso, projetos pequenos existentes em bairros periféricos, por exemplo, ficam sem esse incentivo.

Em se tratando de políticas emancipatórias, não foi encontrada política destinada ao lazer para jovens entre 15-24 anos. Entretanto, existe no bairro Periperi, localizado na periferia de Salvador, um projeto denominado Educar, que atende às crianças e aos adolescentes entre 7 e 16, foi idealizado pelo senhor Reinaldo Silva, 37 anos, mecânico, chamado pelos meninos do bairro de “professor”. Esse projeto, que já tem 20 anos, segundo Reinaldo, nasceu do fato de por não conseguir realizar seu desejo de ser jogador de futebol profissional, por falta de incentivos até mesmo da família, ele resolveu treinar crianças e adolescentes carentes de seu bairro. Meninos que não tem condições financeiras de treinar em escolinhas particulares de futebol. Seu principal objetivo é incentivá-los a seguir carreira, além de os ocuparem com uma prática esportiva, para afastá-los da marginalidade e das drogas.

O projeto não tem sede, a divulgação é feita “boca-a-boca” pelos próprios meninos. Os treinos são realizados numa praça com quadra de esportes ou na praia que ficam no mesmo bairro. As aulas acontecem três vezes na semana, pela manhã ou à tarde, de acordo com os horários de estudo de cada um, e aos sábados pela manhã, no qual primeiro o professor faz uma palestra com as crianças e adolescentes, explicando a importância de se dedicarem aos estudos, se afastarem das más companhias e, dentro da realidade de cada uma delas, se alimentarem melhor, comendo frutas e mais verduras. Depois, acontecem as sessões de alongamento e os treinos táticos e técnicos. São divididas as faixas etárias em pré-mirim, mirim, infantil e juvenil; o projeto conta com 60 meninos fixos. Como boa parte das políticas emancipatórias, o projeto não recebe ajuda do governo. As crianças que podem contribuem mensalmente com cinco reais, para o conserto de bolas, compras de materiais de primeiros socorros, que o professor leva para os treinos, ou para ajudar a comprar um par de chuteiras para aquele que não tem. Pelo conhecimento que o professor tem com donos de escolinhas de futebol ou com projetos de outros bairros, sempre há torneios no qual seu time “Elite”

participa. Tantos os coletes usados nos treinos ou os padrões usados nos jogos foram doados por candidatos políticos em época de campanhas, mas as ajudas recebidas ficam nisso. Esse projeto, como exemplo de política emancipatória, atinge seu objetivo, mesmo com suas dificuldades e sem o apoio do governo, pois concentra um bom número de crianças e adolescentes (que aumenta principalmente no período de férias escolares), ocupando o tempo deles, e atende à necessidade de lazer do qual precisa a comunidade.

Juventude e Direitos Humanos

A juventude brasileira nunca foi em número absoluto tão grande. Há atualmente (IBGE) mais de 33 milhões de jovens, cerca de 20% da população está na faixa etária entre 15 e 24 anos. Ao se analisar o problema da mortalidade da juventude, tendo em vista que o Brasil ocupa uma das primeiras colocações em mortalidade juvenil do mundo, esse grande efetivo populacional se constitui em um dos principais argumentos não só para a “explicação” do constante aumento das taxas de mortalidade desse grupo, como também se representa como um entrave para a implementação de políticas públicas para o e enfrentamento do problema. Discussões sob esse ponto de vista, no entanto, somente desvia nosso olhar das causas mais prováveis dessa grande mortalidade de jovens. O que deve ser principalmente analisado é o *que* o estado tem feito para essa população e *como* tem sido tais políticas. Estaria a sociedade política garantindo a seus jovens as oportunidades adequadas para um futuro promissor? Como estão sendo enfrentados tanto pela sociedade política como pela sociedade civil os problemas que afligem o bem-estar futuro desse grupo? Essas são algumas das indagações que devem ser feitas diante do assustador aumento da morte da população jovem. Mas há um outro fato que, numa discussão sobre mortalidade de jovens e de como isso fere os Direitos Humanos, não pode passar despercebido: o agravamento das taxa de mortalidade quando entra o quesito raça/cor. Isso nos faz questionar qual o grupo de jovens que recebe maior atenção do Estado.

Um dos estudos mais abrangentes atualmente sobre esse problema, mostrando que os jovens são as principais vítimas da violência, foi o realizado pelo sociólogo Jacobo Waiselfisz, publicado no livro *Mapa da Violência IV: Juventude Violência e Cidadania*, pela UNESCO no Brasil em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Instituto Airton Senna em 2004. Eis algumas das suas principais conclusões: a taxa global de mortalidade caiu de 633 por 100 mil em 1980, para 573 em 100 mil habitantes em 2002. Enquanto isso a taxa referente aos jovens cresceu passando de 128 para 137 em 100 mil no mesmo período; os aumentos da violência homicida são explicados pelos incrementos dos assassinatos de jovens; entre 1993 e 2002 houve um aumento de 62,3% na taxa de homicídio da população global, enquanto que entre os jovens as taxas aumentaram 88,65; a proporção entre a população parda e preta é 65,3% superior à branca; na década de 1993 a 2002, a taxa de homicídio entre os jovens cresceu com uma regularidade de 5,5 ao ano; 39,9% das mortes de jovens devem-se a homicídios e 15% por acidentes de transporte. As conseqüências da omissão do Estado aparecem, portanto, de modo diferenciado quando se analisam questões como: origem, cor, raça, espaço de moradia, renda,

entre outras. A obra de Gilberto Dimenstein *Democracia em Pedacos: Direitos Humanos no Brasil* se constitui mais uma importante retratação dessa situação. Entre as constatações esta que 85% dos homicídios provocados pela polícia militar entre 1977 e 1987 ocorreram na periferia, “os pretos e os pardos são agredidos em percentual extremamente superior à sua presença relativa na população”.

Está havendo aqui no Brasil, no campo político, esse atendimento a uma tomada de decisão pelos jovens? É verdade que os jovens brasileiros têm ocupado ultimamente um espaço próprio na agenda política, a exemplo da instalação da Comissão Especial para a Juventude da Câmara dos Deputados que além da transformação de 2005, no ano nacional da juventude, as propostas do legislativo incluem a criação de um plano nacional de ação, com duração mínima de dez anos; a elaboração do Estatuto da juventude; uma proposta de Emenda Constitucional para incluir o jovem no capítulo dos direitos fundamentais da Constituição; e a criação de uma comissão permanente para o tema na Câmara. No entanto, apesar dessas iniciativas a ação predominante do Estado com relação aos jovens ainda é a tradicional. Além disso, há a já citada falha do Estado como instrumento propulsor de políticas, tais como políticas educacionais, políticas de cultura, políticas de difusão da cidadania, políticas de defesa de direitos, políticas de segurança pública...

Façamos uma breve referência ao exemplo da campanha “Reaja ou será morta! Reaja ou será morto!” de Salvador, lançada em 13/05/2004 e que no ato Vigília pela Vida, que reuniu 700 mil pessoas. Essa iniciativa de parte do movimento negro mostra que aqueles para quem se dirige uma política pública são quem sabem *o que* querem, *como* querem e *porque* querem. A campanha “Reaja” teve como finalidade denunciar o crescimento do número de assassinatos de afrodescendentes e a existência de grupos de extermínio da população negra. Uma das principais manifestações desse movimento foi a Marcha Zumbi+10 – Contra o Racismo e pelo Direito à Vida, que através de um documento intitulado ‘Manifesto à Nação’ entregue diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre outras coisas foi dito no documento que o Brasil possui uma das mais altas taxas de mortalidade da população jovem e, em todos os estados, os jovens negros são as principais vítimas. A cada 100 mil 30,3 brancos morrem por homicídios, enquanto que entre os negros a taxa de mortalidade pelo mesmo motivo é de 68,5, uma diferença de 74% entre as raças (Mapa da violência IV: Os Jovens do Brasil). A campanha cumpriu assim o papel de não somente denunciar seus problemas, mas também de apresentar soluções para os mesmos.

Referências:

- DEMO, Pedro. *Política Social, educação e cidadania*. 2ª edição – Campinas, SP : Papirus, 1996 (Coleção Magistério formação e trabalho pedagógico).
- FREITAS, Maria Virginia. & PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs). *Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEC/SECAD. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n 10.639/ 03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

<http://www.ileaye.com.br>
<http://www.sefaz.gov.com.br>
<http://www.atarde.com.br>
<http://www.mundonegro.com.br>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos
<http://www.educafro.org.br/noticia/Assuntos/>
<http://www.pime.org.br/pimenet/noticias2005/noticiasbrasil214.htm>
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200002
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000300002&script=sci_arttext&tlng=pt
<http://www.ibase.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=187&infoid=1131>
<http://www.rolim.com.br/2002/modules.php?name=news&file=article&sid=242>
<http://cidadania.org.br/conteudo.asp?id=4344>
http://abong.org.Br/novosite/publicações/informes_pag.asp?cdm=2526
<http://revistaviracao.com.Br/pílulas.cfm?id=17>
www.siraque.com.Br/juventude.asp-38km
www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=pt&cod=18187-47km
www.siraque.com.br/mapaIV

Notas:

¹ Graduanda de Estatística.

² Graduando de Ciências Sociais.

³ Graduanda de Letras.

⁴ Graduanda de Biblioteconomia.

⁵ Definição de Miguel Abad, Psicólogo argentino.

⁶ Lei sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na UFES

Carla Diana Siebert¹
Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo¹
Elaine A. Costa Rodrigues¹
Guilherme Augusto da Silva Souza¹
Jeane dos Anjos Pereira¹
Wellington Rosa de Azevedo¹
Kalina Rodrigues²
Elaine Dal Gobbo²
Leonor Franco de Araujo (coordenadora)

“Que a vida começasse agora/Que o mundo fosse nosso outra vez/Que a gente não parasse mais de cantar/De sonhar.” (Tema oficial do festival Rock in Rio, realizado entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1985)

Resumo: Breve discussão sobre o conceito de juventude e políticas públicas, buscando definir conceitos para aplicação na análise do perfil do jovem da UFES, utilizando os dados produzidos pela pesquisa “Universidade Pública: (re)conhecendo diferenças”; pesquisa essa coordenada pela equipe do programa Conexões de Saberes, Pró-reitoria de Extensão e de Graduação. Estudo comparativo entre o universo geral dos jovens e dos jovens EOPS na UFES. Algumas considerações sobre as políticas de Ações Afirmativas voltadas para os jovens na UFES.

Palavras-chave: jovens, juventude, políticas de ação afirmativa, universidade pública.

Introdução

Palco de controvérsias, modismos e indefinições, os conceitos de juventude e jovem abriram nossas discussões para esse GT; discussões essas que nos inquietaram por muito tempo, pois num grupo eclético como o nosso, que reunia “jovens” de 43 a 19 anos, procurávamos considerar todas as variáveis possíveis como faixa etária, gênero, etnia, entrada no mercado de trabalho, constituição familiar, entre outros.

Desde os primeiros estudos sistematizados, nas décadas de 30, 40 e 50, do século XX, por cientistas políticos e sociais que discutiam o tema, principalmente os que construíam pesquisas ligadas a Sociologia das Gerações³, e as definições não se caracterizavam pela unidade e sim pela diversidade.

O lugar do termo juventude, na conceitualização geracional, já encontrava, pois, em seu começo, polêmica sobre a demarcação temporal como forma de classificação. Essa classificação, variada na definição de clientela alvo das políticas de juventude de muitos países, tem feito com que o conceito de juventude sofra alteração de acordo, não só com as dinâmicas regionais, mas também com os interesses de determinados grupos de pressão e com os limites políticos vigentes. (OBJ. 2004: 6)

Deparamos-nos com as mais diversas análises e proposições, sem que ficasse claro como os autores definiam esses conceitos. Alguns, inclusive, utilizavam os conceitos de jovem e juventude como categorias semelhantes (PROJETO JUVENTUDE, 2004: 09) ou criam novas categorias como condição juvenil, identidade juvenil, juventudes, no plural mesmo, jovens adolescentes, jovens trabalhadores, etc.

Compreender a Juventude enquanto um fenômeno multidimensional é entender que diversos são os fatores que constituem a identidade juvenil; trata-se de um momento onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam; é um momento onde passa-se por diversas transformações biológicas e psicológicas e que o contexto econômico e social ao qual ele está inserido é parte integrante da construção de sua personalidade. Tudo isso é fundamental para compreendermos que não estamos falando de uma população homogênea e sim de diversos grupos de pertencimento com identidades próprias, ou seja, não estamos falando de juventude, mas sim de Juventudes. É um momento na vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais. (COELHO, 2003)

Após exaustivas discussões, optamos por trabalhar com um conceito de juventude que tem como referência uma faixa etária específica, que determinamos entre os 15 e os 24 anos. Muitas razões nos levaram a adotar essa definição, e, a mais importante, foi pensar, em nível nacional, apesar de todas as diferenças conceituais, o que mais se utilizava como referencial de análise de tal conceito.

As diversas leituras realizadas nos proporcionaram a visão de que os parâmetros adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) eram os mais adotados em território nacional. Esse parâmetro dado pela faixa etária entre os 15 e os 24 anos foi estabelecido em 1985, Ano Internacional da Juventude, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A OIT (Organização Internacional do Trabalho), diversos órgãos públicos de estatística, como o IBGE, de saúde pública, educação e cultura também utilizam esse parâmetro.

Consideramos que tal definição está muito mais ligada a um parâmetro necessário de delimitação de um universo mensurável - no nosso caso específico, os dados da pesquisa "Universidade Pública: (re) conhecendo diferenças"- do que um conceito, que envolve estudos mais profundos e necessários, sobre esse universo que pesquisamos. Acreditamos, inclusive, que esse conceito ficará mais desenhado à medida que avançemos na exploração e análise do objeto alvo de nossa pesquisa, o que acontecerá na segunda etapa do programa, entre julho de 2006 e maio de 2007.

Essa polêmica, em torno de quem se fala quando se usa o termo jovem, é essencial para a afirmação de uma política de juventude. É legítimo para efeito de políticas públicas para os países latino americanos e especialmente para o Brasil - responsável por cerca de 50% da população jovem da região, faixa etária de 15-24, já que serve como denominador comum dos aspectos que nos permitem apreender a idéia de juventude: ingresso no mercado de trabalho, características biológicas e traços culturais marcantes. (Chaves Jr. In: BRASIL, 1999: 04)

Definida a questão do objeto principal de pesquisa, os jovens, nos voltamos a discutir o conceito de políticas públicas, que inicialmente parecia ser de fácil compreensão, mas as

falas dos participantes dos GT nos mostraram que essa definição carece de aprofundamento entre a população, de uma maneira geral, e, principalmente, entre os jovens.

Sposito e Carrano (2003), refletindo sobre as análises de Rua (1998), consideram que as políticas públicas para os jovens no Brasil, diferente do conjunto da América Latina, não se configuram como tal, ou seja, não buscam respostas específicas para problemas de natureza política e permanecem como “estado de coisas”.⁶

Isso implica em processos esporádicos, descontínuos e equivocados, em que políticas sociais destinadas a faixas etárias diversas incluem os jovens, sem pontuar suas diversidades, traços comuns e, principalmente, a “idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações” (Sposito & Carrano, 2003:17)

Apesar de herdeiros das mazelas sociais e ao mesmo tempo acusados como responsáveis pela sua própria má condição social, os jovens, mesmo assim, buscam o seu espaço e estarão sempre aptos a serem grandes construtores do desenvolvimento desde que tenham políticas de saúde, educação, emprego, habitação, etc., construídas com participação e visem a sua autodeterminação intelectual e econômica. Hoje, 60 % da juventude Latino-americana é brasileira e, de acordo com a possibilidade real de desenvolvimento do capital humano e social da juventude, podemos estar diante de um problema ou de uma grande oportunidade para a sociedade brasileira. (OBJ.2004:6)

O conceito de políticas públicas para nós, considerando as reflexões de diversos autores⁵, está colocado na relevância de seu caráter público, no diálogo entre o Estado e a sociedade civil, em que as estâncias dos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal, que encarnam o papel de propositores de tais políticas, devem também ser responsáveis por seu acompanhamento e avaliação. Sendo assim, as políticas públicas para os jovens só se caracterizam como tal se refletirem as condições específicas das “juventudes” e advirem de pautas que realcem a capacidade e a participação política dos mesmos.

[...] as políticas públicas de juventude devem serem vistas como estratégicas para o desenvolvimento social do Brasil e América Latina e estas para serem contemporâneas ao seu tempo, devem ter presente as discussões de raça, gênero, sexualidades, geração de renda e emprego, combate a fome e desenvolvimento auto-sustentável. (OBJ, 2004: 7)

As Políticas Públicas Brasileiras, de maneira esmagadora, tenderam a considerar o jovem sob duas vertentes principais: como um problema social, considerando a delinquência, a exclusão de setores como educação, saúde, (etc.) e como um potencial trabalhador a ser preparado para o mercado de trabalho. Nos dois casos, as políticas são determinadas sem a reflexão das peculiaridades desses sujeitos, o que acarreta a exclusão de muitos que estão ainda sobre a condição juvenil.

O quadro brasileiro passou a sofrer algumas modificações representativas com relação a essas políticas, a partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- lei federal nº 8069) em 13 de julho de 1990. Apesar dos avanços do ECA, novas confusões foram geradas no entendimento do que é jovem e do que é adolescente,

em que muitos consideram sinônimos os conceitos, acarretando ações voltadas para aqueles que estão em processo de exclusão social, privação de direitos civis e faixa etária que exclui parte significativa dos jovens brasileiros.

Entre o ECA e o governo FHC, apenas três projetos podem ser considerados com foco nos jovens: Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde); Programa Especial de Treinamento (PET- Ministério da Educação) e Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia). (Sposito & Carrano, 2003:22)

Na análise dos dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002, apesar do aumento significativo de projetos em nível federal, agora contabilizado em 33 programas, a fragilidade conceitual, a falta de foco nos jovens e a ausência de coordenação entre os programas não nos trouxe mudanças significativas nas condições da vida cotidiana da juventude brasileira.

[...] a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude. O pouco acúmulo teórico sobre essa problemática se expressa na elaboração de significativo número de programas e projetos que se destinam indistintamente a crianças, adolescentes e jovens. (Sposito & Carrano, 2003:23)

Uma outra perspectiva abordada pelo GT foi pensar a organização dos jovens e como eles poderiam efetivamente influir na formulação das políticas públicas.

Deparamo-nos de início com a heterogeneidade do conceito e de como essas políticas poderiam atender as demandas de uma população com prismas de abordagem tão diferenciados. Ao mesmo tempo, consideramos que uma agenda de demandas comuns une esses atores sociais e não poderia ser desprezada, mesmo considerando a problemática da organização política dos jovens.

Algumas experiências brasileiras, como os gestores jovens, as assessorias estaduais e municipais para juventude, agências de desenvolvimento para jovens, fóruns federais e estaduais, não conseguiram implementar uma agenda política nacional que fosse capaz de reunir as diversas organizações numa articulação de ocupação de espaço político real para a colocação das demandas específicas da juventude.

Alguns dados sobre a juventude no Brasil e no Espírito Santo

Os dados usados para análise das considerações gerais da população jovem brasileira que achamos necessárias serem feitas, para reforçar nosso entendimento da necessidade de políticas públicas para os mesmos, foram produzidos pelo IBGE, em 2000 e 2005, compreendendo a faixa etária que vai de 15 a 24 anos.

Num total de 169.799.170 habitantes, os jovens brasileiros representam 20,1% da população com 34.081.330 habitantes. Entre esses, 50,4% são brancos e 49,5% estão colocados como pretos e pardos. A maior parte dessa população está na região sudeste, 41,8%, seguido da região nordeste, 29%, região sul, 13,9%, região centro-oeste, 7,2%, e região norte, com 8,1%; sendo 82% concentrados na área urbana e 12% na área rural. Com relação a gênero, são 50,2% de mulheres e 49,8% de homens.

Os dados acima revelam uma situação de extrema desigualdade na distribuição da população jovem entre as regiões e as áreas urbana e rural. Isso implicaria pensar políticas públicas específicas com as demandas da juventude, levando em consideração os espaços geográficos, e a valorização do meio rural, por exemplo. Muitas outras inferências são possíveis, mas a concentração na região sudeste e espaço urbano terão que ser consideradas, com certeza.

Os dados com relação à educação mostram que o total que frequenta a escola, 17.949.539, representa aproximadamente 50% da população jovem (15 a 24 anos). Nesse percentual 34,2% concentram-se no Ensino Fundamental, 43,5% no Ensino Médio e 12,9% no ensino superior. Isso denota a falta de acesso dos jovens as instituições de ensino superior no Brasil, o que resulta, em nosso entendimento, falta de políticas públicas específicas para os jovens nas IFES, como mostraremos quando analisarmos a UFES, em estudo de caso.

No Espírito Santo, essa relação ainda é mais representativa. Numa população total de 3.097.498 habitantes, 635.048 são jovens, o que representa um percentual de 20,5%. Desse total 503.474 estão na área urbana e 131.574 na área rural. Com relação a gênero são 318.533 homens e 316.515 mulheres. Considerando raça, segundo o IBGE, são 293.013 brancos, 292.910 pardos e 42.609 pretos. Esses dados demonstram que o Espírito Santo segue de perto as médias nacionais e a caracterização do jovem enquanto sujeito urbano.

Com relação às estatísticas educacionais os números mostram matrículas gerais de 565.498 pessoas no ensino fundamental, 164.859 no ensino médio e no ensino superior 75.738 pessoas, sendo 12.387 na UFES e 62.476 em escolas superiores particulares. Devemos considerar que não estamos fazendo distinção para os jovens nesse momento, estudos que realizaremos com relação ao ensino superior federal na UFES.

Os jovens na UFES: quem são, onde estão ou onde não estão?

Se os jovens no Espírito Santo representam 20,5% da população capixaba, sua representação na UFES é de 69% da população de estudantes universitários. Em números absolutos são 7.225 alunos, dos 10.487 que responderam à pesquisa “Universidade Pública: (re) conhecendo diferenças”, sendo que a cobertura da mesma foi de 82,88%, num total de 12.652 alunos matriculados, no período 2005/1.

Esses jovens estão concentrados em cursos como engenharia ambiental, 93,33%, farmácia, 90,20%, medicina, 88,61%, oceanografia, 88,14%, odontologia, 87,04%, comunicação social, 86,85%, ciências biológicas, 86,46%, engenharia da computação, 83,33%, medicina veterinária, 83,33%. Os cursos com os menores percentuais de jovens são biblioteconomia, 26,25%, filosofia, 37,14%, música-licenciatura, 38,36%, artes visuais, 39,49%, arquivologia, 48,33%, artes plásticas, 47,33%, pedagogia, 51,11%, língua portuguesa - licenciatura, 54,73%, geografia, 55,87%.

Considerando os números da pesquisa no que diz respeito aos EOP (estudantes de origem popular), os dados da UFES são assustadores.

Apenas 3,02% de alunos da UFES, 317 discentes, são de origem popular; desses apenas 150 estudantes são jovens, o que corresponde a 1,44% dos alunos da UFES, número insignificante perante o universo da graduação.

E onde estão os jovens EOP? Os cursos mais procurados são: arquivologia, 12,07%, música-licenciatura, 10,71%, biblioteconomia, 7,94%, geografia, 6,25%, língua portuguesa-licenciatura, 5,95%, filosofia, 5,77%, pedagogia, 5,31%, física, 4,24%, ciências contábeis, 4%. Os com menores números dos jovens EOP são: engenharia ambiental, ciência da computação, língua inglesa, medicina, medicina veterinária, e odontologia, que não registram nenhum jovem aluno EOP, engenharia elétrica, 0,32%, engenharia civil, 0,34%, arquitetura e urbanismo, 0,40%, psicologia, 0,82%.

Os dados deixam clara a inversão de “escolhas” nos cursos da UFES: os mais procurados pelos jovens EOP são justamente os cursos menos procurados pelos jovens que compõem o restante do universo da UFES. Os cursos que formam para profissões consideradas de alta remuneração, engenharia da computação, odontologia, medicina, (etc.) são os cursos com menor número de EOP e de EOP jovens, inclusive. Cursos como arquivologia, biblioteconomia e, de maneira geral, as licenciaturas são onde estão concentrados os EOP jovens da UFES.

Várias são as explicações para esse universo reduzido de EOP na UFES; e também a localização desses nos cursos de graduação, de acordo com os dados colocados acima.

Alguns apontamentos serão feitos nesse momento, com base em observação e questionários realizados com os bolsistas do programa Conexões de Saberes, reelaborando os dados coletados.

A perspectiva das comunidades populares com relação a sua participação na Universidade é muito ruim, para não falar, nenhuma. De maneira geral, o diálogo não se estabelece e a universidade aparece como algo inalcançável, inacessível para os alunos de origem popular.

Os EOP, de uma maneira geral, lidam no seu cotidiano com uma baixa auto-estima, considerando que não possuem mérito, ou conteúdo, e, na maior parte das vezes, nem chegam a tentar o VESTUFES, ou procuram os cursos com menor concorrência, pensando em maiores chances de aprovação.

Constatamos que essa construção ideológica em torno do mérito, a lógica meritocrática, leva a academia brasileira, sem qualquer base científica (na UFES, por exemplo, não existe qualquer estudo ou pesquisa sobre a capacidade de aprendizado de seus estudantes) a corroborar com a idéia dos EOP, opiniões publicamente expostas nas discussões sobre a implantação das cotas nas Universidades Federais. Esse “senso comum” acadêmico reforça a construção mental da sociedade brasileira, em que a entrada das comunidades populares nas IFES, através dos EOP, se dá por outros fatores, sorte, provas mais fáceis, pouca concorrência, e não o mérito desses sujeitos.

A falta de políticas públicas voltadas para o segmento jovem nas IFES agrava esse quadro, exposto acima. Em entrevistas com diversos setores da UFES algumas premissas se concretizaram: não há projetos ou programas com foco na juventude; o entendimento do conceito de juventude é fluido e superficial, dificultando o planejamento para esse segmento; a maior parte da universidade considera que a população discente universitária é jovem, não havendo assim a necessidade de políticas especiais, pois todos os programas os atendem.

O que constatamos, em sondagens iniciais, é que o programa Conexões de Saberes, efetivamente, na UFES, constitui solitariamente o único espaço de Ações Afirmativas⁴

da instituição. Essa afirmação baseia-se na metodologia estabelecida pelo programa para selecionar seus bolsistas e nos objetivos claros em fazer a inclusão social dos EOP através da educação superior.

A continuação dos trabalhos desse GT será fundamental para responder às perguntas colocadas nas investigações iniciadas e, necessariamente, construir propostas que possam realizar a inclusão e atender as demandas específicas do segmento jovem na UFES.

Referências:

- ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M.P (org). *Revista Brasileira de Educação*. nº. 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997.
- BRASIL. Fundo de População das Nações Unidas. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. Brasília, 2003.
- _____. Congresso. Câmara dos deputados. *Plano Nacional de Juventude: PL nº. 4530/04*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.
- CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (org) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto cidadania; fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.
- CHAVES JÚNIOR, Elizeu de Oliveira. Políticas de juventude: Evolução histórica e definição
- COELHO, Alonso Nunes. Juventude e Políticas Públicas. In: Revista Mundo Jovem, São Paulo, Outubro 2003.
- GROPPO, L.A. *Juventude: ensaios de sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- MARTINS, H. H. T. S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H.W; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org) *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002. p.17-41
- MINISTÉRIO da Saúde. Gênese das teorizações sobre a juventude. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Cadernos, juventude saúde e desenvolvimento*. v.1. Brasília, DF, agosto, 1999.
- PROJETO JUVENTUDE. *Documento de conclusão - versão final*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.
- SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: ANPED. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 24, São Paulo:ANPED , 2003.

Notas:

¹ Bolsistas Regulares do Programa Conexões de Saberes

² Bolsistas Voluntárias do Programa Conexões de Saberes.

³ Ramo das Ciências Sociais caracterizado pela constatação de que as ações humanas de cada grupo etário somadas representam a própria totalidade social. (CHAVES JR. In BRASIL. 1999: 02)

⁴ Estado de Coisas, segundo Ruas (1998), seria uma expressão que caracteriza processos de natureza

social que ainda não se tornaram problemas de natureza política, com respostas específicas e com agenda pública.

⁵ Sposito e Carrano (2003); Projeto juventude (2005); Organização Brasileira da Juventude (OBJ); Abramo (2003); Castro (2004).

⁶ Políticas de Ações Afirmativas entendidas como políticas públicas voltadas para a inclusão social das minorias, e das comunidades que são atingidas por tratamentos diferenciados na sociedade, resultando em oportunidades desiguais.

Políticas públicas de juventude: “pão e circo”

Ana Paula de Oliveira
Marizete Aparecida da Silva
Amador da Luz Moreira Filho
Rodrigo Marcos de Jesus
Cristina Sabino
Tatiana Lucia Cardoso
Fagner Patrício Lucas
Thiago de Jesus Gonçalves
Juliana Horta de Assis Pinto
Vanderlucia Aparecida da Costa
Maria Aparecida Rodrigues
Wallace Marcelino Pereira
Luiz Carlos Felizardo Junior (orientador)

Palavras-chave: Política Pública; Juventude; Movimentos Sociais.

Introdução

Este artigo é resultado de um trabalho de investigação acerca de Políticas Públicas de Juventude, no qual algumas concepções presentes no discurso de um gestor em nível Municipal são discutidas à luz do debate acadêmico contemporâneo. Este trabalho foi desenvolvido por jovens negros e negras, estudantes de vários cursos da graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, nascidos nas décadas de 70 e 80 do século passado, vinculados ao Programa Conexões de Saberes na UFMG: diálogos entre comunidades populares e a Universidade, como parte de nossa formação.

Nosso objetivo com esse trabalho está intimamente ligado à necessidade permanente de avaliar os caminhos que trilhamos e construímos. Esse é um dos motivos pelos quais nos atribuímos o desafio de, à luz da produção teórica contemporânea sobre juventude, identificar as concepções de juventude, participação e política pública, presentes no discurso de um gestor de Políticas Públicas para Juventude e assim buscar conhecer um pouco mais dos contornos, caminhos, e tensões que permeiam a formulação/implementação de políticas para este segmento social.

O contexto da Juventude nas políticas públicas da América Latina e Brasil

Nos últimos anos, segundo tanto o que nos informa a literatura, quanto podemos ver cotidianamente, tem havido uma crescente preocupação com a realidade da juventude. Para entender as motivações do crescimento dessas preocupações, torna-se necessário compreender a visibilidade que os jovens passaram a ter a partir do processo de democratização ocorrido no Brasil e na América Latina na década de 80 do século passado uma vez que esse processo redesenhou a agenda pública dos governos nos países em questão.

A abertura democrática na América Latina contou com grande participação dos jovens na luta em prol de novos modelos de Estado, seja nos movimentos estudantis, políticos ou sociais. Contudo, as demandas deixadas pelos governos militares, tais como a reforma agrária, investimentos em agricultura, indústria e no Sistema nacional de Educação, somadas à péssima distribuição de renda, e ao endividamento externo, alimentaram as desigualdades pré-existentes, agravando, de um modo geral, as condições de vida para expressivos segmentos da população. Assim, diante dos desafios da transição política e do montante de demandas sociais menosprezadas pelos governos anteriores, os governos democráticos que começaram a se estabelecer em meados dos anos 80, não incluíram nem os jovens e nem mesmo suas demandas na agenda pública de forma satisfatória.

Esses “novos governos democráticos” – especialmente na América do Sul - enfrentaram uma recessão econômica e social que expandiu a pobreza forçando-os a buscar crédito internacional para o fortalecimento de sistemas políticos reformados, ao mesmo tempo em que implantaram ações e programas de ajuste econômico impopulares, pelo empenho em pagar a dívida externa e ajustar as economias nacionais.

Tal postura potencializou uma crise estrutural nos anos 80 que fraturou as macroeconomias dos países e triturou a microeconomia, afetando a sociedade como um todo. Diante do quadro de agravamento desta crise, o Brasil e outros países da América Latina implementaram programas de combate à pobreza, fundamentados na transferência direta de recursos para os setores mais empobrecidos. Para tanto, foram instituídos organismos de compensação social (fundos emergenciais) apartados das estruturas ministeriais.

Muito embora em quase todos os países parte dos beneficiários de tais ações sejam jovens, nenhuma dessas iniciativas foi catalogada como programa juvenil, restando- nos, neste contexto, políticas de “entretenimento” provisório e alheio aos intensos problemas sociais ocasionados pelas medidas de ajuste estrutural¹

No Brasil, especificamente, o expressivo crescimento da população juvenil nas últimas décadas, somado a vários fatores econômicos e sociais que compõem o contexto atual, dificultam o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos e participantes ativos do processo democrático.

Existem hoje cerca de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos. Dentre estes, destacam-se os pertencentes aos setores socialmente mais vulneráveis, compostos, em sua maioria, por jovens negros e negras, moradores de espaços populares, por estarem à margem do aparato Estatal que lhes garantiria ser sujeitos de direitos, para além e em plena consciência².

Historicamente, no nosso caso, as políticas públicas de juventude têm se configurado, na sua maioria, como ações de Estado direcionadas a uma juventude estereotipada, homogeneizada e que pressupõe-se viva de uma única forma esta etapa da vida³. Nesse sentido, levantamos uma questão sobre a capacidade de abrangência de ações assim fundamentadas, diante de toda a diversidade juvenil. Ou seja, como, através de uma concepção homogeneizante, atender à pluralidade das demandas juvenis? Diante disto, percebe-se que no referente a políticas públicas de juventude, é necessário superar algumas concepções-orientadoras de modo a construir políticas públicas de juventude que levem em consideração quem é essa população e o que ela representa.

Assim, torna-se fundamental a desconstrução dos estereótipos, o que se pode fazer por meio de uma (re) leitura crítica desse ciclo de vida e da realização de estudos diagnósticos que identifiquem quais os problemas enfrentados por essa parcela da população, o que eles pensam, como e onde atuam.

Um passeio sobre os principais significados da categoria Juventude

A definição de juventude como um determinado momento histórico e biológico demarcado por meio do recorte etário é, talvez, a maneira mais simples de tentar abranger os sujeitos cujas experiências se caracterizam por serem diversas, desiguais e, ao mesmo tempo, comuns.

Ainda que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja necessário identificar elementos homogeneizantes, deve-se levar em consideração que o corte etário não pode ser o único fator de definição para essas ações, pois a realidade aponta que os jovens vivem este ciclo de vida de múltiplas formas. Dessa maneira, é problemático simplificar toda a diversidade dos sujeitos que vivenciam esta etapa da vida a uma única forma de “ser jovem”, reduzindo-os à idéia de uma juventude homogênea.

Notamos que a categoria juventude tem sido apresentada, em grande parte dos estudos, como uma idéia organizada e estabelecida socialmente podendo, desse modo, assumir diferentes significados, uma vez que pode mudar de sociedade para sociedade ao longo do tempo, e até mesmo variar de significados em uma mesma sociedade, dadas as divisões internas que possam existir (Abramo, 1994).

O conceito de juventude tem variado de acordo com a ciência que o utiliza e a corrente de pensamento em pauta. Além disso, com já foi dito, há de se considerar que os contextos sociais, históricos e econômicos influenciam diretamente na construção do conceito. Cabe-nos, portanto, explicitar algumas concepções geralmente identificadas nas abordagens de juventude. Tal procedimento faz-se necessário uma vez que estas concepções tendem a orientar a formulação de políticas públicas para o segmento, sendo, portanto, elementos importantes para a compreensão dos limites e/ou das possibilidades de ações propostas e/ou implementadas.

a) A juventude como período preparatório:

Essa abordagem identifica a juventude como um período de transição entre a infância e a fase adulta, gerando ações centradas na preparação dos jovens para o mundo adulto. É uma fala programática e recorrente no senso comum que, por sua vez, se centra no argumento de que os jovens são o futuro e é necessário prepará-los para que possam participar dinamicamente na sociedade, amanhã. Para essa abordagem, a ação é por excelência a Educação; e como complemento do tempo conformado para a oferta educativa, desenvolvem-se ações dirigidas ao uso do tempo livre ou ocioso: esporte, lazer, e voluntariado, tendo como fim garantir uma formação “sadia” dos jovens.

Nessa perspectiva, o jovem é quase sempre tido como o futuro e abandona-se a concepção do jovem como ator histórico no presente. Portanto, os jovens não têm muito mais a fazer do que se preparar para serem “grandes” e não se “meterem em confusão”.

Consideramos tal abordagem conservadora, pois, na prática, o que ela propõe é censurar

a vivência do presente aos jovens. Esse tipo de juízo nega-lhes a possibilidade de participar da dinâmica da vida social, o que tem implicações em termos do não-reconhecimento de seus direitos, reproduzindo-se práticas que lhes marginalizam.

b) A juventude como etapa problemática:

Nessa perspectiva, a juventude aparece predominantemente a partir dos problemas que ameaçam a ordem social. As questões que emergem são aquelas relacionadas a comportamentos desviantes e risco social. A idéia de juventude se apóia nos indicadores econômicos e sociais que mostram a precária situação estrutural em que crescem e amadurecem as novas gerações no Brasil⁴. Tal abordagem gera ações de caráter compensatório, centradas nos setores mais sujeitos à vulnerabilidade e ao risco social.

No Brasil, esse foi um enfoque que praticamente dominou as ações dos anos 80 e 90, e um dos vieses em que mais se estudou o tema da juventude, sendo que, em alguns programas implementados no período, predominou a intenção de prevenir “condutas desviantes e delituosas”. Exemplo disto são os programas emergenciais de emprego que, recentemente, vêm também sendo utilizados como estratégia e medida dirigida a enfrentar as crescentes inseguranças urbanas, resultantes de problemas sociais.

Muito embora tenha por mérito revelar as precárias condições em que uma parcela significativa da “juventude” vive e se forma, esta perspectiva tem por limite reduzir o jovem (pobre) a um problema social, acabando por não priorizar o desenvolvimento de iniciativas que visem promover a participação do mesmo na dinâmica social. Portanto, tal concepção não responde a uma demanda do jovem, nem contribui com a construção de sua autonomia.

c) O jovem como sujeito de direito:

Reconhecendo as limitações das perspectivas que consideram a juventude como período preparatório e/ou uma etapa problemática, começou a se desenvolver, nos anos 90⁵, uma visão que considera os jovens como sujeitos de direitos. Essa mudança de paradigma é relevante uma vez que tem permitido encarar as posturas paternalistas e clientelistas que, com frequência, são adotadas nas ações fundamentadas nas concepções anteriores, em que os jovens não são vistos como sujeitos ou atores na dinâmica social.

O reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos possibilita a criação de canais de diálogo com os jovens. Acredita-se que essa interlocução permite ao Estado e aos jovens uma relação mais próxima na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas a eles dirigidas (sem esquecer que essas políticas são uma responsabilidade de todos e obrigam a um trabalho intenso entre os adultos e os jovens com quem estes mantêm contato direto). Este seria, acredita-se, um caminho para a elaboração de políticas públicas de/para/com juventude.

Um dos avanços possibilitados por esta nova forma de conceber a juventude é o fato de as políticas a ela dirigidas poderem transformar os problemas concretos vividos pelos jovens em necessidades que se inscrevem no campo dos direitos, aumentando a pauta de ação e compromissos da sociedade civil e do Estado para com esses segmentos. (Sposito e Carrano, 2003)

Cabe-nos ressaltar, contudo, que os espaços de diálogo pressupostos neste novo modo de conceber o jovem visam, majoritariamente à participação de “jovens organizados”. Dessa forma, a participação juvenil, se limita a um pequeno espaço no interior das estruturas burocráticas do poder instituído, não havendo o incentivo à proposição e/ou criação de espaços próprios à atuação juvenil. Limitados à participação nos espaços/canais já instituídos, os jovens, embora sendo reconhecidos como sujeitos de direitos, permanecem tendo sua capacidade de ação comprometida, uma vez que esta será restrita aos modelos e estruturas pré-existentes do mundo adulto.

d) Jovens não inclusos nas formas tradicionais do pensar a juventude

Segundo nos informa a recente pesquisa do Ibase (2005), aproximadamente 72% da população juvenil, não participa de grupos e/ou quaisquer movimentos organizados⁶. Estes vivem um tempo livre, que sob o olhar do mundo adulto, constitui-se como um tempo não legítimo, não valorizado.

Do ponto de vista social, esta realidade posta para jovens que convivem com a falta de trabalho, lazer, esporte, segurança e de alternativas de um ócio criativo limitam, de modo geral, o acesso aos bens materiais e imateriais configurando uma existência subalternizada e uma entrada precoce e precarizada ao mundo adulto. Quanto a jovens de outros estratos sociais, que desde cedo são treinados para uma satisfatória inclusão no mundo adulto, sua juventude tende a ser prolongada, pois a postergação legitimada de entrada do mundo adulto é convertida no alongamento de sua formação e qualificação profissional orientada para a inclusão no mercado de trabalho. Estes, segundo Bourdieu (1987), “*compartilham em termos de geração a mesma condição desinstitucionalizadora da juventude que, se subjetiviza no tempo e espaços liberados*”. Sendo assim,

O mercado se torna a instância ordenadora oferecendo aos jovens cada vez mais cedo, mas somente aos que possam pagá-lo, a promessa de liberdade representada pelo consumo de objetos e discursos *fast light*” a renovação incessante exigida pelo mercado capitalista. (Abad, 2003:27) .

Nesse contexto, a juventude é concebida como um vir a ser orientado pelo mercado e o ciclo da vida como um preparar. Pensada por esse prisma, deixamos de levar em consideração a complexidade da vida e as múltiplas formas de viver a condição juvenil e a condição humana como um todo.

Dialogando Juventude e Políticas Públicas com um gestor Municipal

Dando prosseguimento à análise do tema em pauta, apresentaremos, a seguir, a reflexão que construímos a partir de uma (re)leitura do depoimento de um gestor municipal de política pública de juventude⁷, à luz do que a teoria nos informa. Nesta (re)leitura, procuramos identificar quais as concepções de juventude, políticas públicas de juventude, formas de interlocução com a juventude, objetivos e o lugar das políticas públicas que orientam sua ação.

Quem é jovem?

Da análise da fala do gestor emerge um desafio no que se refere à elaboração de políticas públicas voltadas para o atendimento da juventude: a dificuldade do poder público em definir quem são os jovens e de diferenciar as políticas públicas de juventude de outras políticas voltadas para a infância e adolescência.

[...] Principal coisa é desvincular política de adolescente e de juventude. Criança e adolescente de um lado, juventude é outra coisa totalmente diferente. Os governantes e os técnicos têm que saber disso, muita gente ainda vincula as duas políticas [...]

[...] O principal critério para inserção de jovens nas políticas públicas de juventude, neste caso, dá-se pela delimitação de faixa etária (16 a 32 anos).

Conforme dito pelo gestor, do ponto de vista biológico, tal discurso tem legitimidade, pois, a criança, o adolescente, bem como o adulto, têm necessidades e funcionalidades biológicas diferenciadas, o que faz com que precisem de políticas de saúde, de educação e outros serviços públicos adequados às suas especificidades. Quando levado em consideração o acesso à cultura e ao lazer, dá-se o mesmo, uma vez que se trata de elementos constituintes e constitutivos do ser humano, independente da fase da vida em que esteja.

Cabe refletir sobre o que há em comum entre os jovens de 16 a 32 anos? O que há em comum entre jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da sociedade e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens homens e jovens mulheres, ainda que de classes e idades semelhantes? Certamente as respostas vão para além da agregação etária, mas apontam para a necessidade de refletir sobre diferentes condições objetivas e percepções sobre os sentidos dos jovens (IBASE, 2004). Assim, conforme alerta Abramo (1994), se o critério etário não for trabalhado de forma peculiar, corre-se o risco de instituir a homogeneidade onde predomina a diversidade, deixando de lado vivências, experiências, expectativas, e demandas diferenciadas dos jovens, o que tem por consequência não se atingir os objetivos esperados.

Sobre as formas de interlocução:

A necessidade de valorização do jovem e da temática parece-nos que tem sido uma grande prioridade para da gestão.

[...] A gente tem buscado espaço para valorizar e trazer esses jovens para a discussão agente entende que hoje a temática juventude esta sendo debatida na cidade a imprensa esta debatendo a prefeitura. Estamos provocando outras pessoas que não estavam dando a devida atenção para a temática juventude também comecem a pensar [...].

Vivemos um contexto em que as políticas públicas de juventude, embora incipientes, têm sido impulsionadas em decorrência das mudanças modernizadoras e participativas instauradas pelos novos atores sociais, que passam a tencionar o campo político. Com o advento da abertura democrática novos interesses passam a ganhar significado na esfera pública, estes buscam questionar o alicerce das práticas políticas que, de modo geral, estão instituídas a partir de hierarquias econômicas, de idades e culturais.

Segundo nos informa o gestor, sua coordenadoria busca uma interlocução com os jovens através de espaços políticos formais, a saber: o Conselho Municipal da Juventude e as conferências regionais. O objetivo, neste caso, é promover o encontro entre jovens que desenvolvem atividades semelhantes, aproximando-os, pois acredita-se que através desses espaços os jovens teriam uma participação efetiva na elaboração da política pública:

[...] é essa uma meta nossa é coordenar e aproximar, nós temos uma grande missão também que a coordenadoria tem é fazer com que o jovem do movimento organizado se conheça, ele não é pouco, mas, ele não se conhece então, suponho eu, que você faz este trabalho e não conheça o outro cara da outra universidade que faz outro conhecido.[...]

[...] Ampliamos vários eixos aí no conselho municipal que foi muito importante que deu para atingir vários jovens organizados da Cidade. [...]

[...] O Conselho Municipal de Juventude era criado através de encontros em regionais de encontros temáticos, então não era muito representativo o conselho. [...]

Os espaços políticos formais são ferramentas importantes e constituem-se em como um canal de diálogo entre o Estado e os cidadãos, entretanto, também possui alguns limites. É preciso, para um aprimoramento dos canais de diálogo, do conhecimento das diferentes realidades juvenis e de suas variadas formas de inserção pública. Assim, apesar do caráter positivo dos espaços políticos formais e de sua relevância como um canal de diálogo com os jovens organizados, a consideração dos dados do IBASE (2004) nos apontam a insuficiência desse mecanismo.

Segundo o instituto, apenas 15% dos jovens participam de alguma forma de organização. Desse modo, o mecanismo que privilegia somente os grupos organizados não contempla a maioria dos jovens. Além disso:

Ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos juvenilizados em torno de diferentes experiências sociais participativas (Ibase, 2005:09).

Novas formas de inserção dos jovens na esfera pública não são reconhecidas no discurso do gestor, que enfatiza os espaços formais e a juventude organizada. Isso parece demonstrar um desconhecimento das diferentes realidades e formas de associativismo juvenis. Nesse sentido, é importante salientar que tal lógica, embora muito importante, acaba privilegiando modos de interlocução do mundo adulto, o que confirma a idéia de que *“As formas de participação presentes no Estado e na sociedade civil são percebidas como muito distantes da realidade cotidiana [dos jovens], que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados à participação”* (IBASE: 2005:72).

Políticas Públicas de Juventude:

O recente aparecimento na esfera pública da demanda por políticas de juventude parece configurar uma ambigüidade para o gestor que ora as concebe como políticas de Estado, ora como políticas de Governo:

[...] Todos os temas que foram debatidos a cidade discutiu na sua região, a região mandou proposta para o Conselho Municipal da Juventude e foi aprovado os compromissos que o município tem que ter com a juventude nestes próximos dois anos. Em todas as áreas nós temos sugestões idéias novas para atender o jovem. [...]

[...] Que seja uma política de estado e não de governo, que amanhã muda o gestor e muda a concepção[...]

[...] A gente tem uma facilidade muito grande internamente porque existe uma vontade política, uma decisão política do governo em valorizar a participação na questão da juventude, então essa decisão do gestor é quem determina o tom de como vai ser a gestão (*Coordenadoria Municipal*). [...]

Parece-nos existir aí uma contradição no que se refere à responsabilidade pela formulação, oferta e implementação de políticas públicas para a juventude quando o gestor se refere a uma grande facilidade enquanto política de governo e, em seguida nos diz que tais políticas seriam prioridade caso fossem de Estado.

No interior dessa contradição pode estar explícita a necessidade da consolidação cultural e política da Juventude enquanto sujeito de direito, e a necessidade de ações concretas que viabilizem a sustentação das políticas de/para/com juventude para além do(s) governo(s) e de suas respectivas gestões. Isso demonstra que a recente história das políticas públicas de juventude ainda não as consolida como uma política de Estado, e sim como políticas de Governo.

Concepções sobre a juventude:

A análise das diferentes concepções da categoria juventude a partir do histórico das políticas públicas nos revelou essas variadas concepções atuaram na elaboração das políticas. No discurso, é recorrente a utilização do termo “organizado” para se referir ao jovem com o qual a gestão procura dialogar. No trecho a seguir, esse termo aparece relacionado à questão socioeconômica:

[...] Primeira coisa que eu vejo é que o jovem que mais sofre é o que mais se organiza é o que mais busca mudar sua realidade. O mauricinho e a patricinha, sem preconceito nenhum, ainda tem muita dificuldade de se organizar e de se engajar em alguma coisa [...]

[...] Então o jovem das vilas e favelas da cidade são os mais organizados e os que mais buscam resultados para mudar sua realidade são estes jovens até porque sofrem mais.[...].Grifos Nossos.

Observamos que está presente na fala do gestor a concepção de que o jovem mais organizado é aquele que se encontra em situação socioeconômica desfavorável. Nesse sentido, o gestor parece desconhecer as condições de vida dos jovens de classes populares, que, muitas vezes, vivem em condições de grande vulnerabilidade social. E que diante dessa realidade, priorizam sua sobrevivência. Como os jovens que não possuem participação em grupos são atingidos pelas políticas públicas?

Tendo em vista que representam grande parte dos jovens pesquisados pelo IBASE (71.8%). No trecho a seguir é reiterada a concepção de que o jovem mais organizado é o jovem pobre:

[...] O **mauricinho e a patricinha**, sem preconceito nenhum, ainda têm muita dificuldade de se organizar e de se engajar em alguma coisa, mas, ele está vendo que precisa fazer alguma coisa porque não dá mais para andar com seu tênis com seu carro porque ele está perdendo o direito de ir e vir e ele não pensa socialmente não tem como mudar esta realidade.[...].

Parece-nos, neste trecho, que o gestor tende a caracterizar de forma pejorativa (“*mauricinho e patricinha*”) os jovens de melhor condição social, expressando-se de forma preconceituosa também em relação ao jovem pobre que é visto como um problema social, ou “ameaça” ao direito de ir e vir do jovem de alto poder aquisitivo.

Como apresentamos na primeira parte do texto, o mérito de revelar as precariedades de parte da juventude presente nesta concepção não pode deixar que se perceba que tal modo de entender o jovem pobre o reduz a um problema social, acabando por não priorizar o desenvolvimento de iniciativas que visem promover a participação nem contribui com a construção de sua autonomia.

Há, ainda, um outro equívoco no discurso quando nele se afirma que os jovens ricos possuem grande dificuldade de se organizar, pois entre 28.1% dos jovens que tem participação em grupos, os jovens de maior poder aquisitivo (classes A/B) possuem maior participação em grupos (33.5%), seguidos pelos(as) jovens da classe C (28.2%) e D/E (24.0%)⁸. Sendo essa maior participação (jovens mais ricos) – segundo relatório final da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia.

Através dos dados do IBASE, evidenciamos uma outra realidade: participação, esferas e políticas públicas – relacionada com os níveis superiores de escolarização, maiores oportunidades apresentadas e a existência de maior tempo liberado do trabalho que esses(as) possuem, em comparação com os(as) mais pobres, e que lhes permite maiores oportunidades para estabelecer relacionamentos e práticas de participação coletiva.

Com relação ao protagonismo Juvenil, referência frequentemente utilizada por pesquisadores da temática, as falas do gestor são as que seguem:

[...] Vamos trabalhar **protagonismo juvenil**. Vamos trabalhar a questão das vocações, vamos fazer uma outra discussão de cooperativas.[...]. (GRIFO NOSSO)

[...] nós estamos tentando fazer agora e discutindo com o governo federal um consorcio que já existe em algumas regiões metropolitanas do país, onde você capacita alguns jovens para o trabalho e ele repassa esta formação para outros jovens trabalhando esta questão do **protagonismo juvenil**, da empregabilidade e essa coisa toda.[...]. (GRIFO NOSSO)

Parece-nos que o gestor, ao referir-se ao trabalho na perspectiva do **protagonismo juvenil**, confunde-o com participação e/ou formação juvenil, uma vez que ele também revela que estes jovens não são atores no processo de concepção e formulação das políticas de que são alvo. A esse respeito Sposito (2003) comenta que:

Muitas vezes o protagonismo não espelha, de fato, uma relação com os sujeitos jovens, pautada pela idéia de sua autonomia e capacidade de participação. Parece tratar-se mais de uma metodologia de ação com o trabalho dos jovens do que um princípio ético-político que pressupõe o reconhecimento dos jovens como atores coletivos relevantes e, por isso mesmo, com direito à autonomia.

Assim, trabalhar o protagonismo significa, antes de tudo, considerar o que o jovem opina a respeito de assuntos que se pretendem para eles; e que estes sejam coerentes com sua realidade.

Ainda com relação ao protagonismo, o gestor comenta sobre o planejamento de um consórcio já existente em “*outras regiões metropolitanas do país*”. Será que o jovem da região a qual pertence este gestor, compartilha das mesmas necessidades do jovem das demais regiões em que este projeto já foi implementado? Será que uma parcela considerável dos jovens de sua região foi consultada a respeito?

A resposta é não para ambas as questões. Sabemos que num país de dimensões continentais como o Brasil, cada localidade possui sua especificidade a ser considerada e, por ser um trabalho com o público jovem, as necessidades se tornam ainda mais peculiares e imprescindíveis de serem melhores trabalhadas. E, vimos anteriormente que como o gestor, enquanto responsável pelo tratamento das questões ligadas à juventude no município em que está lotado, atua prioritariamente com a juventude organizada (que por sua vez é a minoria da população jovem) sua política que pretendia ser de/para/com será mais uma política pública universal e o jovem mais uma vez estará desprovido de um instrumento público que se comunique diretamente com ele.

Podemos evidenciar esta falta de compromisso para com a proposta *protagonismo* na fala subsequente, em que o gestor praticamente ignora a presença da juventude, partindo quase que exclusivamente para um discurso que evidencia a sua postura política:

[...] A gente tem uma facilidade muito grande internamente porque existe uma vontade política, uma decisão política do governo em valorizar a participação na questão da juventude, então essa decisão do gestor que é quem determina o tom de como vai ser sua gestão.[...]. (GRIFO NOSSO)

Toda iniciativa no intuito de incluir e de se ouvir a posição juvenil é necessária e importante, principalmente na atualidade quando diversos segmentos da sociedade civil organizada vêm atuando no sentido de desconstruir a imagem do “jovem problema”, para transformá-lo em jovem sujeito e autônomo.

O papel do gestor

Parece-nos que o gestor possui clareza sobre o papel da coordenadoria e a necessidade de capacitação dos gestores de políticas de juventude:

[...] O nosso projeto da coordenadoria é de coordenação, quem executa as políticas públicas são as secretarias; o que nos cabe, o que nos cabe a coordenadoria é fazer o seguinte: saúde vai fazer um trabalho de gravidez na adolescência então a coordenadoria vai busca o jovem envolvido com esta temática na cidade e faz um canal de interlocução com a secretária. De que forma: trazendo o jovem para criar a política fazendo uma política bem realista. [...]

[...] Então para a eficácia das políticas públicas importantíssimo é a capacitação do profissional do poder executivo[...] então capacitar os agentes públicos para as políticas públicas de juventude é uma grande meta nossa [...].

Promover a interlocução entre a juventude e os setores públicos, aparece como um dos papéis da coordenadoria. Isso, aliado à afirmação de que os gestores precisam de capacitação

profissional, parece-nos ser um avanço na abordagem e implementação de políticas públicas, tanto pela abertura de canais de participação e descentralização das atividades promovidas por este órgão, quanto pela apropriação dos estudos sobre a juventude pelos gestores.

Conclusão, ou a propósito do título: Políticas públicas de juventude: “pão e circo”

Na Antiga Roma, os Imperadores providenciavam, para a satisfação do povo romano, que nunca faltasse pão e circo. No contexto de intenso crescimento urbano vieram também os problemas sociais para Roma. A escravidão gerou muito desemprego na zona rural, pois muitos camponeses perderam seus empregos. Essa massa de desempregados migrou para as cidades romanas em busca de empregos e melhores condições de vida. Receoso de que pudesse acontecer alguma revolta de desempregados, Nero, o imperador, utilizou a política do Pão e Circo. Esta consistia em oferecer aos romanos alimentação e diversão. Quase todos os dias ocorriam lutas de gladiadores nos estádios (o mais famoso foi o Coliseu de Roma), onde eram distribuídos alimentos. Dessa forma, a população carente acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta. No Brasil, o regime ditatorial militar foi um exemplo similar e fomentador dessa política. A “*Tropicália ou Panis et circensis*” é um disco liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, acompanhados de artistas extremamente contestadores como Tom Zé, Os Mutantes e outros, em que “Pão e Circo” é uma metáfora da conhecida política do Imperador César, aplicada ao Antigo Império Romano, como uma maneira de contentar a população obliterando o espírito crítico e a capacidade ativista e contestadora.

Historicamente, vimos que, no contexto Brasileiro, as políticas públicas de juventude, em sua maioria, têm se configurado como “entretenimento” provisório e alheio aos intensos problemas sociais ocasionados pelas medidas de ajuste estrutural⁹. Vemos ações que efetivamente são pouco significativas do ponto de vista dos resultados, embora muita publicidade e eventos marcam politicamente a demanda, mas que efetivamente não estão estruturados nem na intencionalidade da juventude de modo geral e nem na lógica da gestão governamental, principalmente porque é pequena a porcentagem da juventude que tem sido atendida pelas Políticas públicas voltadas ao atendimento desse segmento..

Os desafios que a formulação e implementação de políticas públicas de/para/com juventude impõem explicitam a necessidade de aplicação e ampliação de recursos, que antes de serem considerados gastos devem ser investimentos que produzirão impactos positivos na sociedade.

Com relação à participação, pareceu-nos que os modelos de mobilização e de participação juvenil presentes concebem a juventude tratando de si, no interior das estruturas do mundo adulto, o que efetivamente não potencializa formação de uma identidade juvenil para dialogar a construção de seus próprios caminhos.

As informações e conhecimentos desenvolvidos sobre a juventude não parecem estar sendo adequadamente apreendidos e levados em consideração no momento de se pensar e articular ações voltadas para a juventude. O “aparente despreparo” do gestor para lidar com a tarefa que tem em mãos tem como principal indício suas concepções estarem fun-

dadas em idéias que circulam no senso comum e cujos limites e mesmo implicações já foram evidenciados pela produção teórica recente e mesmo pelos poucos resultados obtidos em ações implementadas a partir destas perspectivas. A apropriação ainda precária dos conhecimentos sobre juventude nos pareceu um limite, na medida em que compromete a adequação das ações propostas. Por isso acreditamos ser necessário investir em formas para a qualificação de jovens e gestores tratem a temática.

Efetivamente, não conseguimos apreender, nem no discurso e nem na bibliografia estudada, nenhuma reforma de trabalho com a juventude que leve em consideração seu protagonismo e onde a pluralidade juvenil se mostra efetivamente. Ao contrário, o agravamento das condições de vida de uma ampla maioria dessa população – em especial os setores mais vulneráveis: jovens negros e negras moradores de espaços populares¹⁰ – reflete diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura destes.

Estamos certos do avanço histórico das concepções de políticas públicas de juventude, fato observável, por exemplo, com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, e de que a busca por formas institucionais de interlocução com os jovens demonstrem os avanços na construção de canais de diálogo entre jovens e poder público. Nesse contexto, merece também destaque a própria criação, em nível municipal, de uma coordenadoria voltada especificamente para o trato com a questão, pois isso sugere um movimento de sensibilização - em todos os níveis do poder público - para com as demandas e necessidades deste segmento social.

Sabemos, também, que o modo como as políticas públicas para juventude vieram, historicamente, sendo tratadas não contribuiu para a consolidação de um corpo de gestores que, compreendendo todas as dimensões implicadas no ser jovem, dêem conta de imediato de responder adequadamente aos desafios que se lhes impõe.

Por convicção, entendemos que qualquer política pública efetivamente democrática prescinde da necessidade de criação de espaços e canais de interlocução - fato que, como dissemos, já se verifica nos diferentes níveis de gestão pública - e, ao que parece, esta tem sido a prioridade de atuação do gestor entrevistado. Por isso, acreditamos ser urgente um maior investimento tanto no sentido de fomentar a produção de conhecimentos que, somados ao já existentes, subsidiem a formulação das políticas a serem propostas, no sentido de garantir a formação dos sujeitos ora implicados no processo de gestão, e também de novos atores – preferencialmente jovens – que, sensibilizados para com as especificidades da juventude e adequadamente preparados para o enfrentamento dos desafios que a tarefa suscita, possam contribuir no sentido da construção de uma sociedade mais atenta e cuidadosa com todos os segmentos que a compõem.

Referências:

- ABRAMOVAY, Miriam; UNESCO. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ABRAMOVAY, Miriam; UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

BANGO, Júlio. Políticas Públicas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernando de Carvalho(org) *Políticas Públicas de juventude: juventude em pauta*. São Paulo. Cortez, 2003.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 24 - set-out-nov-dez/2003.

FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez , 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventudes e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila (editor) *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: ediciones CIDPA.

UNESCO. Os jovens de Curitiba; esperanças e desencantos: juventude, violência e cidadania/ . Brasília; UNESCO, 1999.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.

Política do Pão e Circo: <http://www.suapesquisa.com/imperioromano/>

Retirado de “http://pt.wikipedia.org/wiki/Panis_et_circensis”

Notas:

¹ Para saber mais ler Bango 2003, Abad 2003, Spósito, 2003

² Estes jovens configuram o relevo das estatísticas de violência, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carência de bens culturais, lazer e esporte.

³ Abad 2003.

⁴ Justificaria essa visão: as elevadas taxas de fracasso escolar, a falta de acesso à escola, altos níveis de desemprego, carência de ações culturais e situação de violência urbana.

⁵ Apesar do ano de 1985 ter sido indicado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude, somente nos anos 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, é que começou a se criar estratégias e ações da sociedade civil e do Estado que buscassem compreender o jovem como sujeitos de direitos.

⁶ Grêmios, Igrejas, partidos políticos, grupos artísticos culturais, ONG(s), grupos esportivos etc.

⁷ Entrevista concedida em 10 de julho de 2006.

⁸ Fonte: IBASE/POLIS, Pesquisa de Opinião Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005.

⁹ Para saber mais ler Bango 2003, Abad 2003, Spósito, 2003

¹⁰ Os jovens aparecem com mais relevo nas estatísticas de violência, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carência de bens culturais, lazer e esporte.

Juventude brasileira: dilemas e desafios no acesso ao ensino superior

Cecília Maria de Almeida da Silva¹
 Eduardo Araújo de Almeida²
 Elaine da Costa Caldeira³
 Fernanda Colbert Nogueira⁴
 Flávia Batista de Aguiar Santos⁵
 Luciano Pires de Almeida⁶
 Markéle Mourant Lopes de Souza⁷
 Ralcicléa de Araújo Rosa⁸
 Roberta Maria Federico⁹
 Wellington Luiz Leite da Rocha¹⁰
 Sabrina Moelechk¹¹

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que ele produz. Sabem-no muito bem os jovens. Sua ansiedade no momento de abordar a vida social é simétrica a angústia dos velhos na hora de serem dela excluídos. No ínterim, a rotina se encarrega de mascarar os problemas. O jovem teme a máquina que o vai abocanhar e procura, de quando em quando, defender-se a golpes de paralelepípedos; ao velho, por ela repellido, esgotado e nu, só lhe restam os olhos para chorar. (Simone de Beauvoir, *A velhice*, 1970)

O que é juventude? É um período de nossa faixa etária? É um estado de espírito? É ser rebelde, transgredir as normas? É você ser revolucionário, mudar os rumos da história? É uma visão estética do ser, um corpo bem definido, totalmente escultural? É a busca de uma autonomia financeira e familiar? É estar suscetível aos apelos consumistas? Para o senso comum, a juventude pode estar associada tanto à frivolidade e inconstância como à jovialidade e frescor. As visões sobre a juventude são muitas e múltiplas. Contudo, entende-se que é necessário definir um conceito de juventude, uma vez que para que se construam políticas públicas¹² voltadas aos jovens, deve haver uma delimitação precisa de a quem se destinam.

Ao pensarmos “o que é juventude?”, vislumbramos perspectivas diferentes deste sujeito (o jovem) podendo citar, à primeira vista, três destas que o compõem: a *psicológica*, a *sociológica* e a *ética*. A psicológica trata do desenvolvimento da subjetividade do indivíduo. A relação estabelecida dentro desta dimensão é a que concerne à interação entre o mundo interno do sujeito cognoscente e o exterior. A sociológica perpassa o modo de ser da categoria juventude dentro das instituições sociais e é estabelecida de formas diferentes, tendo em vista a sociedade a que este indivíduo pertence e a temporalidade, isto é, a época em que este jovem está inserido. A terceira dimensão, a ética, engloba as anteriores, pois possui três elementos constitutivos, o *ethos*, o *pathos* e *logos*. Ao falarmos de *ethos*, compreendemos o modo de ser que está entrelaçado pelo espaço das relações dos indivíduos que compõem a categoria em questão, isto significa que, além daquilo que podemos perceber de atitude da juventude, o *ethos* possui também outras dimensões que não podem ser percebidas à primeira vista como, por exemplo, as paixões, os desejos, que correspondem à dimensão do *pathos*, interligando-se também com a dimensão racional (*logos*).

Juventude também pode ser entendida como um recorte etário entre o fim da infância e o início da vida adulta, sendo uma faixa de transição. Ruth Cardoso (2004) define esse conceito como estreitamente ligado à noção de independência financeira e, conseqüentemente, ao mundo de trabalho. Desse modo, diante das exigências atuais de uma maior escolaridade e qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e a própria dificuldade de se inserir no mesmo, estaríamos observando na sociedade brasileira um prolongamento do período considerado como juventude.

Para os objetivos desse artigo, utiliza-se a definição de juventude a partir dos parâmetros da UNESCO, ou seja, entende-se por jovem o conjunto da população de 15 a 24 anos de idade. Tal delimitação é útil para analisarmos quantos são, onde estão e quem são esses jovens. Esse é um recorte particularmente interessante para pensarmos a relação desses jovens com as políticas educacionais, na medida em que a faixa etária dos 15 aos 17 anos corresponde à idade ideal para a realização do ensino médio e a faixa dos 18 aos 24 anos, ao período definido como ideal para o ensino superior. Nossa idéia é observar até que ponto esse é um recorte adequado aos diferentes grupos de jovens.

Quantos são e como vivem os jovens no Brasil?

De acordo com os dados do IBGE, em 2000, do total de 169 milhões de brasileiros residentes no país, aproximadamente 20% estavam na faixa de 15 a 24 anos. No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de jovens no total da população estava um pouco abaixo da média nacional, correspondendo a 18% da população do estado.

Em termos da distribuição da população entre as regiões urbana e rural, percebe-se uma considerável diferença. Em 2000, a grande maioria da população brasileira de 15 a 24 anos (81,44%) residia em áreas urbanas. Esse é um dado particularmente interessante por conta do fenômeno da “periferização” que se observa nas áreas urbanas do país. Essa política habitacional, que consiste no movimento de expulsão das classes menos favorecidas economicamente para as periferias urbanas, caracterizadas, por sua vez, pelas péssimas condições de vida de seus moradores e pela ausência de intervenções estatais das metrópoles, parece atingir sobremaneira a população jovem. É o que observam Bousquat & Cohn no artigo “*A Construção do Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo*”, em que afirmam, ainda, que o conceito de “periferização” “não quer dar conta apenas de um lócus, mas de um processo de segregação e diferenciação social no espaço que tem causas econômicas, políticas e culturais” e no qual “consolida-se a imagem de espaços socialmente homogêneos” (Bousquat & Cohn: 2003:83).

De acordo com Baeninger (1999), em 1996, 30% dos jovens brasileiros estavam residindo em contextos metropolitanos, o que revela a alta concentração de jovens em espaços urbano-metropolitanos:

(...) refletindo o próprio processo de estruturação das áreas metropolitanas, o maior número da população total e especificamente do grupo jovem, nas últimas décadas, esteve concentrado nas periferias dessas regiões (Fundação Seade, 1998), em função, principalmente, das transferências internas de população do núcleo para a periferia da região metropolitana”. (Baeninger, 1999: 25).

Esse processo acaba por consolidar uma lógica de exclusão das populações que moram

em tais locais, de forma ampla, pois compreende o precário e às vezes inexistente atendimento referente à saúde, à educação, à oferta de lazer, de bens culturais, de transportes de qualidade ou mesmo de possibilidades de consumo inferiores qualitativamente em relação às partes mais privilegiadas nessas cidades.

Considerando os dados apresentados, percebe-se que o jovem de origem popular vive situações de exclusão em diversos contextos sociais. Na educação não poderia ser diferente. Esse jovem enfrenta dificuldades em concluir o ensino fundamental, ingressa tardiamente no ensino médio e não encontra condições de acesso democrático ao ensino superior. O ensino médio público não oferece a formação necessária para que os alunos enfrentem o processo vestibular, altamente seletivo e desigual. Além disso, não existem hoje universidades públicas suficientes para atender a toda população jovem que conclui o ensino médio. Vejamos alguns dados que retratam, com mais detalhes, essa realidade educacional.

Segundo recente estudo realizado pelo IPEA (2006), o percentual de alunos que concluíram o ensino fundamental no Brasil, em 2004, foi de 57%; entre aqueles que terminam o ensino médio essa percentagem foi de apenas 37%. Entre as explicações para essa “deserção” educacional, a pesquisa observa que essa “(...) exclusão atinge a população com menos recursos. Na primeira série, cerca de dois terços dos estudantes vêm de segmentos mais pobres da população; já no ensino superior, menos de 5% têm essa origem”. (IPEA, 2006: p.129) Observa-se, ainda, que “no Brasil, não apenas os mais pobres frequentam escolas piores, mas, mesmo quando estão nas mesmas escolas do que os menos pobres, esses indivíduos têm maiores dificuldades em aprender e avançar dentro do sistema. Ou seja, a escola é incapaz de oferecer a eles um aprendizado razoável e é, assim, incapaz de reduzir a desigualdade herdada dos pais” (idem).

Por outro lado, ao se observar a relação entre trabalho e escolaridade no Brasil, percebe-se, pela tabela 1, que em um espaço de 20 anos houve um aumento na proporção de jovens que só estudam. No caso dos homens, esse percentual subiu de 29%, em 1982, para 55%, em 2002. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição no número de jovens que eram só ocupados; no caso das mulheres, essa diminuição foi mais drástica, passando de 22%, em 1982, para 5%, em 2002.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos, por atividade e frequência à escola, 1982 e 2002

| | estuda e é ocupado | | apenas ocupado | | apenas estuda | | não estuda e não é ocupado | |
|----------|--------------------|------|----------------|------|---------------|------|----------------------------|------|
| | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 |
| homens | 20,6 | 26,1 | 41,0 | 10,8 | 29,5 | 55,2 | 8,9 | 7,9 |
| mulheres | 11,1 | 15,7 | 22,7 | 5,4 | 40,5 | 66,0 | 25,7 | 13,0 |

Fonte: IBGE/PNAD - 1982 e 2002

Com relação aos anos de estudos (tabela 2), apesar daqueles jovens que estão apenas ocupados terem menos anos de estudos do que os demais (4,9 para homens e 5,8 para mulheres, em 2002), não há diferenças significativas quando se observam os anos de es-

tudo entre quem só estuda e quem acumula o estudo com uma ocupação. A diferença é de 0,4 anos para os homens; no caso das mulheres, aquelas que estudam e trabalham têm 0,1 anos *a mais* de estudo do que aquelas que apenas estudam. Essa constatação possibilita a discussão acerca de alguma mudança que possa ter ocorrido no sistema educacional brasileiro, visto que, em geral, o ingresso do jovem no mercado de trabalho é associado ao abandono dos estudos.

Tabela 2 - Média de anos de estudo dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos, por atividade, 1982 e 2002

| | estuda e é ocupado | | apenas ocupado | | apenas estuda | | não estuda e não é ocupado | |
|----------|--------------------|------|----------------|------|---------------|------|----------------------------|------|
| | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 | 1982 | 2002 |
| homens | 5,1 | 6,5 | 3,0 | 4,9 | 5,8 | 6,9 | 3,3 | 4,6 |
| mulheres | 5,6 | 7,4 | 3,5 | 5,8 | 6,0 | 7,3 | 3,4 | 5,5 |

Fonte: IBGE/PNAD - 1982 e 2002

O que esses dados mostram é que, em 2002, o jovem que trabalha tem permanecido na escola. Esse aspecto merece uma análise mais detalhada acerca das mudanças no funcionamento da educação brasileira e o impacto do aumento do número de cursos noturnos, supletivos e cursos à distância, por exemplo, como fatores positivos para a inclusão e permanência do jovem de origem popular e trabalhador na escola.

A partir de estudo realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2004, observa-se com mais detalhes a trajetória dos jovens estudantes de 15 a 17 anos que estão no ensino médio e que, potencialmente, poderão ingressar no ensino superior.

Tabela 3 - Taxa de Escolarização Bruta e Líquida no Ensino Médio Regular e Taxa de Atendimento de 15 a 17 anos – 2000

| unidade geográfica | taxa de escolarização | | população de 15 a 17 anos |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|
| | bruta ¹ | líquida ² | |
| Brasil | 77 | 33 | 10.702.499 |
| Região Sudeste | 93 | 46 | 4.192.607 |
| Rio de Janeiro | 89 | 36 | 761.463 |

Fonte: INEP, Os Desafios do Plano Nacional de Educação, 2004.

1- Taxa de escolarização bruta: expressa o percentual da matrícula no Ensino Médio Regular em relação à população na faixa etária de 15 a 17 anos.

2 - Taxa de escolarização líquida: expressa o percentual da matrícula de jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio Regular em relação à população na faixa etária de 15 a 17 anos.

Ao se analisar a tabela 3, observa-se que no Rio de Janeiro apenas 36% dos jovens chegam ao ensino médio na idade ideal, um pouco acima da média nacional (33%). Se formos observar o conjunto de jovens que frequenta o ensino médio, independente da idade, essa porcentagem sobe para 89%. Essa diferença pode ser explicada pelos altos índices de reprovação e distorção série-idade que já vêm ocorrendo desde o ensino fundamental, fazendo com que esses jovens cheguem ao ensino médio tardiamente.

Em termos do tipo de escola freqüentada, em 1996, do total de alunos no ensino médio, 79 % estavam na rede pública e 21 % na rede privada. Em 2002, o que se observou foi uma diminuição dos alunos na rede privada (13 %) e um aumento na rede pública (87%). Ou seja, os jovens nesse nível de ensino concentram-se, majoritariamente, nas escolas públicas. Vale observar ainda que, na última década, o ensino médio como um todo passou por uma intensa expansão que tem, gradativamente, incorporado os estudantes de origem popular.

Contudo, embora se observe que a rede pública no ensino médio esteja em expansão em termos de vagas oferecidas, não é possível dizer o mesmo sobre sua qualidade. Em 2001, a taxa média esperada de conclusão dos jovens no ensino médio era de 75%. Desses, de acordo com os resultados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) de 2001, apenas 5% possuíam um nível adequado de conhecimento em Língua Portuguesa, contra 42% que se encontravam em estágio crítico. Já em Matemática, 6% se encontravam no nível adequado, contra 67% que se encontravam em estágio crítico. Percebe-se, desse modo, que, apesar dos jovens estarem terminando o Ensino Médio Regular, a maioria não apresentava uma formação adequada.

Ao se comparar os dados das IES (Instituições de Educação Superior) existentes no Brasil em 1997 e 2003, percebe-se que a educação superior está em processo de expansão acelerada. Contudo, esse crescimento foi quase que exclusivamente do setor privado. No período de 1997 a 2003, observa-se uma diminuição no número de IES públicas até 2000 e, a partir de 2001, inicia-se um aumento gradativo das mesmas. Contudo, ainda não se alcançou a quantidade de instituições existentes em 1997. No caso das IES privadas, percebe-se um crescimento constante no mesmo período. Do total de IES no Brasil em 2003, 89% são privadas. Das 222 novas instituições criadas em 2003, apenas 12 estavam no setor público. De acordo com o World Education Indicators, o sistema de educação brasileiro está entre os mais privatizados do mundo, atrás apenas de alguns poucos países (INEP, Censo da Educação Superior: 2003, p.8.).

Tabela 4 - Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa – Brasil – 1997-2003

| ano | pública | privada |
|------|---------|---------|
| 1997 | 211 | 689 |
| 2003 | 207 | 1.652 |

Fonte: INEP, 2004; Censo da Educação Superior 2003.

No que tange à totalidade dos vestibulares realizados na região sudeste (INEP, 2001), o número de inscrições foi de 2.012.011, para apenas 703.503 vagas oferecidas. Esses números geram um déficit negativo de 65 %, ou seja, pode-se inferir que 1.308.508 pessoas que se inscreveram no vestibular, supostamente com o desejo de freqüentar um curso superior, deixaram de fazê-lo naquele ano.

Curiosamente, o número de ingressantes é ainda menor do que as vagas ofertadas. Ingressaram, em 2001, 481.954 alunos, o que corresponde a um percentual de 68% em relação

ao número de vagas disponíveis. Ou seja, aproximadamente 32% das vagas existentes não foram ocupadas. Como entender esse dado aparentemente contraditório diante da pressão por expansão de vagas no ensino superior brasileiro?

A principal questão a se levantar, nesse sentido, diz respeito à eficácia do aumento de vagas concentradas no setor privado. Observa-se que nas instituições de ensino superior privadas, há um não aproveitamento de vagas da ordem de 35%. A tabela seguinte ajuda a compreender, em parte, esse fenômeno. Observa-se que, em termos da relação candidato/vaga, há um aumento da procura por vagas nas instituições públicas e uma diminuição nas privadas, no período de 1993 a 2003. Ou seja, esses dados indicam que há uma preferência crescente do vestibulando por uma vaga nas IES públicas.

Tabela 5 - Relação Candidato/Vagas Comparativamente entre as IES Públicas e Privadas

| ano | públicas | privadas | total |
|------|----------|----------|-------|
| 1993 | 6,6 | 2,4 | 3,7 |
| 2003 | 8,4 | 1,5 | 2,4 |

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2003.

Contudo, é importante problematizar não apenas a questão do acesso ao ensino superior, mas também a permanência e a conclusão desses estudos. De acordo com os dados do INEP, em 2001, o total de concluintes no ensino superior foi de 205.661. Desses, 10% estavam nas federais; 9% nas estaduais; 3% nas municipais e 78% nas privadas.

Vemos que, apesar dos jovens estarem terminando o Ensino Médio Regular, a maioria não consegue ingressar na universidade e uma quantidade menor ainda consegue concluí-la. Se analisarmos a distribuição destes jovens em universidades públicas e privadas, temos uma noção real da exclusão dos jovens de baixa renda em Instituições de Ensino Superior Público.

Pode-se observar, desse modo, que o ensino superior continua sendo um espaço elitizado, segundo Ernesto Grance e Maria Maneiro (2005:02) é um “dispositivo principal de cristalização de relações de poder-saber, âmbito legitimado de produção de conhecimento e autoridade e, também, uma das poucas formas legais que possibilitam, pelo menos no imaginário popular, a mobilidade social.”

Diante dessa situação, cabe questionar: se a maior parte das vagas do ensino superior público são ocupadas pela elite brasileira, para onde vão os jovens pobres da nossa sociedade?

Existe hoje uma grande discussão sobre o acesso ao ensino superior, que tem como um de seus focos os estudantes de origem popular, contudo, ainda não há uma democratização desse ensino. As políticas públicas criadas pelo governo atual para atender aos jovens de origem popular que desejam ingressar no ensino superior estão voltadas, basicamente, para a oferta de vagas em universidades privadas, como é exemplo o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Que democratização é essa? Os estudantes de origem popular não têm o direito de escolher se desejam cursar uma universidade pública ou privada?

A participação política do jovem na democratização do acesso ao ensino superior

Até que ponto a classe (...) realiza “conscientemente”, até que ponto inconscientemente, até que ponto como uma consciência “falsa”, as tarefas que lhe são impostas pela história?” (Georg Lukács)

O jovem brasileiro sempre teve um papel muito importante na história do país. Em vários momentos foi protagonista de processos de reivindicação, mesmo durante a ditadura militar, por exemplo, o movimento de “Maio de 68”. Mais recentemente, os jovens tiveram um papel de destaque no chamado movimento dos “Caras pintadas”, servindo de inspiração a toda uma juventude que procura participar e mudar a cultura política brasileira, por meio de diversas organizações sociais, como o movimento estudantil, o movimento popular, camponês, nas fábricas, nas periferias dos grandes centros urbanos.

Analisando a posição do jovem perante o mundo, Bousquat e Cohn (2003) discordam da visão que associa a juventude de hoje à passividade política. Concluem que, apesar do envolvimento político do jovem ser diferente daquele vigente nos anos 60 e 70, ainda é forte a participação dos mesmos em grupos organizados. Suas formas de atuação podem ter mudado, mas não sua participação nelas.

Os jovens se reúnem pelos mais distintos motivos: para desenvolver manifestações artísticas, esportivas, religiosas, políticas e de ação social. Jovens que se reúnem para refletir, criticar, discutir problemas sociais e políticos, atuar junto à comunidade” (Busquat & Cohn, 2003:86).

Um exemplo da atuação política do jovem de hoje é o fenômeno dos cursos pré-vestibulares populares. Nos anos 90, a partir de uma crítica ao contexto de injustiças e desigualdades que marcavam o acesso à educação brasileira, especialmente o ensino superior, ganhou projeção nacional no cenário educacional o movimento dos chamados cursos “pré-vestibulares populares”, “prés-comunitários”, “pres-universitários”, direcionados a estudantes negros e/ou de classes populares.

Esses cursos preparatórios têm por objetivos discutir a questão da democracia plena, trabalhando com respeito às diferenças e diversidades étnico-culturais. Não ficam restritos somente aos temas relacionados à igualdade de oportunidades, à questão da ascensão social e à inserção no mercado de trabalho. Ademais, propõem-se a discutir e desenvolver a partir de trocas diárias entre os seus participantes a conscientização da importância do envolvimento político e do fortalecimento da coletividade como forma de emancipação humana (Santos, 2005).

Contudo, esse trabalho também envolve contradições e dilemas. Pode-se dizer que um dos grandes dilemas dos pré-vestibulares populares (PVPs) é “o confronto entre a politização pedagógica do trabalho que se efetiva nos pré-vestibulares e, de outro, a necessidade de preparação para o vestibular que muitos chamam de adestramento para fazer a prova” (Santos, 2005:08). Ou seja, ao mesmo tempo em que se tenta desenvolver a politização e o olhar investigativo para além do senso comum perante os fatos da realidade, para que se possa combater com uma postura crítica o sistema capitalista, tem-se a necessidade de preparar para o vestibular, extremamente competitivo, excludente e legitimador de uma sociedade classista e hierarquizada.

De acordo com Renato Emerson Santos (id.), o vestibular “não é apenas uma avaliação a partir de objetivos a serem alcançados, mas uma disputa entre candidatos, onde o importante não é apenas o rendimento de cada um, mas a comparação/ competição entre eles”. Alega-se que a competição e a seleção para o ensino superior são necessárias pois não existem vagas suficientes para todos. No entanto, entende-se que o que determina a forma de ingresso no ensino superior não é a falta de recursos, mas sim os interesses de setores conservadores da sociedade que entendem ser função da universidade, enquanto aparelho ideológico do Estado, reproduzir as hierarquias sociais. O vestibular coloca numa situação de pseudo-igualdade classes sociais distintas, os indivíduos competem em condições desiguais, sendo portanto, mais um espaço de exclusão dos estudantes de origem popular.

O tempo disponível nos PVPs para a preparação para o vestibular também é escasso, restando pouco espaço para atividades complementares. Mesmo assim, há uma preocupação dos organizadores em incluir disciplinas que orientem o aluno a ter uma visão mais crítica da sociedade para que eles se tornem indivíduos ativos e efetivamente mudem de algum modo os seus próprios destinos. Alunos, ex-alunos e professores coordenam de forma conjunta boa parte das tarefas do curso e valorizam os debates no cotidiano do curso, buscando estimular uma cultura de participação democrática.

Existem ainda desafios relacionados à heterogeneidade dos alunos, pois a busca pelo PVP é feita tanto por alunos recém saídos dos cursos de nível médio, como por adultos que já estavam fora da escola há anos e que cultivam um sonho de ingressar na universidade.

Outra questão muito discutida nos PVPs é a evasão dos alunos provocada, na maioria das vezes, pela necessidade destes terem que trabalhar para ajudar nas despesas familiares e/ou pela falta de apoio para prosseguirem os estudos.

Contudo, apesar de todas essas dificuldades e contradições, algumas experiências realizadas pelos PVPs têm o mérito de trazer ao debate público a preocupação com a democratização do acesso ao ensino superior e de questionar o próprio processo de construção do conhecimento. Um bom exemplo disso são os PVPs que procuram trabalhar com a pedagogia da educação popular em seus cursos.

O objetivo da educação popular é incorporar em todas as disciplinas uma crítica social perante aos acontecimentos da realidade concreta e diária de cada um de seus membros. Isso é possível por meio de uma articulação do conhecimento científico com a vivência cotidiana de alunos e professores. Ou seja, de uma troca de saberes e experiências que respeitem o pluralismo e a diversidade de opiniões e idéias, sem cair no ecletismo. Nesse processo, os estudantes, mantidas suas particularidades, têm a possibilidade de formar uma unidade de classe, vão construindo, por meio dessas vivências, o que Karl Marx chama de uma “classe para si”, pensada como possibilidade de luta pela emancipação e de liberdade de escolha entre alternativas concretas.

Nesse sentido, vale ainda ressaltar o perfil dos próprios professores dos PVPs que, em muitos casos, trazem uma trajetória de vida semelhante à de seus alunos. Isso permite que esses educadores se reconheçam nos estudantes de classes populares. Considera-se esse um aspecto de extrema importância para o desenvolvimento dos pré-populares, pois permite uma identificação e troca de vivências, angústias e dificuldades com os alunos, garantindo

o respeito e a valorização dos diferentes saberes e culturas populares. Tal característica possibilita, inclusive, o aumento da auto-estima dos educandos, que se sentem mais aptos e fortalecidos para lutar pelo acesso ao conhecimento.

Considerações finais

A entrada na universidade pública e de qualidade deveria ser aberta a todas as classes sociais, daí a importância da sua democratização, pois a universidade é um terreno fértil para a ampliação de conhecimentos, não só nos espaços físicos, como também perpassando por todas as esferas do saber, incluindo aí atividades culturais, interdisciplinares, aprofundamento em pesquisas, desenvolvimento de redes de sociabilidade dentro do mundo universitário, e estendendo-se para fora dele.

Não nos propusemos, com o debate sobre os PVPs, a esgotar a discussão sobre políticas para democratização do acesso e permanência no ensino superior. Entende-se que essa é apenas uma experiência possível, que precisa ser articulada com as demais políticas públicas voltadas para a redução das disparidades do ensino superior, tais como as políticas de cotas ou, até mesmo, as propostas de extinção do vestibular como forma de ingresso nas universidades.

Referências:

- BAENINGER, R. Demografia da população jovem. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, vol.1. Brasília, Ministério da Saúde, agosto 1999. p.19-79.
- BOUSQUAT, A. & COHN, A. A construção do mapa da juventude de São Paulo. *Revista Lua Nova*, São Paulo: Cedec, v. 60, p. 81-96, 2003.
- CARDOSO, R. Juventude: Conceitos e Visões. In: *PCS – Programa Capacitação Solidária*. Encontro Estadual de Políticas Públicas da Juventude. Juventude: Conceitos e Visões. 2004.
- GRANCE, E. & MANEIRO, M. *Pré-vestibulares Populares, sua ação, seus desafios e seus paradoxos?*. Temas em Debates. RJ: LPP/UERJ, jun. 2005.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Os desafios do Plano Nacional de Educação*. Brasília: O Instituto, 2004.
- _____. *Censo da Educação Superior: 2003 – resumo técnico*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). *Brasil: O Estado de uma Nação*. RJ: IPEA, 2006.
- SANTOS, R. E. Pré-vestibulares populares: dilemas políticos e desafios pedagógicos. In: CARVALHO, J.C. et al. *Cursos Pré-Vestibulares Comunitários*. RJ: Ed. PUC-Rio, 2005. pp.188-203.
- SILVA, N. & HASENBALG, C. *Tendências da desigualdade educacional no Brasil*. Dados., Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

Notas:

¹Graduanda de Pintura (EBA/UFRJ).

²Graduando de História (IFCS/UFRJ).

³Graduanda de Dança (EEFD/UFRJ).

⁴Graduanda de Serviço Social (ESS/UFRJ).

⁵Graduanda de Letras: Português-Alemão (FL/UFRJ).

⁶Graduando de Letras: Português-Grego (FL/UFRJ).

⁷Licenciando de Pedagogia (FE/UFRJ).

⁸Graduanda de Dança (EEFD/UFRJ).

⁹Graduanda de Psicologia (IP/UFRJ).

¹⁰Graduando de Engenharia Elétrica (EP/UFRJ).

¹¹Doutora em Educação, Professora Adjunta da FE/UFRJ, Coordenadora do Grupo Temático “Juventude e políticas públicas (direitos humanos, culturais, educacionais e lazer)”, na UFRJ.

Políticas públicas e juventude

Danielle de Oliveira Ramos
Juliana Souza Ricardo
Liliane Alves de Britto
Monique Melo de Souza
Sara Martins de Araújo
Valma Barbosa de Souza
Thiago Fontes Silva
Ana Ribeiro (coordenadora)

Introdução

O presente artigo aborda o resultado parcial do conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho composto por oito bolsistas do programa Conexões de Saberes na Universidade Federal Fluminense em 2006, que trataram do tema “Políticas Públicas e Juventude”, pretendendo refletir acerca de algumas informações e concepções sobre juventude e políticas públicas contemporâneas.

Na busca por dados censitários e referências teóricas sobre o tema, o grupo procurou trabalhar com o foco central na participação e reconhecimento dos jovens como sujeitos do processo de produção de suas vidas em sociedade, um dos objetivos específicos do “Programa Conexões de Saberes” nacional. Para alcançar esse objetivo o grupo procurou inicialmente conhecer algumas concepções sobre juventude e políticas públicas contemporâneas através de textos selecionados de alguns cientistas sociais como Amorim (2001), Groppo (2000), Novaes (2003), Abad (2003), Carmo (2001), Zaluar (1996) e Signorini (2005). Embasado nessas leituras, o grupo foi se encontrando, discutindo e fundamentando a realização de uma pesquisa que está em andamento sobre juventude e políticas públicas na Vila Ipiranga, bairro popular do município de Niterói, no estado do RJ – comunidade-piloto escolhida para a implantação de um pré-vestibular comunitário conduzido por outro grupo de bolsistas do mesmo programa na Universidade Federal Fluminense.

No decorrer da realização de atividades de discussão sobre textos e sítios na internet que fornecessem dados para a pesquisa, o grupo constatou a fragilidade do processo da apropriação dessa temática pela universidade. As trocas de relatos sobre as ausências de políticas públicas, os desafios e trajetórias de cada membro do grupo, oriundo de comunidades populares foram fundamentais para as reflexões sobre a atuação de cada um como sujeitos de uma política institucional, vivenciada no programa “Conexões de Saberes UFF”. Foram experiências ricas em conhecimento sobre dados quantitativos e diferentes

abordagens teóricas sobre o tema, além da experiência da descoberta de outras iniciativas similares no Brasil. Espera-se transmitir neste artigo alguns resultados da produção do grupo sobre a temática.

Para a produção deste artigo também foi considerado relevante o relato da participação de uma das bolsistas do grupo como observadora da I Conferência Municipal da Juventude no município de Niterói, em dezembro de 2005 e a participação de todo o grupo no seminário “Universidade, Sociedade e Produção de Conhecimento” realizado em maio deste ano pelo programa Conexões de Saberes UFF. O seminário reuniu experiências voltadas para a discussão das questões sócio-econômicas e das práticas inovadoras relacionadas ao acesso, permanência e sucesso dos jovens de camadas populares à universidade pública, o grupo pôde contribuir com a condução de uma oficina temática com a apresentação de trabalhos sobre experiências acadêmicas de outras universidades sobre o tema das políticas públicas e juventude. Por fim, o grupo ainda colaborou na elaboração de uma breve consulta para que os participantes do seminário pudessem manifestar sua opinião sobre prioridades das diretrizes nacionais de políticas públicas para a juventude, material que encerra este artigo.

Juventude ou juventudes?

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a juventude é definida como o segmento populacional metodologicamente identificado pelo processo de transição para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no plano profissional, cronologicamente compreendido entre 15 e 24 anos de idade. Cabe aqui a reflexão inicial sobre o critério etário de definição para a juventude que é estático ao fragmentar o percurso sócio-cultural e econômico do indivíduo na sua relação com a sociedade.

Com base nas abordagens de cientistas sociais estudados por Groppo (2000) o grupo discutiu a concepção de juventude trazida do século XIX, marcada pelas ciências com base na noção evolucionista do ser humano que atravessa uma fase intermediária entre a idade infantil e a idade adulta. Groppo (2000) partiu do pressuposto de que a categorização dos indivíduos em faixas etárias é algo histórica e socialmente dado, pois trata de papéis sociais atribuídos aos seres humanos de acordo com suas idades cronológicas respondendo à necessidade da sociedade moderna de criar um critério geral, objetivo e científico para “identificar um estágio da vida em que os indivíduos estão se formando física, psíquica, social, cultural e politicamente”. Em seus estudos fala da juventude não como uma “classe social” formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária, mas como uma “categoria social”, composta por uma representação sócio-cultural e uma situação social. Para ele, a concepção sobre juventude evoluiu através dos tempos, elaborada a partir de uma série de comportamentos e atitudes atribuídos aos jovens passando por dois critérios principais, que nunca se conciliaram realmente: o critério etário e o sócio-cultural. A juventude em sua obra é “uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.” (Groppo, 2000:8) Através, portanto, de pesquisas sobre a formação das sociedades modernas e a trajetória de ação

de vários grupos juvenis contemporâneos o sociólogo defende a tese de que a juventude definida como categoria social é fundamental para o entendimento do processo histórico-social de construção das juventudes como hoje as conhecemos. Essa categoria após várias metamorfoses na história da modernidade e na contemporaneidade passou a ser o traço marcante da construção de identidades juvenis contemporâneas diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo em particular, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, gênero e localidade:

Esta reavaliação do papel atuante das juventudes no século XX poderia colaborar até mesmo para repensar a hipótese da “desinstitucionalização do curso da vida”, processo que estaria engendrado, a partir dos anos 1970, uma sociedade na qual as faixas etárias não seriam mais essenciais para a determinação do curso da vida no aspecto privado. Esse processo faz com que as intervenções institucionais baseadas na cronologização do curso da vida, como aquelas feitas pelo Estado, tenham um peso cada vez menor, obrigando indivíduos e grupos sociais a procurarem soluções particulares para as dificuldades inerentes ao ritmo biológico da vida. (Groppo, 2000:284)

Para o entendimento dos processos sociais contemporâneos é fundamental, que se possa conhecer o papel definidor das transformações produzidas por ações dessa categoria social formada pelas juventudes, que como representações simbólicas de uma existência transitória contestaram e contribuíram para as revoluções culturais que resultaram na atual “multiplicidade de estilos de vida, subculturas, modos de ser e identidades culturais descolados completamente de um substrato fisiológico, psicológico e até sociológico que a concepção moderna de juventude continha.” (Groppo, 2000:289)

Políticas públicas e juventude:

Recorreu-se para esta abordagem aos estudos de Abad (2003), pesquisador da participação juvenil e das políticas para a juventude na América Latina, que faz uma crítica às “políticas de juventude”, refletindo sobre as obras de vários estudiosos do comportamento do homem e sociedade como Bobbio, Bourdieu, Marx, Engels e Habermas. Ele afirma que para existir uma política pública faz-se necessário:

(...) que exista uma mobilização de recursos de poder por parte de grandes ou pequenos grupos, ou de atores individuais, estrategicamente situados.;

(...) que o estado de conflito ou demanda constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, e

(...) que o problema seja uma situação de oportunidade para que os atores sociais adquiram ou incrementem seu capital político. (Abad, 2003:15-16).

Portanto, para qualquer situação que demande intervenção e que dê origem a decisões que irão afetar toda a sociedade, é preciso que aqueles três componentes aconteçam em conjunto ou isoladamente a partir da visibilidade da situação para a intervenção “como um conflito ou demanda que afeta, de certa forma, a convivência social, envolvendo atores sociais relevantes com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela” (Abad, 2003:15).

No caso das “políticas públicas de juventude”, Abad ressalta que aquilo que um governo opta ou não por fazer frente a uma situação que altere conflitos ou demandas do segmento populacional composto por jovens, será sempre “resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política” que reflete o projeto político local dominante e a concepção de uma política pública de enfoque setorial para categorias da população, diferente de outras políticas públicas de enfoque universal que seguem orientações nacionais ou até mesmo internacionais.

Na forma ideal as políticas públicas para a juventude deveriam, de acordo com Abad em sua crítica, ter como objetivo a construção da cidadania social dos jovens, ou seja, “proporcionar, num sistema desigual de distribuição da riqueza produzida pela sociedade, as condições mínimas para tornar efetiva a igualdade de direitos reconhecida legalmente”(…) (Abad, 2003:18) .

A cidadania social a que se refere Abad foi afirmada no século XX com o direito de cada cidadão de alcançar os padrões mínimos dos benefícios econômicos, sociais e culturais para o exercício dos direitos civis e políticos já alcançados nos séculos anteriores. Para ele, a construção da cidadania social da juventude na América Latina atualmente se limita a promover programas “salvadores”, buscando reduzir os conflitos da integração do jovem ao mundo adulto “de ação produtiva” para o desenvolvimento do capitalismo através da produção de renda como “veículo e concretização da cidadania plena”. O mercado se torna, portanto, a “instância ordenadora da sociedade”, oferecendo somente aos jovens que possam pagar por ela, a promessa da liberdade através do consumo. O que se tem hoje é um “Gasto Público Social” voltado para a geração de um diferencial de renda, “útil aos fins de manter a lei do valor pouco e para poucos”. Por fim, trata-se aqui de compreender que nem todas as ações destinadas aos jovens pelo Estado (que vai sempre reproduzir as relações de dominação presentes na sociedade) podem ser consideradas políticas públicas de juventude, principalmente, se não confirmarem o papel indutor do Estado na equidade das oportunidades para o jovem na sociedade.

Discursos das juventudes brasileiras:

*“ Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci,
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar (...)
Trocaram a presidência, uma nova esperança
Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança
O povo tem a força, só precisa descobrir*

Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui.” (Rap da Felicidade -MC Cidinho e

MC Doca)

Esses versos foram retirados de um *funk* dos anos de 1990 e retratam o sentimento de uma grande parcela de jovens pobres acerca da sua realidade, suas expectativas e anseios. É um discurso de jovens que buscam seu lugar no mundo, com uma vida digna e com respeito. São jovens que querem justiça social, que se indignam com as desigualdades, mas

têm esperança numa transformação social. Clamam por políticas públicas e pelo Estado.

A partir da segunda metade da década de 1990, o tema da juventude começou a ganhar maior espaço nas políticas públicas brasileiras, ao mesmo tempo em que aumentava a proporção de indivíduos na faixa etária de 15 a 24 anos, afetados pelo aprofundamento da má distribuição de riqueza no conjunto da população nacional. De um modo geral, essas vozes começaram a chamar atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de problemas sociais através de vários discursos atribuídos ao seu comportamento, presente nas manchetes de jornal, nas letras de músicas e nas diretrizes dos programas e projetos sociais que seriam “salvadores” de uma geração “perdida”.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, verificou-se que a juventude não tinha sido prevista nessas leis e o discurso atribuído aos jovens que atingiam a maioridade penal reforçou ainda mais no imaginário social a representação da juventude como um problema para a sociedade. Dos discursos da geração mais bem informada pela internet que convive com os da geração dos excluídos nas periferias é possível entender os dados das pesquisas que mostram quatro milhões de jovens sem ocupação com rendimentos, número que corresponde a 50% dos desempregados no país. Essas vozes precisam ultrapassar grandes obstáculos para garantir direitos, pois somente 34% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio e um terço deste contingente está fora da série escolar correspondente à faixa etária¹. Fora da escola e do mercado, os jovens sem rendimento são pressionados a buscar a própria identidade por meio dos inacessíveis bens de consumo através de subempregos ou de formas marginais.

Os jovens com rendimento proveniente de recursos familiares diante de um sistema educacional que não é voltado para o empreendedorismo enfrentam também a dura realidade dos recém-formados desempregados ou subempregados. Se para a juventude de classe média é preciso ressignificar o trabalho além da capacidade de gerar poder aquisitivo exigindo um desempenho difícil de alcançar, extremamente qualificado, diante da juventude desprovida de bens materiais, o desafio é ressignificar o trabalho como um meio de subsistência e realização pessoal. As políticas públicas voltadas para o atendimento dessa faixa da população não parecem ouvir a diversidade de seu discurso e a existência da luta de classes.

Procurou-se refletir sobre o discurso da juventude através de Bakhtin (Amorim, 2001), que aponta que todo discurso é polifônico, ou seja, carregado de muitas vozes. Uma pessoa ao falar está transportando idéias e ideologias que vão se construindo através de outros discursos e, por isso, ele não é monofônico. O discurso que o jovem produz também é assim, mas, como produto de uma representação simbólica, esse discurso não é considerado. Atribui-se ao jovem um discurso que não é dele. Tratado em uma fase de transitoriedade, ou seja, não é considerado responsável pelo seu discurso, como se não soubesse exatamente o que quer, como se não trabalhasse para ajudar nas despesas da casa, e às vezes rendendo o próprio sustento da família. Por que será que a esse jovem é atribuída à necessidade de ocupar o tempo para não cair no vício e no tráfico? Quais as políticas públicas existentes para eles além de oficinas culturais e profissionalizantes que não consideram as limitações do mercado ou a defasagem escolar?

Para Bakhtin (Amorim, 2001), o discurso não pode ser um fato isolado, apenas um som lingüístico recortado para uma análise. Ele veio de uma pessoa, foi produzido em determinado lugar e tempo, em concordância a alguma circunstância. Será que um jovem inserido no tráfico é ouvido para que se promova alguma política pública em favor da juventude? Será que um jovem que trabalha e estuda também é ouvido para a elaboração das políticas de acesso e permanência aos estabelecimentos públicos de ensino? São ouvidos os jovens pais, que nem acabaram seus estudos, mas já possuem a responsabilidade de criar um filho? O que representa a política que promove oficinas culturais para esses jovens? Elas podem realmente abrir horizontes, produzir novas esperanças e expectativas, mas não para todos os jovens. Aqueles que precisam trabalhar para sustentar a casa, cuidar de seus filhos, se manterem em uma universidade, talvez não caibam dentro dessas políticas.

A pesquisa² “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas”, que ouviu discursos, anseios e possibilidades de envolvimento político e associativista das novas gerações, mostrou que 28% dos jovens estão envolvidos com engajamento político ou associativo. A pesquisa também concluiu que é grande a preocupação dos brasileiros entre 15 e 24 anos com a violência no presente e no futuro do país; e com as ações governamentais para promoverem sua inclusão social. As demandas apresentadas na pesquisa foram aparentemente bem claras: os jovens desejam viver em uma sociedade onde possam ter segurança e oportunidades iguais e as estatísticas, no entanto, mostram que as políticas públicas atuais estão longe de atender essas vozes. A pesquisa revelou também que o jovem urbano no Brasil tem entre suas principais reivindicações uma escola de melhor qualidade, melhor qualificação profissional, mais espaços de cultura e lazer próximos ao seu local de moradia. Predominantemente os de comunidades populares (44%) também pedem segurança (violência é um dos principais impedimentos para o acesso à cultura) e que os governantes sejam menos corruptos, mais responsáveis e comprometidos com a melhoria efetiva das condições de vida. O jovem urbano brasileiro do século XXI, como vimos, ainda participa pouco da vida pública (28% fazem parte de algum grupo, na maioria, religioso), mas se preocupa com o futuro do país e espera que os governos ajudem em sua inclusão social. Essa pesquisa também foi apresentada no VI Fórum Social Mundial, em Caracas, em 2005, confirmando que o jovem raramente é chamado para opinar e quase nunca para decidir as diretrizes de políticas públicas destinadas a eles mesmos.

Em recente pesquisa analisada por Signorini (2005), 1.300 jovens foram entrevistados na região metropolitana do Rio de Janeiro, em um território ainda não dominado pelo tráfico acerca de quais seriam, em suas opiniões, os principais problemas da juventude, e quais as formas de enfrentá-los. Foram descritos pelos jovens os problemas relacionados com o trinômio violência-droga-tráfico como um “risco real” que ameaça a segurança pessoal e como uma “limitação simbólica” representada no “sentimento que conforma os modos de viver e circular na cidade” e de maneira surpreendente, a família como o território para o suporte e o apoio.

Todos os entrevistados fazem referência a uma violência que é difusa, que *está em todo lugar*, que alimenta seus medos e condiciona suas escolhas.(...) Na ausência do público como fonte de suporte para a vida social até mesmo no que diz respeito ao controle da criminalidade, o jovem ressentido-se da ausência do Estado. Diante

de um poder público que *não tem feito muita coisa*, refluem sobre a família todas as expectativas de suporte e apoio. (Signorini, 2005)

Políticas públicas para as juventudes brasileiras:

No Brasil, de 1940 ao ano 2000, o número de jovens de 15 a 24 anos pulou de 8,2 milhões para 34 milhões, correspondendo hoje a 20% da população total, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³. Se considerada a faixa de 15 a 29 anos adotada em vários países e nas discussões para o Plano Nacional da Juventude⁴, existem 48 milhões de jovens, ou seja, 28% da população brasileira. O último censo do IBGE também informa que 40% destes jovens brasileiros vivem em famílias sem rendimento ou com até meio salário mínimo. Segundo os indicadores sociais do IBGE e do Relatório Mundial sobre a Juventude 2005 da ONU⁵, é ainda nessa faixa etária que encontramos os piores índices de evasão escolar, de desemprego, de falta de formação profissional, das mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Para enfrentar todos esses desafios, vários movimentos juvenis, organizações da sociedade civil e iniciativas do poder legislativo e do Governo Federal vêm reivindicando a implantação de uma Política Nacional de Juventude, que, desde 1º de fevereiro de 2005, através da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República, identificou e dispôs sobre algumas diretrizes⁶:

1. Ampliação do acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência com qualidade;
2. Democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação;
3. Erradicação do analfabetismo entre os jovens;
4. Estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens.
5. Geração de trabalho e renda para a juventude;
6. Melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais;
7. Preparo de jovens para o mundo do trabalho e;
8. Promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens.

Em consulta conduzida por este grupo de trabalho a 140 jovens universitários participantes do seminário “Universidade, Sociedade e Produção de Conhecimento” promovido pelo programa “Conexões de Saberes UFF”, foi solicitada uma ordem de prioridades para as diretrizes acima, que promovessem o desenvolvimento da juventude, um dos temas do seminário. Constatou-se (quadro 1) que a prioridade apontada por quase 70% dos participantes foi a erradicação do analfabetismo, que é atualmente o primeiro indicador para medir o IDJ⁷, confirmando o pensamento da juventude universitária que busca a mobilidade social através da educação e que não pode haver desenvolvimento juvenil sem acesso à educação. As preocupações com o mundo do trabalho, com o acesso ao ensino médio de qualidade e com as políticas afirmativas disputaram o 2º e 3º lugares nas opiniões sobre diretrizes de políticas públicas que precisam refletir as demandas e fragilidades da

juventude para que possam promover o papel do jovem como sujeito de direitos e garantir sua participação social com equidade.

Quadro 1

| Total:140 jovens participantes do seminário | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º | 7º | 8º |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ampliação do acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência com qualidade | 26 | 45 | 18 | 8 | 16 | 6 | 7 | 7 |
| Democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação | 5 | 16 | 26 | 18 | 25 | 9 | 11 | 24 |
| Erradicação do analfabetismo entre os jovens | 59 | 22 | 16 | 18 | 7 | 6 | 3 | 2 |
| Estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens | 12 | 13 | 22 | 14 | 17 | 26 | 14 | 16 |
| Geração de trabalho e renda para a juventude | 2 | 7 | 8 | 18 | 16 | 24 | 36 | 22 |
| Melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais | 11 | 10 | 18 | 20 | 22 | 17 | 21 | 15 |
| Preparo de jovens para o mundo do trabalho | 2 | 6 | 11 | 12 | 12 | 21 | 32 | 37 |
| Promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens | 17 | 15 | 15 | 26 | 19 | 25 | 9 | 9 |
| Branco e Nulos | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 7 | 8 |

Considerações finais

Toda a política para ser pública deveria ser discutida, formulada e avaliada pelos indivíduos que serão alcançados pelas ações surgidas dessas discussões. A capilarização das discussões, envolvendo um maior número de jovens, validaria certamente, as demandas coletivas diante dos governos. Mas como levar a discussão para o jovem que não acredita no ensino, que vê o trabalho como uma prisão, que está descrente da autoridade governamental, que teme a repressão “oficial” e que ainda não consolidou espaços de representação formal, ou seja, não tem voz e não pode ser ouvido?

Ouvir, conhecer e reconhecer as juventudes como uma categoria social marcada por inúmeras especificidades é um enorme passo para a formulação de políticas públicas de caráter universalizante, que atendam também as juventudes das classes populares, que vivem à margem da sociedade e presenciam um alto nível de exclusão social através da baixa escolaridade; altos índices de desemprego e violência; ausência e/ou ineficácia dos aparatos estatais como creches, postos de saúde, escolas, áreas de estímulo à cultura, etc. Muitos jovens percebem também que o modelo de Escola atual não é capaz de promover mudanças nas suas vidas, pois consideram que as unidades de ensino não mudam sua condição social, já que o trabalho formal no setor de serviços que provavelmente alcançarão – e muitos nem mesmo o alcançarão – não precisa de muita informação. O desemprego avassala todo país e o jovem é bastante cobrado nesse processo de inserção no mercado de trabalho. O jovem já se encontra desestimulado na procura do primeiro emprego e não ser admitido pela falta

de experiência é agravado, ainda, quando jovens oriundos de camadas populares, em que há baixo nível de escolaridade e as questões de etnia e gênero estão incluídas.

É preciso entender que a educação é verdadeiro investimento, não é despesa, algo que sobrecarregue os cofres públicos, pelo contrário, o investimento em educação, reduz gastos com hospitais, segurança, penitenciárias etc. A desigualdade na distribuição de riqueza, afinal, é gerada também pela falta de investimento na educação, já que com nível maior de escolaridade, o jovem tem mais oportunidade, consegue maiores salários e maior desempenho para uma melhor distribuição de renda.

Desse modo, considera-se que o conjunto de desigualdades inerentes à sociedade também se exprime na participação dos jovens na vida acadêmica, que não escapa do crivo das diferenças de classes, pois no bojo das contradições da comunidade acadêmica, que reproduz uma lógica excludente da sociedade, forja-se uma juventude plural, caracterizada pela diversidade. Uma fração dessa juventude reagiu e vem se colocando na cena política, não querendo ser somente objeto de pesquisa acadêmica, buscando seu espaço de participação no movimento estudantil, nos fóruns e nos conselhos de juventude.

O papel desempenhado pelo Estado, no que tange às políticas públicas para juventude, demonstra insuficiência quanto a uma legislação específica para esta categoria social. Os jovens ainda são amparados somente por alguns artigos na Constituição Federal de 1988, que foram regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. As políticas públicas deveriam em primeira instância identificar as demandas das várias juventudes, culminando numa legislação que garantisse ao jovem uma política de direitos.

Observa-se, porém, que já acontece um movimento de discussão sobre participação da juventude na elaboração de políticas públicas, em âmbito mundial com o “1º Encontro Global da Juventude pela Democracia e Participação Política” (Gyan, 2005), promovido pela UNESCO; no nacional, com a consolidação do Conselho Nacional da Juventude; e no municipal, através das conferências e coordenadorias de juventude. Ainda são espaços que estão sendo construídos passo a passo e, mesmo que não representem toda a diversidade juvenil, demonstram avanços na visibilidade dos direitos e na participação qualificada das juventudes brasileiras.

Referências:

- ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas Públicas de Juventude. In: FREITAS, Maria & PAPA, Fernanda. (orgs). *Políticas Públicas-Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- AMORIM, Marília. O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo, Musa Editora, 2001.
- DO CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: *As caras da juventude*. Cadernos Adenauer II N 6. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- GYAN-Global Youth Action Network. Relatório do Encontro Global de Juventude para Democracia e Participação Política. Santo André, SP, 2005. Disponível em <<http://www.ymd.youthlink.org>>

- GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. In: *Ensaio sobre Sociologia e História das juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- IBASE. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas, 2005. Disponível em <<http://www.ibase.org.br>> e <<http://www.polis.org.br>>
- INSTITUTO PÓLIS. Declaração de Caracas. VI Fórum Social Mundial, 2005. Disponível em <<http://www.polis.org.br>>
- LEI Nº 11.129/05. Conselho Nacional de Juventude. Lei de criação. Disponível em <<http://www.gife.org.br>>
- NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e inclusão Social. In: FREITAS, Maria & PAPA, Fernanda. (orgs). *Políticas Públicas-Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- OLIVEIRA, Eliana Rocha. Índice de desenvolvimento juvenil da UNESCO: novo índice destaca velhas desigualdades entre jovens brasileiros. In: Revista Eletrônica Polêmica UERJ nº 13 janeiro-junho de 2005. Disponível em <<http://www2.uerj.br>>
- ONU - Programa das Nações Unidas para Juventude. Relatório Mundial sobre a Juventude 2005: os jovens hoje e em 2015. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin>>
- SIGNORINI, Hebe. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. In: Tempo Social. V 17N. 2 São Paulo, nov. 2005.
- ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

Notas:

¹ Disponível em <<http://www.ipea.org.br>>

² Disponível em <<http://www.ibase.br>>

³ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

⁴ “Em março de 2006, cerca de 400 delegados de todo o país representando as mais diversas organizações juvenis e grupos de juventude partidária se reuniram no Seminário Nacional da Juventude na Câmara dos Deputados para debater e fornecer subsídios ao conjunto de propostas legislativas para o Plano Nacional da Juventude. Além do Plano, estão em debate e tramitação na Câmara outras importantes matérias relativas à juventude. Uma delas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 138/03, que institui na Constituição Federal a figura da juventude, estipulando como faixa etária para esta parcela da sociedade de 15 a 29 anos. Outra proposta é o Estatuto da Juventude que detalha a redação proposta pela PEC, especificando os direitos dos jovens brasileiros.” Fonte: Jornal Carta Maior <<http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/index.>>

⁵ Disponível em <<http://un.org/esa/socdev/unyin>>

⁶ Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>⁷ Podendo ser considerado uma variante do IDH, criado pelo economista Amartya Sen, o IDJ – índice de desenvolvimento juvenil utilizou metodologia semelhante com seis indicadores de base como o analfabetismo, a escolarização adequada e qualidade de ensino, a mortalidade por causas internas e mortalidade por causas violentas e a renda familiar per capita para medir o desenvolvimento humano juvenil. (OLIVEIRA, 2005)

Reflexões acerca de políticas públicas para a juventude

Carolina do Pilar Araújo¹

Edicléia Furlanetto²

Fernanda Henriques Alonso³

Josiane Wolf Veiga⁴

Nílceu Romi Kerecz Tavares⁵

Vanessa Marion Andreoli⁶

Introdução

Hoje as políticas públicas estão presentes em todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos. Isso ocorre, pois esses locais necessitam de políticas de emergência; e esse é um dos papéis das políticas públicas (PP's): construir estratégias para resolver objetivos definidos e obter determinados resultados. Segundo Sposito e Carrano (2003:17) elas podem ser entendidas como um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”.

Dessa forma, uma PP sempre terá um objetivo, uma meta a ser cumprida, por isso sempre terá um caráter educacional, econômico e também ligado à saúde, bem estar, enfim, focando as necessidades de uma população em que as políticas governamentais não estejam alcançando seus objetivos ou não existam ações para resolver determinada demanda. A política pública também se caracteriza por interferir na distribuição, acesso e no conteúdo de bens públicos, por estar diretamente ligada ao que se faz com o montante arrecadado a partir da colaboração das pessoas que vivem em um estado.

Para entendermos melhor o que é uma política pública, podemos observar resumidamente como é o seu processo de desenvolvimento, que passa por vários estágios, os quais vão desde a escolha do tema até a sua implantação e avaliação. Primeiramente, para se criar uma PP é necessário identificar um problema que possua um tema relevante. Nesse processo, as autoridades públicas ou decisores (*policy makers*) voltam sua atenção para tal. Num segundo momento, denominado agenda pública (*agenda-setting*), o tema proposto ganha o status de assunto sério para o qual deverão ser formuladas políticas públicas. Depois de se pensar em criar uma PP, ela é realmente formulada e são feitos esforços para obter apoio suficiente para que essa formulação seja estabelecida como uma proposta governamental. Após essa etapa, acontece a implementação por meio de programas públicos e da burocracia governamental executada com auxílio dos cidadãos, organizações não governamentais, estados federativos e municípios. E, por fim, deve haver uma análise e avaliação para examinar as conseqüências das ações políticas tomadas, incluindo verificar se a política pública em questão alcançou seu objetivo.

Segundo Araújo e Lima (2003:85), “a desigualdade social brasileira tem fortes raízes, que necessitam ser sempre consideradas na elaboração de políticas e na formação de expectativas quanto a resultados imediatos de programas sociais”. Percebem-se ações paliativas por parte dos governantes no intuito de responder aos anseios da população.

O presente artigo propõe-se a apresentar a atual situação da juventude brasileira e das políticas públicas para juventude, bem como as desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná – UFPR, gerando reflexões acerca do envolvimento dos jovens brasileiros como agentes de Direito em relação a esta temática.

Situação da juventude brasileira

Conforme as estatísticas analisadas por Leon (2003), os jovens brasileiros sofrem com o desemprego, baixa qualificação profissional, crise demográfica, situação de miséria, vitimização, vulnerabilidade à violência e marginalidade.

Essa circunstância torna-se mais agravante juntamente com a exclusão social e pelo não-acesso à educação, lazer, esporte, cultura, saúde e trabalho. Dessa forma, diminuem as chances dos jovens ascenderem socialmente e principalmente de usufruir seus direitos, como indivíduos que vivem dignamente sua cidadania. Tal situação nos leva a concordar com as afirmações da UNESCO:

Nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações, na medida em que os jovens além de uma promessa de futuro para o país, constituem uma geração com necessidades no presente (UNESCO, 2004:15.).

O Brasil vive um paradoxo em depender da juventude, como sendo uma das categorias de indivíduos que desenvolvem a nação. Todavia, nega a ela condições básicas e necessárias de formação para enfrentar as exigências da era da informação e da revolução técnico-científica. Nesse sentido, Bango (2003) faz uma abordagem que corrobora com a contradição citada:

...devemos buscar um enfoque baseado na constatação de que os jovens são atores estratégicos de desenvolvimento, pelo qual, atenção a ele deveria se basear – antes de tudo – na relevância da incorporação desse setor nos processos de modernização social, transformação produtiva e fortalecimento democrático nos quais se encontram imersos nossos países. (apud Leon, 2003:215)

A juventude pode ser entendida como um grupo⁷ de pessoas que corresponde a uma determinada faixa etária, na qual se encontra biologicamente e socialmente se preparando para uma vida adulta, com responsabilidades e formação de um indivíduo que desempenhará uma função e lugar na sociedade, mas não pode ser encarada como um conjunto homogêneo de indivíduos. A juventude tem suas especificidades determinadas pela região, classe social, história, religião, entre outros fatores. Portanto, a UNESCO concebe a “juventude” da seguinte forma: “

A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias

(...). Dando ênfase especial à identidade juvenil se considera que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns, inclusive por influência da cultura de massa e dos processos de globalização. (UNESCO, 2004:25)

Essas especificidades juvenis não podem ser utilizadas como justificativa para reafirmar as desigualdades sociais, conceder direitos e conceber necessidades aos indivíduos conforme seu estrato social. Essas particularidades devem ser analisadas e respeitadas, com o intuito de conceder aos jovens, o que lhes são de direito, sem restrições e segmentações, encarando-os, acima de tudo, como cidadãos.

Juventude e políticas públicas

É relativamente recente na sociedade brasileira a discussão acerca da importância da implementação de políticas públicas específicas para a juventude. Tal discussão é permeada por uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direito. (Sposito & Carrano, 2003).

Infelizmente, as políticas públicas para os jovens acontecem quando estes se tornam algum tipo de problema ou uma ameaça social, conforme exposto por Sposito e Carrano (2003:17): “Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas”. Ainda assim, a grande maioria dos jovens, como já foi dito, não sabe aproveitar os programas destinados a eles, ou por falta de informação ou por desinteresse. Às vezes, pelo próprio processo cultural, os jovens como a sociedade em geral estão muito acostumados com o assistencialismo.

Segundo Reyes (2005), o tema recebeu maior dinamismo a partir da década de 80, ano declarado pelas Nações Unidas como “Ano internacional da Juventude”. Segundo este autor, a partir desta data as reformas para responder a complexidade do contexto socioeconômico pelo qual o país passava afetaram importantes segmentos sociais, entre eles a juventude, que começou a organizar-se politicamente, apesar do contexto repressivo. Foi a partir desta organização que a juventude começou a se consolidar como assunto relevante na agenda política internacional e nacional, o que resultou em uma ênfase maior à construção de planos, programas e políticas, com objetivo de melhorar as condições de vida e as oportunidades dos jovens, especialmente os mais relegados em zonas urbanas e rurais.

Apesar da discussão em torno do tema – “Políticas Públicas para Jovens” – no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, ou seja, políticas não orientadas pela idéia de que os jovens representam a formação de valores e atitudes das novas gerações. Além disso, as poucas políticas públicas feitas para os jovens não conseguem atingir a todos (Sposito & Carrano, 2003).

Estes mesmos autores defendem que as políticas públicas de juventude são mais que formas de conceber soluções para problemas da atual condição juvenil, seriam oportunidades dos jovens agirem ativamente na produção de representações e de organizações. Trata-se da importância de conscientização e formação política, conforme Reyes (2005:03) relata: “os esforços de alguns países para se levar em conta um enfoque de política feita com e a partir da juventude (...) implica em processos participativos e de conscientização da cidadania”.

Em 2003, Leon apontava para a condição da juventude brasileira: o único país onde não

havia um canal de participação das organizações de juventude; o único onde não existia um órgão de governo para o desenvolvimento de programas específicos. Este autor apontava para a importância da existência de um Conselho ou Plataforma de Juventude que suprisse essa necessidade de caráter participativo.

As discussões em torno da temática “políticas públicas para a juventude” têm avançado através de ações como o projeto lei nº 4530/2004, o qual resultou na medida provisória nº 238 que “Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pró-Jovem, cria o Conselho Nacional de Juventude - CNJ e cargos em comissão, e dá outras providências”. A MPV 238 foi convertida na Lei nº 11.129 de 2005. (BRASIL, 2005).

Em agosto de 2005, aconteceu em Brasília a primeira reunião do Conselho Nacional da Juventude. Tal organização vem se consolidando na busca de alcançar algumas metas como o aumento da participação política da juventude e a colocação das questões da juventude na agenda do Congresso Nacional.

Em novembro de 2005, em sua segunda reunião ordinária, o CNJ⁸ apontou de maneira consensual para a necessidade de maior integração entre os Programas e ações. Segundo o Conselho, a atual Política Nacional de Juventude – “descentralizada e executada em diferentes espaços governamentais – somente se consolidará se todos os Ministérios levarem em conta a perspectiva de juventude” (BRASIL, 2005), comprometendo-se a garantir a complementaridade entre os Programas e Ações voltadas para a juventude.

Leon (2003) já levantava reflexões acerca da importância de ações que garantam processos participativos e de conscientização da cidadania apontando para o fato de que as políticas públicas executadas pelo governo Federal e Estadual são muitas vezes insuficientes e ineficazes, devido à falta de integração entre elas, a completa exclusão dos jovens e de suas organizações nos processos de decisão, além da falta de incentivo ao aprendizado e ao controle social responsável realizado pelos próprios jovens em seus conselhos ou redes.

Nesse sentido, o Conselho Nacional da Juventude propõe-se a desempenhar um papel crítico e prepositivo, contribuindo para a diminuição da fragmentação entre os Programas e Ações, na busca da consolidação de uma Política Nacional de Juventude no Brasil.

Políticas públicas na UFPR

Estamos em uma fase de mudanças no ensino superior, que visa à necessidade de acesso, à diversidade de indivíduos e à permanência desses - de olho na juventude brasileira – sendo estratégia para melhorias.

Foi estabelecido, na reforma da educação superior, o Plano Nacional de Educação, elaborado para o decênio 2001-2010, determinando que ao final do período sejam ofertadas matrículas em cursos superiores correspondentes a 30% da população de jovens entre 18 e 24 anos, conseqüentemente será necessário dobrar essa população nos próximos seis anos. Brasília, dois de agosto de 2004.

No artigo “políticas públicas e jornalismo para a promoção de desenvolvimento humano”, Alencar (2003) chama a atenção para a avaliação das políticas públicas, que têm como

objetivo o acesso da sociedade a todos os benefícios públicos oferecidos pelo Estado. “A realidade é que quase nenhuma avaliação é realizada para se saber se determinada política pública cumpriu o que estava no papel ou se obteve os resultados a que veio” (Alencar, id.:19). Esses “resultados” devem ser bem avaliados no sentido de diagnosticar se tais políticas estão acontecendo.

Estamos vivendo num século em que a meta de políticas públicas está voltada para a juventude, sendo a faixa da sociedade que teve um atraso preocupante na apresentação de planos, programas e políticas consistentes, que visasse melhorias na vida de milhões de jovens.

Existem muitos planos, políticas e programas para a juventude, mas o sistema público não deve ser restrito, tanto na quantidade de vagas ofertadas quanto na capacidade de contemplar a diversidade regional, social e étnica do país. As políticas tendem a atingir um perfil social, mas qual a adaptação desse indivíduo frente às políticas lançadas para melhoria dessas?

Infelizmente, é uma realidade que se construiu no Brasil, um processo de exclusão da classe menos favorecida economicamente. Quem tem mais dinheiro, estuda em escolas de Ensino Médio bem equipadas e cursa pré-vestibulares, acumulando maior probabilidade de ser aprovado nos concursos seletivos das universidades públicas. Já os que advêm de classes menos favorecidas, quando chegam ao final do Ensino Médio, feito muitas vezes em horário noturno, nas sobras do tempo de trabalho, estão despreparados para o tipo de vestibular praticado pela maioria das instituições públicas, são reprovados, como se não tivessem “capacidade”.

Mas acontece um fato nítido, os concursos seletivos das universidades públicas testam mais conteúdos que aptidões. No entanto, pode ocorrer um aumento significativo, a oportunidade de serem admitidas pessoas das classes populares, ampliando o número de vagas nos cursos de graduação, em especial, se oferecidos nos cursos noturnos.

Podem-se ter muito mais políticas públicas para a juventude, e consistentes, com a participação destes. Ser político e ser cidadão é “participar”, mas participar também do planejamento. Segundo Silvério (2003) “No que diz respeito à educação propalada como a política pública chave para o equacionamento e superação das iniquidades sociais de diferentes origens”. Educar a sociedade de modo que os indivíduos participem da criação de políticas públicas e a juventude da sua própria inserção em vários meios, que são seus por direito.

Princípios decretados pelo Congresso Nacional: primeiramente o princípio da igualdade de oportunidades para o acesso à educação escolar em todos os níveis, consagrado no art. 206, I, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. O segundo é o que consagra o dever do Estado como garantidor de acesso aos níveis mais elevados do ensino, “segundo a capacidade de cada um”, consignado na Constituição (art. 208, V, e art. 4º, V, da Lei nº 9.394, de 1996). Esse “acesso à educação” dita para todos, porém deve ser de qualidade e levar em consideração as diferentes condições que vivem a população, ou até mesmo cada indivíduo. E a universidade também tem o papel de integrar esses indivíduos e sustentar sua perma-

nência dentro da própria, para que ao sair sejam protagonistas em sua comunidade.

Hoje o que temos da Universidade Federal do Paraná – UFPR resume-se em cerca de nove resoluções vigentes do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário, visando acesso e permanência de jovens estudantes. As mesmas podem ser consultadas no site da universidade: <http://www.ufpr.br>.

Considerações finais

Julgamos indispensável a consciência e planejamento dos governantes para implementação de políticas públicas para e com a participação da juventude brasileira, proporcionando oportunidades destes transformarem sua situação na sociedade. Dessa forma, existe a necessidade de compreender a juventude como uma classe organizada e atuante.

Percebe-se, através das idéias apresentadas neste artigo, que existe pouca reflexão a respeito de políticas públicas para a juventude nas universidades, porém espera-se um aumento do envolvimento dos jovens neste tema, uma vez que as discussões vêm tomando espaço em projetos e programas de extensão como o próprio “Conexão de Saberes⁹”, em que os jovens têm a oportunidade de atuar como agentes que refletem acerca de políticas para sua própria classe. Porém, vale ressaltar que programas como este não abrange toda a comunidade acadêmica. Além disso, muitos não se interessam em se envolver em discussões neste sentido, nas quais pré-concebemos como fator cultural e até mesmo pela visão individualista que há dentro da comunidade acadêmica. A universidade deve rever isso e, que ao final do curso, tenha um profissional, contido de competência e preocupado com os problemas da população.

Referências:

- ALENCAR, R. Políticas Públicas e jornalismo para a promoção do desenvolvimento humano. In: <http://www.acaoeducativa.org.br/EmPauta/EmPauta3.pdf>, <acessado em maio/2006>.
- ARAUJO, T. P.; LIMA, R. A. Políticas públicas e redução da pobreza. In: *Política Social Preventiva: desafios para o Brasil*. BENECKE, D. W.; NASCIMENTO R. (orgs.), Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.
- BRASIL, <https://legislacao.planalto.gov.br> <acessado em jul/2006>
- INTERAGIR, <http://www.interagir.org.br/politica/> <acessado em jul/2006>
- LEON, A. L. P. Juventude brasileira: geração problema ou oportunidade de desenvolvimento? In: *Política Social Preventiva: desafios para o Brasil*. BENECKE, D. W.; NASCIMENTO R. (orgs.), Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.
- REYES, Y. C. Morfologia e cenários das políticas públicas para a juventude: uma leitura do perfil regional e da expectativa Latino-americana. In: *Conferência do 17º aniversário Fundação W.K. Kellogg: Associando-se com a juventude para construir o futuro*. São Paulo, 2005.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Nº. 24, Set. / Out. / Nov. / Dez 2003.
- SILVÉRIO, V.R. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnicas-raciais no Brasil*. São Carlos- SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos- EDUFSCAR, 2003. V1.

UNESCO. Políticas Públicas de/ para/ com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

WAISELFSZ, J. J. *Relatório de desenvolvimento juvenil 2003*/ Julio J. Wais Brasília: UNESCO, 2004.

Notas:

¹ Graduanda do curso de Geografia pela UFPR.

² Graduanda do curso de Estatística pela UFPR.

³ Graduanda do curso de Terapia Ocupacional pela UFPR.

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia pela UFPR.

⁵ Graduando do curso de Letras pela UFPR.

⁶ Pedagoga, docente da Universidade Federal do Paraná.

⁷ “A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade social. Mas, nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo” (...). (UNESCO, p. 25. 2004).

⁸ Secretaria-Geral da Presidência da República

– Conselho Nacional da República

– Conselho Nacional da Juventude - Boletim informativo n.º 03

– Relato da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Juventude

– 10 e 11 de Novembro de 2005

– Parlamundi

– LBV

– Brasília.

⁹ O Programa Conexões de Saberes oferece a jovens estudantes de origem popular a possibilidade de produzir conhecimentos científicos e de intervir em território popular. O programa permite ainda o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes do impacto das políticas públicas desenvolvidas, em espaços populares. Na UFPR, as atividades são desenvolvidas no Vale do Ribeira, trabalhando com a população local.

Políticas públicas e modos de (des)governar a juventude

Bianca de Oliveira Ruskowski¹
Bruno Carlo Cerpa Aranda²
Gabriela Bonneau Silioni³
Geraldo Magela Campani de Castro Figueiredo⁴
Marcos Vinicius da Silva Goulart⁵
Mateus Silva⁶
Palmo Celestino Ribeiro Franco⁷
Vagner Medeiros Corrêa⁸

Introdução

Este trabalho é resultado de estudos e debates em torno da temática “Juventude e Políticas Públicas”, proposta pelo Programa Conexões de Saberes, vinculado à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No entanto, não se restringe ao vivido no Grupo Temático de Pesquisa, dizendo respeito, também, a todo um conjunto de atividades paralelas desenvolvidas nos Territórios, ou seja, nos locais onde atuamos e somos desafiados a pensar a questão da Extensão/Pesquisa frente aos saberes das comunidades de que nos aproximamos nestes últimos 12 meses.

Com o passar do tempo, nos demos conta de que um dos pontos altos de nosso trabalho seria justamente a proximidade entre o tema “Juventude e Políticas Pública” e a nossa condição atual. Como bolsistas do projeto, somos abrigados sob o toldo de uma política pública:

Com meus 26 anos, poderíamos dizer que sou um adulto em idade, mas dependendo de algo além de mim: políticas públicas e pessoas que ainda são responsáveis por mim, meus pais”. Ao mesmo tempo, todos estamos em nossa juventude plena: “Então, me deparei com um dilema, não poderia pensar a juventude sem incluir-me nela, afinal vivo uma condição juvenil, pois tenho 23 anos, sou estudante e desfruto de alguns ‘privilégios’....

No entanto, tivemos que tomar uma certa distância com o intuito de abrir os olhos para algumas realidades. Já que:

É visível que até para usufruir uma política pública (seja o estudo, a saúde, a cultura, etc.) é necessário fazer parte de uma elite. É preciso ter acesso, um mínimo de condições financeiras, ter conhecimento (no sentido de saber onde e como consegui-las) e ter uma base para isso.

Nosso objetivo, então, foi explorar a capacidade de entender esta temática desde dentro:

isto nos é de grande valia, pois temos a possibilidade de desenvolver um trabalho sobre a juventude, sendo juventude, e questionar a maneira como somos tratados, pois estamos raciocinando sobre isso e não apenas recebendo de cima para baixo.

Com isso, focamos nosso estudo no poder que a lógica do consumo e as políticas públicas têm ao construir um modo de ver a juventude em que os jovens são tolhidos e as desigualdades são estimuladas entre as diversas juventudes brasileiras:

Não tenho um emprego, não tenho a minha casa, não tenho o meu carro;

Se não houvesse tanta desigualdade social e racial entre os jovens, não haveria a necessidade de existir uma política pública para jovens. Acho que esse é o fator principal que me leva a estudar esse assunto: como fazer com que não tenha mais a necessidade de se fazer políticas públicas para jovens?

Compreendemos que nossa tarefa não era tão simples quanto parecia. Em primeiro lugar, havia o desafio da proposta da escrita coletiva, abrangando, dentro das mesmas linhas, os pensamentos de jovens em diferentes caminhadas e cursos. A formação constituída em diferentes paradigmas, por um lado, somou ao ampliar o campo de reflexão e, por outro, causou algumas dificuldades que só entende quem passa por um processo de escrita a várias mãos.

Também temos em mente que esta produção foi feita para ser usada nas atividades que desenvolveremos nesta nova etapa do projeto. Não queremos que estas linhas fiquem caladas em alguma prateleira, tampouco as dos colegas de outras Instituições Federais que complementarão nossos questionamentos.

Mais que respostas, propomo-nos a lançar perguntas. Mais que essencializar e fixar uma imagem de juventude, queremos mostrar o caleidoscópio existente. Mais que aceitar o que está dado, questionamos a maneira como essas políticas públicas se constituem e constituem seu público.

As diversas juventudes

Definir precisamente o que é juventude não é uma tarefa fácil, pois diversas são as concepções existentes. Concepções essas que se apresentam mutantes com o passar do tempo, fazendo jus à afirmação de Adorno: “*Só os conceitos que não têm história podem ser definidos*” (apud Mattos, 1995:09).

Em meio a esta nossa ânsia de conceituar a juventude, observamos problemas que podem ser expressos em duas questões principais com o intuito de nortear o estudo:

a) Seria mesmo possível delimitar um conceito homogêneo e absoluto para a juventude? É imprescindível levar em consideração que este conceito, como qualquer outro, é relativo e seu significado depende de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, etc.

b) Quem, e desde qual lugar, concebe a juventude? Ora, não é ao acaso que o conceito de juventude assume aspectos diferentes – por vezes contraditórios – de acordo com o contexto em que se insere. Sendo assim, podemos encontrar, ao mesmo tempo, uma visão idealizada de juventude, formada por uma pequena parcela dos jovens de nosso país; e uma outra, de caráter fortemente preconceituoso, que restringe a juventude ao estigma do problema social, sobretudo ligado à violência e à criminalidade.

É o que anota José Machado Pais (2003), ao propor que a juventude seja entendida enquanto um objeto que está “*pré-construído*” por demais e, como tal, precisa ser destruído para eventualmente ser reconstruído. Essa perspectiva evidencia a necessidade de que

se estabeleçam rupturas com o modelo atual, que enxerga a juventude desde um ponto exógeno e desconsidera uma quantidade de itens que seriam fundamentais no que tange a esta problemática. Segundo este autor, o conceito juventude deve ser encarado a partir de dois eixos semânticos: a) como unidade, quando referida a uma fase da vida; e b) como diversidade, quando estão em jogo diferentes atributos sociais que distinguem os jovens uns dos outros. Dessa forma, a juventude deve ser vista ora como um conjunto homogêneo, se comparada a outras gerações, ora heterogêneo, se examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens entre si.

Renato Janine Ribeiro (2004) constata que tornou-se possível, como nunca antes, recuperar a juventude, pois ela até se tornou um ideal. Essa observação traz um elemento novo para nosso debate, pois explica a tendência de se valorizar e compreender a juventude numa perspectiva *a posteriori*, ou seja, dotada de um viés nostálgico de quem já não pertence efetivamente a essa condição, mas busca recuperá-la através da assunção cultural e simbólica de valores identificados com o público jovem. A assimilação de tais valores se dá de forma bastante intensa, sobretudo através da lógica do mercado. Como vimos, a noção de juventude não é estática, mas seguidora de um movimento contextual que a produz. Em nosso contexto histórico, a juventude, como grupo homogêneo e comparado a outras gerações, tem seu comportamento idealizado pelos mecanismos de consumo, marca do capitalismo de nossos dias.

Isso fica claro quando percebemos que boa parte dos produtos anunciados nos meios de comunicação de massa que se destinam ao público jovem não estão restritos a uma faixa-etária cronologicamente demarcada, “podendo” ser consumidos por todos aqueles que, de alguma maneira, se acham jovens.

A esse respeito, Maria Rita Kehl (2004, p. 93), pondera que:

(...) poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que se oferecem ao adolescente contemporâneo – mas a imagem do consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais (...) o que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumir.

Considerando essa lógica, que passou a ditar a maneira como se concebe a juventude no Brasil, percebemos, por um lado, uma fatia em condição social de extrema “carência”, enquanto não consumidora e, portanto, excluída. Por outro lado, percebemos uma outra, em condição social considerada mais favorável, incluída pela via do consumo, independentemente do quanto este consumo possa vir a melhorar o comportamento individual e a conscientização da juventude. Sendo assim, viver este ideal de juventude pré-concebido não é possível para todos os jovens e, à medida que o Estado assume para si a função de incluir jovens excluídos, espera-se dele que resolva este problema.

Questões sobre as políticas públicas para os jovens no Brasil

Sob a égide da dicotomia “incluídos / excluídos”, procuramos estudar o perfil das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro através das políticas públicas para a juventude. Age

o Estado no sentido de possibilitar alguma autonomia por parte desses jovens ou será ele mero operador de políticas de controle social de um determinado grupo?

Sposito e Corrochano (2005) fazem uma análise de alguns programas formulados nos últimos anos para a juventude. As autoras apontam que o jovem é encarado, simultaneamente, como fonte e vítima de problemas sociais e, como correlata desses dois papéis, surge a cobrança de protagonismo social para o desenvolvimento de sua comunidade. Essas políticas podem seguir dois caminhos analíticos: um situado na concepção de cidadania promulgada por esses programas, e outro na gestão do tempo livre dos jovens. Isso se deve à construção de uma imagem de juventude baseada na compreensão de que os jovens pobres são perigosos.

Sposito e Carrano (2003) partem do princípio de que as políticas públicas existem através de um conjunto de ações que estão articuladas a recursos próprios e envolvem um certo tempo para sua adequada implementação e uma série de relações entre o Estado e a sociedade civil. Soma-se a isso o fato de que no Brasil as mesmas políticas sociais voltadas para os jovens abrangem as demais faixas etárias. Rúa (*apud* Sposito e Carrano, 2003) propõe uma análise das políticas públicas como um conjunto de decisões e ações que se destinam a solucionar problemas políticos. Sua análise destaca que, somente no final dos anos 90, as políticas públicas destinadas aos jovens foram reconhecidas como problemas de natureza política que demandam ações dos poderes executivos e da sociedade civil.

A reflexão sobre essas análises (Sposito e Carrano, 2003; Sposito e Corrochano, 2005) nos leva a discutir como tais políticas influenciam a vida de jovens como nós, autores deste artigo, estudantes de uma Universidade Pública e alvo de uma política pública⁹ que visa nossa permanência acadêmica. Somos jovens “incluídos” ou “excluídos”?

Evidentemente não somos um problema social, se considerarmos jovens na mesma faixa etária sem possibilidade de estudo, lutando pela sobrevivência e, por vezes, envolvidos na criminalidade. Ao mesmo tempo, usufruímos de políticas públicas às quais eles também têm direito – poderíamos até dizer que têm mais direito, dada a situação em que se encontram – estão inseridos na “categoria” jovem como nós, mas sem acesso por viverem numa realidade que não lhes permite a inclusão em tais políticas.

Com isso, nos perguntamos como essas políticas públicas, ao construírem uma concepção de juventude, produzem um discurso no qual (con)formam os jovens brasileiros. Partindo da análise de Foucault (1989) sobre o Estado, o foco do governo na população saudável, na economia do poder e no disciplinamento dos corpos implica disputa e relações de resistência. Essas políticas, ao tentarem gerir o tempo livre dos jovens, não serviriam para um controle social dessa categoria que é encarada como fonte de mudança e rebeldia? Seguimos pelo debate de como as relações de resistência se manifestam no cotidiano e de como se formam e se organizam.

Possibilidades de (des)governo

Por que existem políticas públicas? Como o Estado pensa políticas públicas para a juventude? Como ela produz modos de pensar e agir? Ao começarmos a estudar o assunto, nos

demos conta da variação existente nas teorias sobre o entendimento de juventude, também sobre as diferentes possibilidades de se pensar as políticas públicas a partir dos diferentes níveis de atuação. Assim, uma reflexão acerca do papel do Estado e dos modos de governar a população é importante, conforme discute Foucault (1989). O autor se propõe a mostrar a relação histórica entre os movimentos que: 1) colocam a população como um campo de intervenção do governo e 2) deslocam a economia da realidade como setor específico e também a situam sob intervenção do governo.

Tomando o conceito de governamentalidade de Foucault, podemos pensar sobre os procedimentos e as análises que compõem as táticas do exercício de poder através das políticas públicas para a juventude. O alvo não constitui somente a juventude, mas a população. A noção de “juventude” vai sendo sustentada por saberes e instrumentos técnicos, identificada pelas demandas da economia vigente e reconhecida pelos próprios jovens. Podemos retomar a noção de ideal de consumo, que marca de forma intensa a perspectiva do conceito de juventude, como referência para normatizar a juventude de nossa época. Assim, os modos juvenis passam a fazer parte de formas específicas de governar que alimentam os dispositivos de segurança do Estado.

Portanto, a juventude é vista, muitas vezes, como um grupo homogêneo segundo a norma de um ideal de consumo, conforme analisamos anteriormente, que necessita de algum tipo de controle por parte do Estado para ser “incluída”. Esse período pode ser entendido como uma fase de “tutela”, na qual a família pouco consegue atuar e o indivíduo ainda não tem uma capacidade de seguir um “caminho autônomo”, ao menos o caminho esperado por este ideal.

O discurso dos órgãos estatais é a perspectiva de “encaminhar” os jovens para o mercado de trabalho $\frac{3}{4}$ que há muito se encontra saturado $\frac{3}{4}$ ou, quando necessário, de recuperá-los, seja de uma defasagem na educação (através dos programas de capacitação, bastante criticáveis), seja de uma defasagem de conduta (por meio de medidas sócio-educativas, aqui incluída a carceragem). Mas essas “recuperações” têm sempre, como fim último, a inserção social no mundo do trabalho. Assim, as políticas públicas são normatizadoras ao enfatizarem um “comportamento esperado” da juventude, desconsiderando “as diversas juventudes”.

A partir disso, temos em nossa sociedade uma profunda contradição no que tange a esses indivíduos, lembrando que, por um lado, a publicidade faz deles um alvo de consumo e, por outro lado, o Estado não tem capacidade de proporcionar oportunidades necessárias para que esse status de consumidor se concretize efetivamente. Esse paradoxo alimenta a marginalização e a criminalidade e reforça o estigma carregado pela juventude.

Sendo assim, quando o Estado, que detém o *poder simbólico*¹⁰ (Bourdieu, 1996) para legitimar as fronteiras nas quais se diz quem deve e quem não deve ser foco de uma política pública, legitima essa concepção de juventude, estigmatiza o jovem que é atendido pela maior parte dessas políticas como pobre, com baixa escolaridade, sem trabalho, enfim, um criminoso em potencial. Esse perfil produz a imagem de que a juventude da periferia necessita ser contida pelo Estado, de que ela é culpada pela violência existente, de que não está preparada para o “mercado de trabalho”, etc.

Todavia, ao exigir em contrapartida um retorno para a comunidade de origem, muitos programas deixam em aberto de que forma isso vai se dar. Assim, existe uma brecha na normatização que homogeneiza. Dessa forma, estamos nós aqui, jovens, oriundos de comunidades populares atendidos por uma política pública pensando sobre juventude e políticas pública e refletindo sobre que juventude é a nossa, sobre a eficácia dessas propostas e, principalmente, sobre o sistema que gera a necessidade dessas políticas.

Em um dos trabalhos de extensão que desenvolvemos no bairro Restinga (Porto Alegre), realizando uma oficina de comunicação comunitária para jovens entre 17 e 24 anos, dentro de uma política pública governamental, percebemos e vivenciamos uma outra experiência de política pública de juventude. Assim como nós, os jovens ganhavam uma bolsa para permanecerem nessa oficina e em outras do mesmo projeto. No entanto, esses jovens, em sua maioria, já haviam participado de outras políticas públicas que visavam a formação para o mercado do trabalho. Em uma ocasião perguntamos por que esses jovens procuraram aquela política pública. A maioria respondeu que era por causa da bolsa ou pela falta do que se ocupar. Muitos não tinham o que fazer em casa, queriam apenas preencher o seu tempo livre a fim de não pensarem “besteira”: o famoso “cabeça vazia oficina do capeta”. E essa cabeça vazia, nesse caso, poderia ser presa fácil da criminalidade, ou quem sabe, atuar em algum trabalho comunitário ou movimento social, pois essas são as poucas possibilidades que um jovem de periferia tem quando não está inserido no mercado de trabalho.

No nosso caso, se compararmos o nosso programa e o projeto das oficinas, teríamos a distinção entre jovens periféricos que ascenderam socialmente, quando relacionados a outros jovens de periferia, e jovens que ainda se encontram em situação de risco devido à sua não inclusão no mundo do trabalho. Podemos pensar que, pelo fato de estarmos na Universidade, já estamos incluídos no mundo do trabalho, pois as possibilidades e oportunidades que teremos serão muito maiores em relação às daquele jovem em situação de risco.

Mais uma vez, são os critérios da política pública que produzem a imagem do jovem atendido. Pensamos na função do exame e dos formulários (produzidos por essas políticas) para a normatização de um comportamento que enquadra todos os outros numa escala entre o normal e o desviante, produzindo sujeitos e proporcionando uma economia do poder, já que introjeta no sujeito seu vigilante (Foucault, 2003). Dessa forma, uns são jovens que “venceram” os obstáculos e “merecem” uma oportunidade para continuar seus estudos; outros, jovens que são considerados “desviantes” e propícios à marginalização (no sentido de estarem à margem do padrão, seja pelo crime, seja pela atuação no movimento social). Assim, na lógica da sociedade atual, podemos considerar que ao sermos, nesse projeto das oficinas, mediadores dessa política e oriundos da mesma situação social, estamos nós servindo à difusão desse padrão.

Nesse sentido, no caso específico das oficinas de comunicação do bairro Restinga, percebemos que atuávamos – ainda que involuntariamente – como uma espécie de exemplo a ser seguido, tendo em vista que partilhávamos da mesma origem social dos jovens atendidos, estando, porém, em posições sociais bastante díspares. Nesse caso, então, do ponto de vista do paradoxo “normal x desviante”, estávamos materializando o padrão “normal” que deve ser buscado por todos aqueles sujeitos jovens “desviantes”.

O Programa Conexões de Saberes da UFRGS vem trabalhando – através de seus bolsistas – em outras comunidades populares, em diversas áreas de atuação (alfabetização em língua portuguesa em aldeia indígena guarani, educação popular em galpão de reciclagem, curso pré-vestibular popular) e se defrontando dia-a-dia com o seu fazer. Sendo assim, é interessante notar que, como uma política pública, o próprio programa Conexões abarca uma série desses conflitos. Essas problematizações têm contribuído no sentido de, a partir de nossas práticas, não só percebermo-nos como jovens atendidos por uma política pública, mas também como sujeitos da ação que busca transformar o real com outros jovens da mesma origem, porém com outras experiências.

Ao pensarmos sobre essas questões nesse artigo, analisamos o modo como somos produzidos por essas políticas e, nessa relação do saber-poder, avançamos. Foucault (2003a:349), ao ser perguntado sobre o efeito “paralisante” de suas análises, explica que o seu problema “*é o do sujeito da ação – da ação através da qual o real é transformado*”. Assim, se os atos, os gestos e os discursos tornam-se problemáticos, é para que se discuta sobre o que não está funcionando, mesmo que não se saiba o que fazer. É essa possibilidade que proporciona o despertar para os problemas e a tomada de consciência de outros modos de agir.

Referências:

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. Mesa-redonda de 20 de maio de 1978. IN: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. IN: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MATTOS, Olgária. *Os arcanos do inteiramente outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. 2ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1995.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: O que fica de Energia. IN: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SPOSITO, Marília P; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In.: LEÓN, Oscar D. (Org.) *Políticas públicas de juventud en América latina*. Vinã del Mar, Chile: Ediciones CIDPA, 2003.
- SPOSITO, Marília P; CORROCHANO, Maria C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v.17, n.2, 141-172. 2005.

Notas:

¹ Estudante de Ciências Sociais – Noturno / UFRGS.

² Estudante de Biologia / UFRGS.

³ Estudante de Letras / UFRGS.

⁴ Estudante de Engenharia Elétrica / UFRGS.

⁵ Estudante de Filosofia / UFRGS.

⁶ Estudante de Jornalismo / UFRGS.

⁷ Estudante de Engenharia Elétrica / UFRGS.

⁸ Estudante de Ciências Sociais /UFRGS.

⁹ O Programa Conexões de Saberes.

¹⁰ Sobre o poder simbólico e as formas de legitimação da linguagem ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 311 p. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 188 p. : il.

Políticas públicas para a juventude¹

Luiz Ronaldo Santana²

Fabiela Aparecida da Silva²

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar³

Introdução

Desde a década de 1990, o Governo Federal tem implantado e/ou fomentado um conjunto de ações como parte de uma “política de inclusão social”. Contraditoriamente, isso ocorre em um período de retração de investimentos de recursos na área social, que gerou momentos difíceis em relação à qualidade de vida da população brasileira (Lesbaupin, 1999). Essa “retração” é decorrente de um redimensionamento da estrutura administrativa, econômica e política do Estado brasileiro, a partir da implantação de uma Reforma de Estado⁴, que propõe novas formas de divisão de responsabilidades entre Estado e Sociedade para atender às demandas do movimento do capitalismo (BRASIL, 1995; Bresser Pereira, 1998; Cardoso, 1998).

Nos últimos anos, a inclusão apresenta-se como característica presente das políticas públicas brasileiras. Dentre elas, há as políticas de corte social, que consiste nas ações voltadas ao bem-estar da população. Através da implantação de uma política pública o Estado tenta regular as relações entre capital e trabalho, a fim de garantir uma estrutura básica de manutenção da força de trabalho no processo de produção econômica capitalista (c.f. Esping-Andersen, 1991; entre outros). Assim, essas ações têm caráter contraditório: são formas de assegurar a própria sustentabilidade do modo de produção capitalista, à medida que regula a oferta e a procura de força de trabalho, mas também são impulsionadas pela luta das forças trabalhadoras, que visa à melhoria das condições de vida e do próprio trabalho.

A implantação de uma “política de inclusão” traz presente a idéia de uma população excluída. Políticas públicas que possibilitem a “inclusão” são propostas como uma tentativa de atender as populações consideradas “excluídas” ou “marginalizadas” na sociedade. No entanto, as políticas de inclusão não superam a exclusão, na medida em que não afetam o modo de produção capitalista, mas apenas colaboram para o “ajustamento” ou “acomodamento” da relação entre capital e trabalho. Marx ao analisar as leis da acumulação capitalista afirmou:

... se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população (Marx, 1989:733).

Marx esclarece que o que se chama de “população excluída” encontra sua “inclusão” na lógica capitalista. Depreende-se, portanto, que a “exclusão” é parte da lógica capitalista, para a manutenção de um “exército” de reserva da força de trabalho.

Dentre as populações que têm sido foco das políticas de inclusão, encontra-se a população jovem, que desde a década de 1990, tem recebido atenção através de ações específicas. Diante do exposto, o propósito deste artigo é contribuir para a discussão a respeito das políticas para juventude no atual contexto. Para tanto, utilizou-se a aplicação de um questionário semi-aberto para conhecer a visão de jovens sobre política pública para a juventude. O local empírico foi o município de Corumbá, MS e os sujeitos são pessoas que, no momento estão sendo atendidas por uma ação do Governo Federal: alunos matriculados no cursinho pré-vestibular do Projeto Conexões⁵.

Políticas públicas e juventude no Brasil

Em 1º de fevereiro 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, com o objetivo de consolidar um referencial institucional para o jovem no âmbito do Poder Executivo. Trata-se de uma estrutura específica dirigida à coordenação e à articulação das ações do Governo Federal desenvolvidas nos Ministérios e Secretarias. Segundo exposto em documentos do Governo Federal, pela relevância, singularidade e pelas oportunidades que a questão da Juventude oferece ao desenvolvimento do país, a Secretaria Nacional da Juventude está vinculada à Presidência da República, no âmbito da Secretaria-Geral, que terá a finalidade de propor diretrizes para ações voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude.

A recém-criada Secretaria Nacional da Juventude baseando-se nos números sobre jovens, segundo o último Censo Demográfico, elegeu nove desafios que orientam as prioridades da pauta de políticas públicas para a juventude:

- 1) Ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola de qualidade (51% dos jovens estão fora da escola);
- 2) Erradicar o analfabetismo entre os jovens (3,6% dos jovens são analfabetos, 70% na região Nordeste);
- 3) Preparar para o mundo do trabalho (14,3 milhões, ou 63%, dos jovens não concluíram o Ensino Médio);
- 4) Gerar trabalho e renda (a taxa de 17% desemprego entre os jovens é o dobro da nacional, 9%);
- 5) Promover a vida saudável (em 2001, cerca de 32 mil jovens morreram de causas externas — homicídios, trânsito, suicídios — e consumo de drogas);
- 6) Democratizar o acesso a esportes, lazer, cultura e tecnologia de informação (em 2001, cerca de 21% dos municípios brasileiros não tinham biblioteca pública, 92% não tinham cinema e 24% não tinham um ginásio poliesportivo);
- 7) Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas (cerca de 30% da população carcerária têm entre 18 e 24 anos e 71% das instituições socioeducativas são consideradas inadequadas segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente);
- 8) Estimular a cidadania e a participação social (85% dos jovens não participam de ativi-

dades associativas e/ou comunitárias, segundo dados do Instituto da Cidadania e Sebrae); e

9) Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (a taxa de analfabetismo do jovem na área rural, 10%, é três vezes maior que na área urbana, 3%, e o rendimento médio do trabalho, R\$ 94,00, é bem menor que na área urbana, R\$ 270,00).

Como uma das ações voltadas à inclusão, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Lei 11.129, de 30 junho de 2005, que tem como público alvo jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade entre 4ª e 8ª série e que ainda não estão empregados. Esta é uma política pública que se caracteriza por uma ação emergencial e experimental sancionada pela Presidência da República.

(...) destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros (...), elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. (Lei 11.129, de 30 junho de 2005, Art 1º)

Por tratar-se de um programa experimental foi estipulado pelo governo o prazo de dois anos de validade e conseqüente avaliação dos seus resultados, podendo ser prorrogado por igual período. O jovem participante do programa será beneficiado com uma bolsa de R\$ 100,00 mensais por um período de 12 meses enquanto estiver matriculado no Ensino Fundamental.

Essas são algumas das ações atualmente destinadas a essa população. Em relação às políticas implantadas anteriormente, Sposito & Carrano (2003) realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi identificar quais políticas estavam sendo desenvolvidas em que o jovem era protagonista. Registraram 30 programas/projetos que atendiam jovens na faixa etária de 15 a 19 anos e 20 a 25 anos, além de três ações não-governamentais de abrangência nacional.

Nas análises de Sposito & Carrano (op.cit), três programas são anteriores ao Governo de Fernando Henrique Cardoso e no seu primeiro mandato (1995-1998) foram criados apenas 6 programas, sendo os restantes implantados no 2º mandato. Segundo estes autores:

Entre 1999 e 2002 ocorreu ativação de 18 programas para o setor, número significativo para o período estudado, representando uma verdadeira explosão da temática juventude e adolescente no plano federal, ainda que esta tenha ocorrido num quadro de grande fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática. (Sposito & Carrano, 2003)

Os autores chamam a atenção para a falta de consenso destes programas e projetos em definirem as faixas etárias de crianças, jovens e adolescentes; desenvolvendo programas de foco difuso que atendem esses setores indistintamente. Nesta lógica, identificaram situações onde a infância pode atingir os 14 anos de idade e o jovem ser identificado como maior de 10 anos. Nos alertam, ainda, que analisando a maioridade legal e a idade cronológica, boa parte das políticas acaba excluindo parte de indivíduos que atingem a maioridade e que poderiam continuar a gozar dos seus benefícios. Ademais, verificaram que os órgãos aos quais os programas e projetos estão vinculados não possuem registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas implementadas.

Vemos, pelo exposto, que a implantação de programas voltados aos jovens, até o momento, tem enfrentado alguns problemas, que vão desde a indefinição da idade da população alvo até a falta de avaliação posterior.

Políticas para a juventude e o Município de Corumbá/MS

Cientes dos problemas expostos acerca dessas políticas, buscamos conhecer as ações implantadas do município de Corumbá-MS, a fim de ter elementos que nos levem a conhecer a materialização de tais projetos.

Atualmente no Município está sendo desenvolvido O Projeto Conexões de Saberes: Diálogo entre a Universidade e as Comunidades Populares, que nasceu de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e Universidades Federais distribuídas pelas cinco regiões do país. Em Mato Grosso do Sul, o projeto foi implantado no *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2004. O principal objetivo é atender jovens de comunidades populares, exercendo papel de agente facilitador no ingresso ao Ensino Superior. Neste município, as intervenções ocorrem no bairro Cristo Redentor por ser um dos mais populosos e apresentar um dos mais baixo nível de renda familiar da cidade (Barros e col., 2005)

Segundo estimativa do IBGE/2005, a população do município de Corumbá/MS está em torno de 100.268 habitantes. Com adolescentes de 10 a 14 anos: 10.422; de 15 a 17: 6.488; de 18 a 19: 3.937; de 20 a 24: 8.772 (IBGE - Dados do censo demográfico/2000). Em 2000 a cidade tinha 95.701 habitantes.

Espera-se que a implantação de um programa nesta localidade possa contribuir com o desenvolvimento local, pois a região tem uma economia bastante restrita, baseada na pecuária, no comércio e em um turismo emergente.

No que tange à escolaridade da população, segundo fonte do IBGE/2004, foram realizadas nas escolas do município cerca de 20.178 matrículas no Ensino Fundamental e 4.200 no Ensino Médio (escolas municipais, estaduais e privadas). Considerando a mesma fonte, no censo de 2000/2001 residiam no município 16.631 crianças com idade entre 7 e 14 anos. Em análise quantitativa, há mais matrículas no Ensino Fundamental do que crianças nessa faixa de idade, aspecto no qual parece positivo, pois faz supor que não há problemas de falta de vagas e que todas as crianças podem estar na escola. Analisando sob outro foco, é necessário considerar os alunos que estão fora da faixa etária e que permanecem no Ensino Fundamental (provocando uma distorção idade x série) e que Corumbá faz divisa com a Bolívia e tem alunos daquele país matriculados em suas escolas.

Com a preocupação de conhecer as ações direcionadas aos jovens existentes no município de Corumbá, procedeu-se uma visita à Secretaria de Promoção Humana e Inclusão Social (SEMPHIS) para conhecermos os programas e projetos de atuação da Prefeitura Municipal para a população jovem. Segundo a Secretaria, existem, hoje, políticas que promovem ações com o objetivo de auxiliar os jovens que estão em ambientes familiares envolvidos com a violência, vítimas de abuso sexual, explorações do trabalho infantil. Atuando diretamente com os jovens e muitas vezes dentro da própria família, os programas têm caráter assistencial, orientador e promocional. Estes programas estão distribuídos da seguinte forma:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): programa de transferência direta de renda do Governo Federal para famílias de crianças e /ou adolescentes envolvidos em qualquer situação de trabalho, ou seja, tem por objetivo erradicar o trabalho infantil e atender famílias com crianças de até 15 anos.

Sentinela e Conselho Tutelar Programa de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente: É um conjunto de ações sociais especializadas multiprofissionais dirigido a crianças, adolescentes e suas famílias, envolvidas em violência sexual. Com uma abordagem educativa, atendimento multiprofissional especializado, apoio psicossocial e jurídico, o programa tem por objetivo garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, fortalecimento de sua auto-estima e restabelecimento da convivência familiar.

Agente jovem de desenvolvimento: É um programa assistencial para jovens entre 15 e 17 anos com garantia de bolsas durante um período de 12 meses, cujos objetivos são: fortalecer vínculos familiares, comunitário e social; criar condições para inserção e permanência de jovens no sistema de ensino; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; desenvolver ações que facilitem sua interação e integração tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho.

Medidas sócio-educativas: Assistência para jovens infratores visando à inserção desses na sociedade, com a promoção de esportes, ensino profissionalizante e educação.

Uma avaliação inicial indica que as ações desenvolvidas pela Secretaria parecem deficitárias no que tange ao número de programas desenvolvidos e a abrangência dos mesmos. É visível que o município não atende a demanda da população juvenil quando se observam os objetivos e limites etários das ações coordenadas pela referida Secretaria: O Programa de Erradicação do trabalho infantil (PETI) limita o atendimento até os 15 anos de idade. O Programa Sentinela e Conselho Tutelar (Programa de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes) atende somente a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, não estendendo ações promotoras para a juventude que está fora deste contexto. O Agente Jovem de Desenvolvimento, que tem por objetivo fortalecer vínculos familiares, comunitário e social, tem como público alvo apenas jovens entre 15 e 17 anos. As Medidas Sócio-Educativas atendem os jovens em conflitos com as leis.

Nesta lógica, a Secretaria que tem por dever a promoção humana e a inclusão social não tem atingido a totalidade da população jovem, pela caracterização dos programas implantados. Nesse sentido, Sposito & Carrano (2003) alertam que a falta de critérios para estabelecer uma idade que identifique o limite entre a fase de transição infância/adolescência e adolescência/vida adulta influencia diretamente para que as Políticas Públicas não alcancem a todos os jovens.

O que pensam e esperam os jovens em relação às políticas para a juventude?

Tomando o jovem como protagonista da busca de seus direitos de cidadão, tornou-se relevante identificar o que sabem e esperam das ações provenientes do poder público. Por este motivo, foi elaborado um questionário na tentativa de identificar que políticas públicas

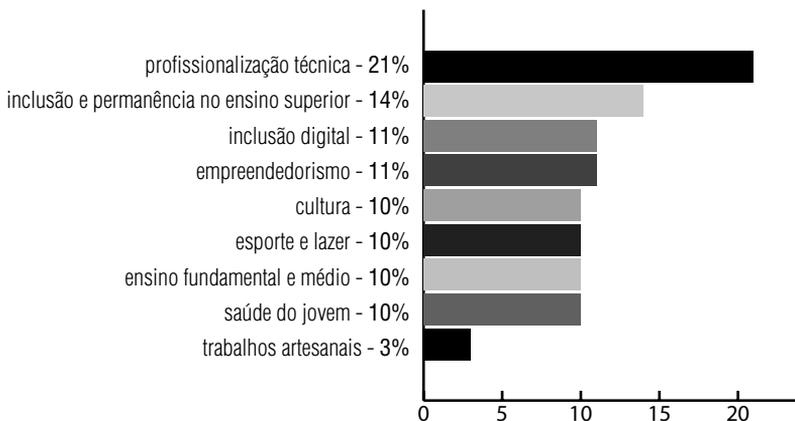
os jovens julgam necessárias para seu desenvolvimento global. Foram entrevistados 22 alunos do cursinho pré-vestibular oferecido pelo Programa Conexões de Saberes no bairro Cristo Redentor na cidade de Corumbá/MS. Utilizou-se como instrumento de investigação um questionário anônimo com questões abertas e fechadas aplicado em caráter voluntário. O mesmo continha perguntas relativas a dados pessoais e sobre a percepção dessa população em relação às ações públicas direcionadas à juventude. Foi inquirido também que ações eles conheciam e se eram beneficiários. A aplicação ocorreu nos dias 21/06/2006 e 10/08/2006, no local onde é oferecido o cursinho pré-vestibular, de forma individual e sem estabelecer tempo para o preenchimento.

Participaram da pesquisa 22 alunos, 21 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idades entre 16 e 33 anos, sendo que 6 deles são menores de 18 anos. Em relação ao estado civil, 20 alunos declararam-se solteiros e 2 casados. Desses, 4 afirmaram trabalhar atualmente como babá, auxiliar de disciplina, serviços gerais e secretária. A respeito do local onde residem, cerca de 72,72% residem no bairro em que funciona o cursinho e o restante em bairros circunvizinhos. De todos os entrevistados, 63% possuem renda familiar de até dois salários mínimos, 32% entre dois e quatro salários e 5% entre quatro e seis salários.

Quanto às suas expectativas de curso superior, citaram Administração, Matemática, Biologia, Letras, Educação Física, Turismo, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil, História e Psicologia como possibilidades de escolha, sendo que da amostra houve duas indefinições neste item.

Em relação às Políticas Públicas, foi perguntado que ações voltadas à juventude gostariam que fossem implantadas no município. O resultado pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1 - Políticas públicas para a juventude que os jovens gostariam de ver implantadas no município de Corumbá/MS



Nota-se, conforme as informações do gráfico acima que os jovens estão mais preocupados em implantações de Políticas Públicas que ofereçam profissionalização técnica. Neste contexto, primeiramente vêem a necessidade de preparação ao trabalho como prioritário. Esse aspecto é discutido por Arpini, que argumenta que:

Para os adolescentes, a necessidade de trabalhar é o que responde de forma mais prática à possibilidade de dar conta das expectativas da adolescência, como ter algum dinheiro para sair, fazer compras, sair com as garotas, cuidar do corpo, etc. Nesse sentido, o trabalho se sobrepõe à escola porque responde a uma necessidade presente, emergente. (Arpini, 2003: 151)

Um outro aspecto investigado refere-se ao conhecimento que estes jovens possuem em relação às Políticas Públicas para a juventude implantadas no Município. Diante da pergunta: “Que ações do Governo estão ao alcance dos moradores desse bairro?”, constatou-se, que 10 jovens citaram os seguintes projetos: Mãos Amigas (ONG - atende crianças carentes em situação de risco); Programa Conexões de Saberes da UFMS; PETI (Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil); Bolsa Escola; Bolsa Família e PAIF⁶.

Segundo estes jovens, as Políticas Públicas para a juventude implantadas pelo governo podem proporcionar benefícios e mostraram-se cômicos dos ganhos advindos por esses programas. Nesta direção, acreditam que podem ser beneficiados com capacitações técnicas para a inclusão no mercado de trabalho e que terão melhores condições para ingresso e a permanência na escola e na universidade. Esperam, ainda, melhoria de qualidade de vida, ampliação de conhecimento cultural e de informações preventivas na área da saúde, enfim, maiores informações de seus direitos como cidadão.

No que concerne aos benefícios que recebem provenientes do governo, foi feita a pergunta “Você recebe algum tipo de benefício que provem do Governo para a juventude?”. Apenas dois alunos mencionaram o curso pré-vestibular do Programa Conexões de Saberes e os demais entrevistados (20) afirmaram desconhecer qualquer tipo de ação implantada.

Os referidos jovens matriculados no cursinho pré-vestibular do Programa Conexões de Saberes encontram-se em uma faixa etária de desenvolvimento pessoal e profissional em que a oportunidade de acesso à educação e conseqüente profissionalização podem contribuir significativamente na formação de cidadãos que vislumbrem um futuro de conquistas.

Resultados e discussão

É possível observar que os jovens participantes da pesquisa são em quase sua totalidade do sexo feminino, fato que pode indicar que as mulheres permanecem na escola por mais tempo. Este dado é preocupante, pois pode demonstrar a evasão masculina na escola e sua redução dos anos de estudo. Um aspecto positivo se deve a observação de que, neste contexto, há alunos que estão dentro da programação ideal (idade x série cursada), quando se verifica que jovens menores de 18 anos cursam o último ano do Ensino Fundamental. Nesta população de maioria feminina é quase unânime o estado civil “solteiro”. Isto pode denotar a preocupação na formação profissional ante ao compromisso marital. De todos, somente quatro desses jovens trabalham. A respeito da renda familiar, o quantitativo de 95% da amostra possui no máximo o ganho mensal de até quatro salários. Este é um dado bastante comum, tendo em vista a realidade local e por se tratar de um dos bairros com a mais baixa renda familiar do Município. Não foi objeto desse estudo o número de integrantes das famílias dos alunos. Neste caso, a relação “renda familiar x composição familiar” pode

sofrer um agravamento dependendo do tamanho de cada família.

A maioria dos cursos pretendidos pelos alunos existe no Município de Corumbá/MS, sendo grande parte oferecida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pode-se perceber que a maioria dos jovens se limita ao Município sem perspectivas de procurar cursos fora da cidade. A baixa renda familiar pode ser um determinante impeditivo nas escolhas de cursos de Instituições de Ensino Superior (IES) em outras cidades e estados.

A maior preocupação dos jovens (21%) está no trabalho e é perceptível que o interesse volta-se para a profissionalização técnica. Observa-se que a educação como acesso à cultura geral parece não ser prioridade.

É relevante ressaltar que, a partir dos dados obtidos, foi verificado que os usuários de “Políticas Públicas” nem sempre se percebem como tal. Um exemplo é o fato de que dos 22 alunos entrevistados do cursinho pré-vestibular do Programa Conexões de Saberes, apenas 2 o identificaram como uma ação pública direcionada à juventude. O acesso à informação sobre os programas parece ser bastante restrito, podendo ser este um dos motivos do baixo índice de conhecimento a respeito da temática abordada pelo presente artigo.

Ao considerar a implantação das políticas de inclusão na sociedade capitalista, pensamos que isoladamente elas não resolverão o problema das populações excluídas, inclusive os que afetam os jovens. No entanto, é necessário ressaltar que ações devem continuar a ser implantadas visando possibilitar a apropriação de conhecimento pelo jovem e a formação global do sujeito.

Entendemos que o jovem necessita muito além da formação formal oferecida pela escola para o mercado de trabalho, pois lhe faltam conhecimentos de cidadania para formação de opinião crítica, que o subsidiem a requerer seus próprios direitos.

Referências:

- ARPINI, Dorian Mônica, *Violência e Exclusão: adolescência em grupo populares*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BARROS e col. *Atlas de inclusão/exclusão social*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- BRASIL. Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.
- BRESSER PEREIRA, L.C. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política – CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. nº45., 1998. pp.49-95
- CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do estado. *Novos Estudos CEBRAP*. Nº50, 1998, pp. 5-12.
- ESPING-ANDERSEN. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*. Nº 24. São Paulo: CEDEC, 1991. pp.85-115.
- IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. www.ibge.org.br. Acessado 10/08/2006
- LESBAUPIN, I (Org.). *O desmonte da nação*. Balanço do governo de FHC. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, K. *O capital*. Livro 1. Vols. 1. E 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, 2003.

Notas:

¹ Colaboraram com este trabalho os acadêmicos José Marcio Soares Mendes, do Curso de Geografia da UFMS – Campus de Corumbá, na coleta de informações e aplicação de questionários e Josidelma Gonçalves da Silva, do Curso de Letras da UFMS, do Campus de Corumbá, nos estudos teóricos e discussão final sobre o texto.

² Acadêmicos do curso de Psicologia CPAN/UFMS

³ Docente do Departamento de Educação da UFMS - Orientadora

⁴ Referimo-nos ao Plano de Reforma do Aparelho de Estado implantada pelo Governo Federal a partir de 1995, no período em que Bresser Pereira foi Ministro da Reforma do Estado.

⁵ O Projeto Conexões de Saberes está implantado no Campus de Corumbá, da Universidade Federal e Mato Grosso do Sul, e uma de suas ações é o oferecimento de um cursinho pré-vestibular para jovens de camadas populares.

⁶ Programa de Atenção Integral à Família, implantado no município com o apoio do Governo Federal.

Juventude e políticas afirmativas de acesso à universidade para negros

O olhar dos estudantes cotistas da Universidade de Brasília - UnB

Fernanda Pereira de Sousa¹
Fernanda Pinto da Silva²
Marisa Gomes Abadia³
Karine Alves Aguiar⁴
Sarita Silva Câmara⁵
Tatiana Travassos Bezerra⁶
Vânia dos Santos Silva⁷
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti⁸

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir o tema juventude, políticas públicas afirmativas de cotas para negros e pertencimento, resultado de pesquisa realizada no segundo semestre 2006, junto aos alunos que ingressaram pelo sistema de cotas para negros no período 2/2004 e 1/2005 na Universidade de Brasília, DF. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista semi-estruturada e quantitativa, por meio da aplicação de questionários. Conclui-se que, o sistema de cotas inclui, mas a idéia de pertencimento vai muito além disso. Não basta possibilitar o ingresso dos estudantes negros, mas é preciso também adotar medidas que viabilizem a permanência desses estudantes de modo a fazer com que ocorra uma real integração entre toda a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Juventude, políticas públicas afirmativas, cotas para negros na UnB e pertencimento.

1. Introdução

O tema juventude, políticas públicas afirmativas de acesso e permanência na universidade pública por cotas para negros é um tema que tem causado muita polêmica e discussões na sociedade brasileira.

É um tema bastante polêmico, uma vez que incita uma discussão de inclusão social, preconceito racial e discriminação. Falar de um sistema de acesso à universidade por cotas para negros provoca uma polêmica entre a juventude que aspira uma vaga na universidade pública e disputa um número cada vez menor de vagas, uma vez que existem cotas.

Incentivados por este debate, decidimos pesquisar e escrever o presente artigo do grupo temático Juventude e Políticas Públicas, delimitando este tema em políticas públicas afirmativas para acesso à Universidade de Brasília-UnB por cotas para negros, para alunos que estejam cursando o terceiro e o quarto semestre dos diferentes cursos abrangendo as três áreas: Humanidades, Ciências e Saúde.

A UnB iniciou a política de cotas para negros no vestibular do semestre 2/2004 e tem repetido até o presente momento, reservando 20% das vagas de cada curso.

O problema a ser pesquisado é: Jovens que ingressaram pelo sistema de cotas possuem um sentimento de pertencimento à Universidade de Brasília?

Os objetivos da presente pesquisa são: verificar o grau de pertencimento do aluno cotista na UnB; identificar se o aluno se declara cotista sempre ou apenas em determinados ambientes ou situações; e como este aluno avalia o sistema de cotas.

A metodologia utilizada na pesquisa foi composta pela revisão bibliográfica, pela abordagem qualitativa, através de entrevistas com pesquisadores e alunos cotistas sobre o assunto, e quantitativa, através da aplicação do questionário contendo dezoito questões fechadas e quatro questões abertas junto a 30% dos alunos que ingressaram pelo sistema de cotas para negros na UnB, no período 2/2004 e 1/2005. Diferentes cursos foram sorteados, abrangendo três áreas, a saber: a) Humanidades (Ciência Política, Administração, Comunicação Social, Filosofia, Arquitetura, Serviço Social, Ciências Econômicas, Pedagogia, Desenho Industrial); b) Ciências (Engenharia, Química, Matemática, Agronomia, Ciências Biológicas); c) Saúde (Medicina, Farmácia e Nutrição).

Os questionários, seguidos de uma carta de apresentação e de um cartaz, foram distribuídos nas secretarias dos diferentes cursos pelo grupo de pesquisadores e pela internet, fazendo uma chamada para que os alunos cotistas que estivessem cursando o 3º e o 4º semestre procurassem a secretaria do seu curso e respondessem o questionário. Além disso, contamos com a colaboração de alguns presidentes dos Centros Acadêmicos que ajudaram na aplicação do questionário. Os alunos que atenderam ao chamado e responderam ao questionário foram 30% do total dos alunos cotistas.

2. Políticas afirmativas de cotas para negros na UnB

As cotas para negros na UnB foram implementadas dentro de um contexto polêmico e tumultuado, em que a opinião pública se divide entre muitos que julgam essa medida como uma forma de promover um apartheid diferenciado, de modo a não resolver o problema na raiz e aqueles que vêem nas cotas para negros uma forma de reparação da dívida histórica.

A política de cotas para negros implementada em algumas universidades públicas não está isenta de críticas, pelo contrário, os debates acerca desta política trazem opiniões divididas. Em audiência no Senado em agosto de 2006, o coordenador do Movimento Negro Unificado, Marcos da Silva, acredita que as cotas vão ajudar a pagar uma dívida do país com os negros. Entretanto, dentre as opiniões que são contrárias, destaca-se a do coordenador do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda que não concorda com a idéia de que as cotas vão combater as desigualdades no Brasil. Já para a professora da UFRJ, Ivone Maggi, as cotas dividem o país e aumentam o racismo e, segundo a sua opinião, ela é “contra a forma, a estratégia de luta porque o sistema de cotas já fez um terrível erro, que é o de você imaginar que as pessoas se dividam porque são brancas ou negras”.

Dentre as opiniões favoráveis, destaca-se Carvalho (2002) que diz que a erradicação do racismo é uma questão de Estado, ressaltando que em 2002 a composição racial da comunidade universitária, na grande maioria formada por brancos é reflexa da sociedade brasileira,

onde os negros são excluídos socialmente. Queiroz (*apud* Carvalho, 2002) revelou que o diferencial de sub-representações de pretos e pardos, na UnB, em relação a sua proporção demográfica no DF chegou, em média, a 30%. Munanga & Sansone (*apud* Carvalho) confirmaram que a discriminação racial no Brasil se estende também às instituições educativas, públicas e privadas, em todos os níveis de aprendizagem.

Henríquez (2001)⁹, sistematizando dados do IPEA (2001), diz que a intensificação da diferença entre brancos e negros vai para além do nível de renda, pois, segundo Carvalho (2002), esse agravamento deriva também da discriminação pela cor e atinge várias esferas da vida em sociedade, entre elas a educacional, tanto que apenas 30% da população negra consegue terminar o ensino fundamental. O autor afirma que “*onde há racismo não há universalismo. Diante disso, ou modificamos nossos critérios de acesso para inverter esse mecanismo automático de favorecimento aos brancos, ou contribuiremos – agora sem a desculpa da ignorância – para a perpetuação da exclusão secular do negro do ensino superior no Brasil*”. (*id.*:15).

Quanto ao questionamento mais comum de porque ao invés de cotas para negros não se faz cotas socioeconômicas ou simplesmente não se melhora o ensino fundamental, o autor argumenta que as cotas socioeconômicas garantiriam o acesso dos alunos brancos pobres de modo que os pobres negros continuariam de fora e a melhoria do ensino fundamental e médio levaria cerca de trinta anos para ter uma igualdade entre brancos e negros (nesse período mais uma geração de negros seria sacrificada).

Enfatizando a defesa da implementação das cotas para negros na UnB, Segato (2002) ressalta que o racismo faz parte da nossa sociedade e se apresenta geralmente de modo natural, irrefletido e freqüente. A autora afirma que o sistema de cotas, em curto e médio prazo, vai permitir que o destino de jovens negros que cursam o ensino médio seja modificado, estimulando assim a confiança dessa população nas instituições e no Estado brasileiro, ou seja, “*por tudo isso, as cotas são uma medida demonstrativa, que conduz aos membros da comunidade universitária e à população em geral em tomar consciência do que é ser negro no Brasil*” (*id.*: 43).

2.1. A questão do pertencimento

A questão do pertencimento abordada na pesquisa fundamenta-se no sentido de pertencimento social. Mourão (2005) afirma que: “Tonnies e Weber teorizaram sobre o fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo, origem e território comum.” (Sá Mourão, L.M., 2005:249).

Esses conceitos permitem afirmar que o ser humano não é apenas um indivíduo em busca de sua realização, de forma independente e autônoma daquilo que ocorre ao seu redor, mas alguém preocupado com a realização do conjunto. Neste sentido, pertencer a um grupo é ter a consciência de viver e se desenvolver num sistema de troca e interação com ele.

Diante da relevância do tema será analisado a seguir se os jovens que ingressaram pelo sistema de cotas para negros possuem um sentimento de pertencimento à Universidade de Brasília.

3.Resultados

Neste segmento são apresentados os resultados dos dados obtidos na pesquisa por meio de questionários e entrevistas enfocando o olhar dos estudantes sobre o sistema de acesso à UnB por cotas para negros e o seu grau de pertencimento.

Num primeiro momento, traçou-se um perfil daquele grupo pesquisado, por renda familiar.

Tabela 1- Renda familiar dos estudantes cotistas pesquisados.

| R\$ | n° | % |
|------------------------------|-----------|--------------|
| Até R\$350,00 | 2 | 3,2 |
| de R\$350,01 até R\$700,00 | 3 | 4,8 |
| de R\$700,01 até R\$1050,00 | 10 | 16,1 |
| de R\$1050,01 até R\$1400,00 | 6 | 9,7 |
| de R\$1400,01 até R\$1750,00 | 3 | 4,8 |
| de R\$1750,01 até R\$2100,00 | 6 | 9,7 |
| de R\$2100,01 até R\$2450,00 | 5 | 8,1 |
| de R\$2450,01 até R\$7000,00 | 21 | 33,9 |
| mais de R\$7000,00 | 6 | 9,7 |
| total | 62 | 100,0 |

Verifica-se que 33,9% dos entrevistados têm renda familiar em torno de R\$2450,01 e R\$7000,00, sendo que 56,4% dos entrevistados têm renda familiar entre R\$350,00 a R\$2450,00. Sendo assim, não podemos afirmar que todos os alunos cotistas provêm de famílias de baixo nível socioeconômico, questão que reflete a polêmica atual, discutida mais adiante, se o objetivo do sistema de cotas seria atingir o público negro ou apenas os negros de baixa renda.

Tabela 2 - Freqüência com que o estudante se declara cotista.

| freqüência | n° | % |
|------------|----|-------|
| sempre | 38 | 61,3 |
| às vezes | 21 | 33,9 |
| nunca | 3 | 4,8 |
| total | 62 | 100,0 |

Observa-se através da tabela 2 que 61,3% dos entrevistados declaram ser cotistas em todos momentos, sendo que houve um número relevante (33,9%) que somente às vezes declara ser cotista. Verifica-se em uma das falas dos entrevistados, que ainda há preconceito em relação aos estudantes cotistas: *“não comento que sou cotista, nem falo que não sou. Apenas guardo para mim. Conheço muitos que apontam, ridicularizam até menosprezam...”*

Tabela 3 - Como o estudante se sente em relação a ser cotista

| sentimento | n° | % |
|----------------------|-----------|--------------|
| valorizado | 4 | 6,5 |
| igual ao não cotista | 35 | 56,5 |
| indiferente | 18 | 29,0 |
| diminuído | 2 | 3,2 |
| total | 59 | 95,2 |
| sem resposta | 3 | 4,8 |
| total | 62 | 100,0 |

Conforme a tabela, observa-se que 56,5% dos estudantes cotistas têm um sentimento de igualdade ao não cotista, inferindo-se que eles se sentem pertencentes à Universidade e que apenas 6,5% sentem-se valorizados por serem cotistas. Já 29% dos alunos pesquisados responderam ter o sentimento de indiferença, o que leva a pensar que existe um potencial a ser trabalhado sobre o sentido e o significado desta política de acesso à universidade.

Tabela 4 - Como o estudante avalia a política de cotas.

| avaliação | n° | % |
|--------------|-----------|--------------|
| ótima | 3 | 4,8 |
| muito boa | 13 | 21,0 |
| boa | 24 | 38,7 |
| regular | 7 | 11,3 |
| insuficiente | 15 | 24,2 |
| total | 62 | 100,0 |

Como demonstra a tabela, verifica-se que 64,5% dos entrevistados avaliaram o sistema de cotas na Universidade como ótima, muito boa e boa, sendo que 35,5% julgam o sistema como regular e insuficiente. Conforme um entrevistado: “a UnB não está preparada para receber o aluno pobre que anda a pé e de ônibus”, justificando a sua resposta como insuficiente.

3.1 Pertencimento: uma questão relevante

“a idéia de pertencimento vai muito além de inclusão”. (entrevista)

Na questão aberta do questionário, perguntou-se qual é o sentimento de pertencimento que os alunos tem em relação à universidade, estabelecendo uma relação do período atual com o semestre em que iniciou. A análise dos dados revelou uma graduação na categoria pertencimento variando daqueles que se sentem: a) menos pertencentes hoje; b) indiferentes; c) igual ao semestre que ingressaram; ou d) mais pertencentes hoje.

Tabela 5 . O pertencimento à universidade, hoje, em relação ao semestre de ingresso,

| sentimento | n° | % |
|-------------|----|-------|
| igual | 9 | 14,5 |
| mais | 34 | 54,8 |
| menos | 4 | 6,5 |
| indiferente | 15 | 24,2 |
| total | 62 | 100,0 |

Em relação à categoria “menos pertencente” 6,5% dos alunos declararam que o pertencimento é menor do que quando entraram, pois não conseguiram se adaptar à UnB. Dentre os motivos destaca-se: “*o preconceito é grande e não podemos fingir que não sabemos o que acontece*”. Afirmaram também que: “*a distância do campus e o difícil acesso aos cursos dificultam a integração, pois há falta de disponibilidade de tempo devido ao trabalho fora do campus*”. Na opinião de outro estudante: “*a UnB não está preparada para receber o aluno pobre que anda a pé e de ônibus*”, é tudo muito longe.

Outro motivo seria a falta de comunicação entre os estudantes, pois na opinião de um entrevistado: “*aos poucos percebo a formação de grupos que, com o passar do tempo começam a se enclausurar e (...) concluiremos o semestre sem sequer saber o nome ou mesmo sem receber um simples bom dia do colega*”.

Em relação à categoria pertencimento igual, 14,5% dos estudantes declararam que tem o sentimento de pertencimento igual ao primeiro semestre, que não sentem diferença entre o semestre atual e de quando ingressaram na UnB.

Em relação à categoria maior pertencimento, 54,8% dos estudantes responderam que se sentem mais pertencentes à universidade, hoje, em relação ao semestre em que ingressaram. Dentre as razões citadas observa-se que o estudante está: “*mais envolvido, em temas relacionados ao curso, (...) mais maduro e ciente do papel social da Universidade, (...) mais familiarizado e com muitos amigos*”.

Alguns entrevistados participam de outras atividades na universidade como, por exemplo: “*participo do grupo Afroatitude, que facilitou o acesso ao PIBIC e ao debate social com o grupo, além de auxiliar com a bolsa*”.

(...) Acredito que hoje me sinto mais à vontade na UnB. Acredito que ser fruto de um programa de cotas é enriquecedor e me deu oportunidades que talvez demorassem para eu conseguir ou talvez nunca as tivesse”.

Temos também o depoimento de estudantes que se beneficiaram da política de cotas, mas que entendem que essa política não deve apenas contemplar a questão de raça. Na opinião de um estudante: “*o sistema de cotas é importante não só para negros, mas também para quem é pobre*.”

Em entrevista realizada, um estudante afirma que o sistema de cotas não resolve por si só a questão do pertencimento. Na opinião dele:

[E1]}... as cotas respondem pela inclusão.Necessariamente quando se faz o vestibular por cotas, entra na UnB. Só que encerra por aí.

A idéia de pertencimento vai muito além de inclusão.

Para que eu começasse a me sentir pertencente a UnB foi necessário outro tipo de programa, como o Centro de Convivência Negra e, no meu caso, o Afroatitude, que é a busca de uma idéia de identidade de grupo. A implementação delas, que foi gerando essa idéia de pertencimento, porque as coisas começaram a fazer mais sentido, porque estar na UnB como cotista, implica em algumas responsabilidades.

Eu entrei pelo sistema de cotas, simplesmente, porque era o menos concorrido, mas eu não estava nem aí para as questões raciais e movimento histórico. Mas quando a gente chega aqui, isto nos é apresentado cotidianamente. Todo mundo cobra da gente, até mesmo quando falam que o sistema de cotas tem de ser para área social e a gente se sente perdido do porque fizeram as cotas.

No depoimento do estudante entrevistado observa-se que para pertencer é necessário desenvolver um processo de interação e participação efetiva na universidade. Segundo Mourão: “o princípio do pertencimento parece traduzir-se como uma dialógica entre semelhança e estranhamento” (*op cit*: 253).

Considerações finais

Conclui-se que o sistema de cotas inclui, mas a idéia de pertencimento vai muito além disso. Não basta apenas possibilitar o ingresso dos estudantes cotistas, mas é preciso também adotar medidas que viabilizem a permanência desses estudantes de modo a fazer com que ocorra uma real integração entre toda a comunidade acadêmica.

À medida que avançam no curso, os estudantes se sentem mais pertencentes à universidade. Neste momento, os alunos para se sentirem pertencentes precisam se inserir em grupos que promovam a inclusão racial e a identidade de grupo na universidade.

Acreditamos que chegará um momento em que os estudantes não precisarão segregar para pertencer.

Recomenda-se promover debates e seminários, dentre outras atividades na comunidade acadêmica em geral, para discutir as políticas públicas de acesso e permanência, para refletir e realizar as alterações necessárias no processo, garantindo melhores resultados e construindo as condições de enfrentamento da questão da desigualdade ao acesso e permanência à universidade.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os estudantes que responderam ao questionário, aos funcionários dos departamentos, ao Centro de Convivência Negra/UnB, ao grupo Afroatitude/UnB, ao CESPE, às professoras Patrícia Lima Torres e Olgamir Francisco Carvalho pelo empenho e participação para que esta pesquisa fosse realizada.

Referências:

BELCHIOR, Ernandes B. “*Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*”. Dissertação de Mestrado,

Departamento de Sociologia UnB, Brasília.2006.

CARVALHO, J. Jorge; SEGATO, R. Laura. *Uma proposta de cotas e ouvidoria para a universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 2002.

GIANNOTTI, José Arthur. *A identificação pelo outro*. In. Trabalho e Reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.15 a 21.

HENRIQUES, Ricardo. *Raça e Gênero nos Sistemas de Ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Unesco, Brasília, 2002

MOURÃO SÁ, Laís. *Encontros e caminhos: Formação de educadores ambientais e coletivos educadores*. MMA.Brasília, 2005.

Notas:

¹ Graduanda de Ciências Sociais - UnB.

² Graduanda de Ciências Econômicas - UnB.

³ Graduanda de Pedagogia - UnB.

⁴ Graduanda de Pedagogia - UnB.

⁵ Graduanda de Química - UnB.

⁶ Graduanda de Serviço Social - UnB.

⁷ Graduanda de Pedagogia - UnB.

⁸ Dra. do Centro Desenvolvimento Sustentável-UnB, Pesquisadora Associada, Coordenadora Conexões de Saberes e do GT Juventude e Políticas Públicas.

⁹ Texto de Ricardo Henriques nº. 807 / IPEA/ julho de 2001, intitulado “Desigualdade Racial no Brasil: Evolução nas Condições de Vida na Década de 90”.

